

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JOÃO PEDRO MARTINS PINHEIRO

**SOBRE AS TENSÕES SIMBÓLICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
RECONSTRUINDO A BIOGRAFIA DE UM ADMINISTRADOR DO BANCO DE TEMPO
DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

JOÃO PEDRO MARTINS PINHEIRO

**SOBRE AS TENSÕES SIMBÓLICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
RECONSTRUINDO A BIOGRAFIA DE UM ADMINISTRADOR DO BANCO
DE TEMPO DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Santos

Porto Alegre
2022

Ficha Catalográfica

P654s Pinheiro, João Pedro Martins

Sobre as tensões simbólicas da economia solidária : reconstruindo a biografia de um administrador do Banco de Tempo de Porto Alegre / João Pedro Martins Pinheiro. – 2022.

191.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Hermílio Santos.

1. Bancos de tempo. 2. Moedas Sociais. 3. Economia Solidária. 4. Narrativas Biográficas. 5. Teoria Fundamentada. I. Santos, Hermílio. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

JOÃO PEDRO MARTINS PINHEIRO

**SOBRE AS TENSÕES SIMBÓLICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
RECONSTRUINDO A BIOGRAFIA DE UM ADMINISTRADOR DO BANCO DE
TEMPO DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da Escola de
Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Hermílio Santos

Prof. Dr. André Salata

Prof. Dr. Michele Romanello

Porto Alegre
2022

AGRADECIMENTOS

Muito obrigado a todos os meus familiares, amigos, mentores, professores e colegas, assim como aos funcionários administrativos do PPGCS da PUC-RS e da CAPES¹, que possibilitaram a realização dessa dissertação das mais variadas formas. Dessas pessoas, claro, enfatizo meus agradecimentos aos meus pais, Marla e Paulo; ao meu irmão Lourenço; aos meus avós, Marilene, Lasier e Noely (*in memoriam*); à minha namorada, Carolina; ao meu orientador Hermílio Santos; aos meus arguidores, André Salata e Michele Romanello; às/aos minhas/meus colegas no Grupo de Pesquisa em Narrativas Biográficas da PUC-RS Priscila Susin, Débora Rinaldi, Naida Menezes, Raphaela Pereira Dellazeri, Handiara Santos, Kamila Almeida, Karina Reif, Jacson Caprini de Oliveira, Federico Rangel e Gabriele Rizzi Bachi; aos meus amigos Gregório Sliwka, Jake Levine, Nathan Keiller, Susan Rakosi Rosenbloom e Jonathan Reader; aos meus professores na PUC-RS Emil Sobottka, Rafael Machado Madeira e Fernanda Bittencourt Ribeiro; e por fim, à Rosane Lima de Andrade, Secretária do PPGCS-PUCRS.

Todos vocês sabem o apoio que me deram, tenha sido ele grande ou pequeno, curto ou prolongado, intelectual ou emocional, direto ou indireto, cada um do jeito que pôde. Essa pesquisa foi extremamente trabalhosa, mas pelo menos em alguns momentos eu senti que ela era um trabalho em equipe, e que eu não estava sozinho, graças a vocês.

¹O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Por que nos causa desconforto a sensação de estar caindo? A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar.

Cair,
cair,
cair.

Então por que estamos grilados agora com a queda? Vamos aproveitar toda a nossa capacidade crítica e criativa para construir paraquedas coloridos. Vamos pensar no espaço não como um lugar confinado, mas como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos.

- Ailton Krenak

(Ideias Para Adiar o Fim do Mundo, 2019, p. 30)



RESUMO

Nessa pesquisa social interpretativa, investigo a experiência concreta de um sistema de economia solidária chamado banco de tempo (BDT). Trata-se, normalmente, de um clube de trocas de serviços onde usuários realizam as transações por intermédio de uma moeda utilizável somente pelo sistema do BDT, chamada de crédito-hora. Uma hora de serviço prestado custa um crédito-hora. Em geral, administradores são necessários para gerenciarem os saldos das contas dos membros e as transações entre eles. Empregando o método narrativo biográfico de Gabriele Rosenthal, analiso aqui a biografia de Antônio, um administrador do banco de tempo de Porto Alegre, RS (BDT-POA), que esteve em atividade entre 2017 e 2019 por meio de um grupo no Facebook. A análise identificou os processos interpretativos e o padrão de conduta que o participante de pesquisa desenvolveu ao longo de sua trajetória e que influenciaram sua experiência relativa ao BDT-POA. Mais especificamente, baseando-me na entrevista narrativa biográfica que conduzi com Antônio em agosto de 2021 e nos dados que pude coletar da internet (principalmente de sites de redes sociais), identifiquei um papel de reconciliador nele que foi fundamental para compreender sua experiência subjetiva como administrador do BDT-POA. Assim, ficou claro que o tipo de “administrador centralizador ambicioso”, como o chamei, que Antônio se tornou foi resultado de um processo de construção social que data desde sua infância e que sufocou outras visões de para o BDT-POA, menos ambiciosas, que poderiam ter resultado numa organização mais duradoura. As razões para isso são discutidas. Na conclusão, recomendo que BDTs comecem com um grupo pequeno, mas dedicado, onde a responsabilidade de administrador é compartilhada por todos ou quase todos e que haja um consenso dentre esses membros fundadores a respeito das expectativas de todos para o BDT.

Palavras-chave: Bancos de tempo, Moedas Sociais, Economia Solidária, Narrativas Biográficas, Teoria Fundamentada.

ABSTRACT

In this interpretive social research, I investigate the concrete experience of a solidarity economy system called time bank (TB). It is usually a service exchange club where users carry out transactions using a currency that can only be used within the TB system, called credit-hour. One hour of service costs one credit-hour. In general, administrators are required to manage the member account balances and the transactions between members. Employing Gabriele Rosenthal's biographical narrative method, I analyze the biography of Antônio, an administrator of TB Porto Alegre, RS (TB-POA), which was active between 2017 and 2019 through a Facebook group. The analysis identified the interpretive processes and the pattern of conduct that the research participant developed throughout his life trajectory and that influenced his experience of the BDT-POA. More specifically, based on the biographical narrative interview I conducted with Antônio in August 2021 and on the data I was able to collect from the internet (mainly from social networks), I identified a role of reconciler in him that was fundamental to understand his subjective experience as a TB-POA administrator. Moreover, it became clear that the type of "ambitious centralizing administrator", as I called him, that Antônio became was the result of a process of social construction that dates back to his childhood and that stifled other, less ambitious, visions for the TB-POA, that could have resulted in a more enduring organization. The reasons why are discussed. In the conclusion, I recommend that TBs should start with a small but dedicated group, where the administrative responsibility is shared by all or nearly all and where there is a consensus among these founding members regarding everyone's expectations for the TB.

Keywords: Time Banks, Community Currencies, Solidarity Economy, Biographical Narratives, Grounded Theory.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
2.1 O QUE É E COMO FUNCIONAM UM BDT?.....	19
2.1.1 A História dos BDTs.....	20
2.1.2 Processos Sociais, Políticos e Econômicos Externos aos BDTs.....	23
2.1.3 Processos Sociais, Políticos e Econômicos Internos aos BDTs.....	46
3 METODOLOGIA.....	51
3.1 ELEMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA INTERPRETATIVA BIOGRÁFICA.....	52
3.1.1 Interpretação e Motivação.....	53
3.1.2 Abertura e Reconstrução.....	87
3.1.3 Biografia e Sociedade.....	100
3.2 O PROCEDIMENTO DO MÉTODO NARRATIVO BIOGRÁFICO.....	113
3.2.1 Coleta de Dados Narrativos Biográficos e Amostragem Teórica.....	114
3.2.2 Primeiro Passo: Análise dos Dados Biográficos.....	122
3.2.3 Segundo Passo: Análise de Campo Temático e Textual.....	127
3.2.3 Terceiro Passo: Reconstrução da História do Caso.....	135
3.2.3 Quarto Passo: Análise Minuciosa de Passagens Específicas do Texto.....	139
3.2.3 Quinto Passo: Contraste Entre a História de Vida Narrada e a História de Vida Vivenciada.....	141
4 RESULTADOS	148
4.1 PRIMEIRO CONTATO E ENTREVISTA.....	148
4.2 SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA: ENTRE PAIS DESVIANTES E O PAPEL DE RECONCILIADOR.....	152
4.3 SOCIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA: ENTRE A POLITIZAÇÃO E A PROFISSIONALIZAÇÃO.....	166
4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO E O QUE ESPERAR DO PRÓXIMO.....	172
5 DISCUSSÃO TIPOLÓGICA.....	174
5.1 CONCLUSÃO.....	176
Referências.....	178

1 INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é o banco de tempo de Porto Alegre (BDT-POA), um clube de trocas de serviço implementado por moradores da capital do Rio Grande do Sul em 2017, mas que está desativado desde 2019. Em geral, bancos de tempo (BDTs) são organizações informais presentes em diversas cidades ao redor do mundo e que operam predominantemente pela internet (o BDT-POA, por exemplo, é um grupo no Facebook, mas outros utilizam softwares ou aplicativos feitos para BDTs). Eles constituem um tipo de “economia solidária” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004) ou “colaborativa” (SILVA et al., 2018) onde pessoas inscritas – normalmente mulheres de classe média/alta de alta escolaridade (BOYLE, 2014; COLLOM, 2007; ROMANELLO; RIBAS, 2020) – podem prestar os mais variados serviços para outros membros em troca de créditos-hora, uma “moeda social” (SOARES, 2006) ou “comunitária” (ROMANELLO, 2018) promovida e administrada pelos BDTs. Tendo surgido da crença de que o valor do tempo de um indivíduo é idêntico ao de qualquer outro, um crédito-hora equivale a uma hora de serviço prestado² (COLLOM; LASKER; KYRIACOU, 2012).

Entusiastas categorizam os BDTs como espaços que escapam das e até aliviam as mazelas do capitalismo uma vez que (a) não utilizam moedas nacionais, permitindo assim o acesso dos membros mais pobres a certos serviços que precisem; (b) não geram interesse e dividendos em cima dos créditos-hora, que mantém o mesmo valor numérico

²Por exemplo, um membro do BDT-POA cujo talento pessoal seja cortar cabelo pode prestar seu serviço para outro membro durante uma hora, número que é convertido em um crédito-hora e que pode então ser gasto pelo cabelereiro na solicitação de qualquer outro serviço oferecido por algum outro membro, como uma lição de matemática ou uma viagem de carro de uma hora. Se alguma quantia em reais brasileiros ou em outra moeda nacional estiver envolvida na transação, como o custo da gasolina no caso anterior, então o solicitante do serviço também deve arcar com esse gasto financeiro externo ao sistema do BDT.

enquanto parados na conta, teoricamente impedindo a produção de “mais-valor” (MARX, 2011a, p. 332)³; e (c) estimulam o desenvolvimento e compartilhamento de talentos e *hobbies* pessoais normalmente pouco-rentáveis (COLLOM, 2007; LAAMANEN; WAHLEN; CAMPANA, 2015; PAPAIOIKONOMOU; VALOR, 2017; SCHMID; SMITH, 2021). Como consequência dessas virtudes, BDTs expandem o capital social e fortalecem a coesão de suas comunidades de atuação, pois, de acordo com alguns estudos (por exemplo, KWON; LEE; XIAO, 2019; MARKS, 2012; YUAN; HANRAHAN; CARROLL, 2018), suas transações catalisam contatos interpessoais significativos.

Mas apesar das boas intenções de seus proponentes e até de seus impactos positivos já documentados, BDTs e outras iniciativas de economia solidária não encontram um consenso na literatura especializada quanto aos seus benefícios para a sociedade. Críticos (MARTIN, 2016; SCHOR; VALLAS, 2021, por exemplo) apontam que movimentos de economia solidária se confundem com tendências neoliberais como o “capitalismo de plataforma”, termo cunhado por Nick Srnicek para designar a adaptação das desigualdades trabalhistas ao meio digital (KALIL, 2020, cap. 2). Seja no formato de uma cooperativa empresarial, de um BDT ou de um outro tipo de banco comunitário, “a ‘economia solidária’ realiza, no melhor dos casos, uma crítica romântica ao sistema capitalista” (WELLEN, 2012, p. 416), constituindo assim um socialismo utópico do século XXI. Isso, claro, para os comentadores mais críticos.

Para aqueles um pouco mais otimistas, o(s) movimento(s) de economia solidária de fato sofre(m) de paradoxos perniciosos, mas que são possivelmente superáveis. É o

³ Na teoria marxista, o mais-valor ou a “mais-valia” é o lucro capitalista, enquanto comprador da força de trabalho alheia, que “resulta apenas de um excedente quantitativo de trabalho” (MARX, 2022, p. 137). É, portanto, “o valor suplementar que o operário [ou trabalhador em geral] produz durante todo o tempo suplementar em que continua a trabalhar depois de produzir o valor da sua força de trabalho” (HARNECKER; URIBE, 1979, p. 46). Não se trata, entretanto, de uma injustiça social ou econômica proposital ou conspiratória, mas sim de uma condição estrutural para o funcionamento do mercado de trocas hegemônico, que é capitalista, e que pressupõe a necessidade desse lucro para sua existência e seu desenvolvimento (MARX, 2011a, p. 342, 346, 349).

caso dos paradoxos que alguns autores (ACQUIER; DAUDIGEOS; PINKSE, 2017) apontam, como a pequena escala à qual muitas dessas iniciativas estão relegadas devido a obstáculos burocráticos à sua expansão, o que diminui suas chances de realmente proverem a variedade satisfatória de serviços e/ou bens que elas prometem aos seus públicos. Outro paradoxo observado seria a reprodução interna de desigualdades sociais, como a supervalorização de serviços e/ou bens que já são supervalorizados no mercado tradicional, criando assim uma hierarquia de poder econômico dentro de economias supostamente solidárias (WATSON; EKICI, 2020).

Não está imune a isso nem o mais famoso banco comunitário do Brasil, o Banco de Palmas em Fortaleza, Ceará cuja atenção acadêmica recebida desde sua fundação em 1998 rivaliza com as dos *Clubes de Trueque* argentinos e dos *Local Exchange Trading Systems* (LETS) norte-americanos (cf. SCHROEDER, 2020), sistemas com moedas sociais que comentarei mais a fundo no segundo capítulo. Certos elementos do Banco de Palmas conduzem Ariádne Scalfoni Rigo e Genauto Carvalho de França Filho (2017) a conceituarem um paradoxo próprio: a saber, sua análise sugere que esse banco comunitário desfruta de ampla aceitação e disseminação em sua comunidade, o bairro Conjunto Palmeiras, onde a moeda ‘palmas’ é emitida por uma organização formal e aceita como substituta do real brasileiro por centenas de estabelecimentos, mas ele mesmo assim é pouco utilizado. Considerando o fato de que o consumo interno à comunidade cresceu desde os anos 1990, em termos de reais e não de palmas, os autores concluem que o Banco de Palmas pode ter cumprido seu objetivo de fortalecer a economia local, mas não diretamente. Eis o “paradoxo da moeda palmas” (ARIÁDNE SCALFONI; FRANÇA FILHO, 2017, p. 178): aquilo que mantém esse banco comunitário vivo é sua dimensão cultural que ancora uma identidade de grupo, não seus (pequenos) benefícios socioeconômicos diretos.

Trazendo a discussão para o contexto específico dos BDTs, o que é importante ressaltar aqui na introdução do trabalho é justamente a ambivalência com a qual certos analistas vêm representando os sucessos e fracassos de experiências concretas em suas pesquisas (cf., por exemplo, NORTH, 2019; PAPAIOIKONOMOU; VALOR, 2016, 2017; WATSON; EKICI, 2020). Isso porque a realidade empírica de fato parece conter evidências positivas e negativas numa proporção paradoxalmente parecida. De um lado, encontramos o sucesso de algumas experiências-chave em Portugal (BANCO DE TEMPO, 2015; LIMA; OLIVEIRA, 2015), na Itália (ASSOCIAZIONE NAZIONALE BANCHE DEL TEMPO, 2022), nos EUA (NAUGHTON-DOE; CAMERON; CARPENTER, 2021; TIMEREPUBLIK, 2021), no Japão (MILLER, 2008) e em Florianópolis (ROMANELLO; RIBAS, 2020; SANTOS; SILVA, 2018). Do outro lado, encontramos o baixo número de serviços oferecidos e de membros ativos na maioria dos BDTs ao redor do mundo, assim como a alta taxa de mortalidade dessas organizações (NORTH, 2005, 2014; SHILLER, 2018).

O título dessa dissertação foi inclusive inspirado por esse clima de ambivalência e ceticismo que circunda os BDTs, cuja “metáfora bancária” (BELLOTTI et al., 2014 - tradução minha) de uma economia solidária organizada esteticamente como um pequeno sistema financeiro é emblemática da “tensão simbólica” (PAPAIOIKONOMOU; VALOR, 2017, p. 175 - tradução minha) que os permeiam. Tensão simbólica de uma economia solidária que, em sua alteridade política, sofre constante pressão do mercado tradicional para ou ser assimilada, ou destruída. Como Karl Marx (2011a, p. 85) explica, “o mal da sociedade burguesa não pode ser remediado por meio de ‘transformações’ dos bancos ou da fundação de um ‘sistema monetário’ racional”. Em outras palavras, uma moeda complementar à moeda oficial de um estado-nação cujos meios de produção não são socializados, ou seja, um país capitalista, parece mais ajudar do que ferir a noção de

que não há formas melhores de organizar a economia – noção essa que Mark Fisher (2020) chama de “realismo capitalista”.

Outro tipo de crítica aos BDTs, contudo, origina-se no polo mais conservador do espectro político. Aqui, a ideia de igualar a hora de um construtor à hora de um médico é impensável (SCHOR; VALLAS, 2021, p. 377). Ou seja, BDTs são, para esses críticos, pouco capitalistas enquanto que para os outros críticos eles são muito capitalistas.

Juntas, as observações anteriores poderiam ser lidas como mais um paradoxo da economia solidária. Creio, contudo, que paradoxos manifestos sejam apenas sinais de que há oportunidade para cientistas sociais descobrirem processos latentes – parafraseando Gilles Deleuze e Félix Guattari (2010, p. 202), nada, nem ninguém, morre de paradoxo. Resgato, portanto, uma ideia que era crucial para o patrono da economia solidária no Brasil, Paul Singer (2004; NASCIMENTO; SANTOS, 2019): para ele, existe uma pedagogia pública incontornável da qual o sucesso de iniciativas como as discutidas aqui dependem. De fato, instituir uma moeda comunitária como os créditos-hora requer – ironicamente – tempo. Quer dizer: tempo, paciência e gente comprometida.

Na atual conjuntura cultural de “realismo capitalista” (FISHER, 2020), onde relações político-econômicas diferentes do tradicional lucro-por-exploração laboral parecem impossíveis, disseminadores dos BDTs estão de fato, para usar a expressão de Gill Seyfang e Noel Longhurst (2013 - tradução minha), “desesperadamente procurando nichos”. Quando eles os encontram, porém, esses bancos florescem.

À luz das questões acima, meu objetivo geral aqui é compreender como o BDT-POA passou a fazer parte da história de vida de um sujeito concreto, como ele interpretou esse sistema de economia solidária no passado e como ele o interpreta hoje, após o encerramento das atividades da organização. Sigo aqui a tradição interpretativa de pesquisa social, que busca compreender a perspectiva do(s) sujeito(s) envolvidos com

fenômenos sociais concretos (DAVID, 2013). Nesse caso, como o método aqui utilizado envolve um longo processo de análise, apresentarei aqui a análise dos dados biográficos de apenas um sujeito: Antônio, um dos indivíduos que administraram o, e trocaram serviços dentro do, BDT-POA (enquanto ele ainda estava funcionando).

Mais especificamente, emprego o método narrativo biográfico (MNB) de Fritz Schütze (SCHÜTZE, 2010) e Gabriele Rosenthal (2014a) para reconstruir a história de vida de um dos administradores do BDT-POA, uma análise que revela como a socialização desse sujeito – desde sua infância como filho único de pais separados e desviantes em suas respectivas famílias até sua fase adulta como líder comunitário e conselheiro tutelar – levou à “construção social” (BERGER; LUCKMANN, 2004) do BDT-POA enquanto experiência no contexto de sua biografia. Creio que essa análise biográfica de caso ilumine os significados das experiências – no sentido fenomenológico – que o participante de pesquisa teve durante momentos-chave de sua trajetória e como tais significados estão relacionados com o significado da experiência de fazer parte do BDT-POA. Resumidamente, então, meu objetivo específico é demonstrar uma das formas nas quais BDTs podem ser incorporados na “situação biográfica” (SCHUTZ, 1979, p. 73) de seus administradores, forma essa que o caso analisado representa em detalhes qualitativos, assim como demonstrar as consequências dessa incorporação no caso de um BDT que, grosso modo, fracassou.

Ao longo desse estudo, a questão se tornou, em parte, por que o BDT-POA *não* deu certo. Mas na tradição interpretativa, esse problema deve ser abordado de um ângulo peculiar: a saber, como o participante de pesquisa envolvido nas atividades do BDT-POA interpretou no passado e interpreta no presente o projeto de mobilização coletiva que chamamos de BDT-POA? E se ele interpreta o BDT-POA como um insucesso, como ele chegou a essa conclusão? Eis algumas das reflexões que as páginas abaixo abordam.

Justifico a importância desse estudo por três razões. Primeiro, ele preenche uma clara lacuna já que a literatura estrangeira, principalmente de língua inglesa, contempla os BDTs com muito mais afinco que a brasileira. Não há nem comparação; atualmente temos apenas quatro estudos sobre BDTs publicados no Brasil (ROMANELLO, 2017, 2018; ROMANELLO; RIBAS, 2020; SANTOS; SILVA, 2018) – todos sobre o banco de tempo de Florianópolis (BDT-Floripa). Portugal oferece algumas adições à bibliografia em português, mas mesmo assim não é nenhuma produção de fôlego, o que surpreende, dada a presença de BDTs há décadas em solo português (BANCO DE TEMPO, 2015). A atual dissertação, portanto, ajuda a preencher um verdadeiro vácuo de conhecimento a respeito dos BDTs no Brasil. E o que mais, já que a literatura estrangeira também não conta com estudos interpretativos sobre o tema, quiçá interpretativos-biográficos, essa dissertação é pioneira nesse sentido.

A segunda via pela qual justifico a relevância dessa pesquisa recorre ao impacto positivo que seu objeto poderia ter no mundo, estando relacionado, afinal, a movimentos de economia solidária que buscam aliviar as mazelas da desigualdade socioeconômica (BOYLE, 2014). Creio que um conhecimento público cada vez mais especializado sobre BDTs é essencial para possíveis instrumentalizações desse tipo de economia solidária para políticas públicas e iniciativas do terceiro setor.

Finalmente, justifico a disseminação dessa dissertação porque seus resultados detêm o potencial de apaziguar os críticos e desembriagar os entusiastas. Como mencionado anteriormente, os BDTs contam com alguns casos de sucesso mais-ou-menos bem documentados e muitos outros casos de insucessos que são muito menos estudados. Ao mesmo tempo, esse tipo de economia solidária parece sofrer de muito ceticismo e má-fé e de muito entusiasmo e ambição. Portanto, creio que a atual pesquisa – cujos resultados demonstram a importância de começar um BDT com um grupo

pequeno, de não sobrecarregar os administradores e de solicitar e ofertar, na mesma proporção, uma diversidade de serviços, incluindo os mais simples – oferece uma visão pragmática sobre esse problema.

O texto doravante está organizado da seguinte forma: no próximo capítulo, revisarei a literatura pertinente para a contextualização do objeto e dos resultados da pesquisa. Sobrevoaremos a história dos BDTs, assim como a história da modernidade, de forma abrangente, claro, de forma que os processos sociais, políticos e econômicos relevantes para a história da economia solidária em geral e dos BDTs em particular sejam contemplados. Também veremos os processos microssociais, microeconômicos e, por que não?, micropolíticos internos aos BDTs. No terceiro capítulo, discutirei extensamente a metodologia aqui utilizada, perpassando sua base teórico-epistemológica e depois sua aplicação prática. O quarto capítulo consistirá na apresentação da análise do caso de Antônio, nosso biografado. A partir da chamada “reconstrução biográfica de caso” (SANGALLI; RINALDI, 2018), pude identificar os padrões interpretativos e de conduta que Antônio cultivou desde sua infância e que foram fatores decisivos que balizaram a sua experiência e atuação relativas ao BDT-POA.

Por fim, o quinto e último capítulo discutirá que tipo de administrador e membro de BDTs a biografia de Antônio representa. Para isso, colocarei os resultados apresentados no capítulo quatro em diálogo com a literatura especializada revisada no capítulo dois.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Durante essa pesquisa, segui o modelo trifásico de revisão da literatura para estudos de teoria fundamentada sugerido por Thornberg (2019)⁴. Primeiramente, busquei

⁴ Em estudos de teoria fundamentada, recomenda-se que o pesquisador se atenha aos dados que a experiência de campo lhe proporciona antes de engajar profundamente com as ideias de outros autores

entender “como, quando, onde, por que e por quem” (THORNBERG, 2019, p. 211 - tradução minha) os BDTs já foram estudados até hoje. Esse primeiro momento serviu para definir o objeto de pesquisa, levando-me a conhecer um pouco da história do termo, as organizações formais envolvidas nessa história e noções básicas como economia solidária, economia alternativa e moedas sociais. Discutirei estes e outros conceitos abaixo. Depois desse sobrevoo inicial, coloquei a literatura especializada de lado e foquei somente nos dados que coletaria e analisaria pessoalmente. Ao final da análise biográfica de caso, portanto, foi quando retornei de fato à bibliografia relevante, mas com uma nova perspectiva: levei em conta a reconstrução completa da experiência do participante de pesquisa. O que as particularidades do seu caso tinham de similar ou de diferente em relação às realidades representadas em outros estudos sobre BDTs? Eis minha pergunta central naquele momento. Esse diálogo entre meus resultados e as ideias já existentes na literatura rendeu uma nova camada de complexidade para o estudo. Faltava-lhe, porém, ordem. Na medida em que passei a estruturar a discussão com a literatura, então, pude identificar que havia passado para a terceira e última fase da revisão. Nela, selecionei os estudos que realmente cumpriam alguma função vital para o avanço da minha tese tipológica – e antes disso, claro, destilei uma tipologia propriamente interpretativo-biográfica a partir das descobertas do estudo e de seu diálogo com a literatura. O texto deste capítulo é fruto dessa última fase.

(GLASER; STRAUSS, 2006, p. 37). Ao invés de recorrer à literatura especializada para deduzir hipóteses prévias ou até para desenhar completamente o plano de coleta e análise de dados, como nas tradições metodológicas positivistas, a MTFD estabelece uma outra relação entre pesquisador e bibliografia. Quer dizer, aqui, a produção acadêmica a respeito do objeto de pesquisa deve se tornar relevante apenas depois que o processo de coleta e análise de dados já estiver a todo vapor. O pesquisador deve evitar que os autores do passado – cujos estudos quase invariavelmente não referenciavam diretamente a realidade social de interesse presente especificamente – colonizem o seu sistema de relevância, para utilizar uma expressão schütziana cunhada por Hermílio Santos (2014). Devemos, portanto, consultar a literatura relevante somente depois que nossas próprias ideias a respeito das nossas observações em campo já estiverem claras e anotadas no caderno de campo. Não ignoramos, assim, todo o rico corpo de conhecimento científico-social já acumulado até hoje, mas o colocamos a serviço das nossas próprias ideias e não colocamos nossas próprias ideias a serviço dele. Essa estratégia está diretamente relacionada à lógica abdução de formação de hipóteses que veremos no capítulo metodológico, e que se opõe às lógicas dedutiva e indutiva, mais comuns nas ciências positivistas.

2.1 O QUE É E COMO FUNCIONAM UM BDT?

Os BDTs são um tipo de sistema econômico local cujos participantes prestam serviços uns aos outros em troca de créditos-hora (onde o valor mínimo de meio crédito equivale a 30 minutos de serviço). Em geral, o solicitante/pagante e o prestador/recebedor negociam o custo do serviço antes de sua execução. Eles então notificam os administradores do BDT – que são recompensados em créditos-hora pelo próprio banco – para que estes atualizem os saldos de suas contas. Via de regra, cada novo membro recebe quatro créditos-hora. Simultaneamente, a organização do BDT ganha 10 créditos-hora. A inscrição para se tornar um membro normalmente consiste no preenchimento de um formulário eletrônico onde o indivíduo interessado explica que serviço(s) ele ofereceria, como cortar cabelo, dar aula de idiomas, editar textos e muitos outros. Após revisarem a inscrição, administradores do BDT acrescentam o novo membro à planilha pública de membros, que também contém o saldo de cada um e os serviços que eles oferecem. Estes podem também divulgar seus serviços autonomamente, como fazendo postagens no mural da interface compartilhada pelos membros. No caso do BDT-POA e do BDT-Flóripa, tudo isso ocorre por meio de um grupo do Facebook.

Uma vez que um dos maiores propósitos de um BDT é não usar moedas nacionais em suas transações internas, compras externas das quais certos serviços dependem devem ser custeadas pelo solicitante (BANCO DE TEMPO, 2015, p. 20). Se o serviço for cozinhar um bolo, por exemplo, o cozinheiro pode até comprar os ingredientes, mas ele deve ser reembolsado por quem fez a encomenda. Ou seja, ao final de toda transação, o prestador do serviço deve ter lucrado apenas em créditos-hora, e não pode ter sofrido prejuízo financeiro⁵.

⁵ Termos econômicos como “finanças” e “dinheiro” são utilizados aqui no sentido cotidiano de uso relacionado às moedas nacionais, como o real brasileiro e o dólar estadunidense. Quando o tópico é a

A literatura científico-social sobre BDTs pode ser dividida em quatro grupos temáticos: existem, portanto, (a) discussões fundamentalmente históricas sobre a origem dos BDTs; (b) estudos sobre os processos externos, principalmente geopolíticos, macrossociais e macroeconômicos, que explicariam o significado dos BDTs enquanto um movimento social; (c) análises a respeito dos processos internos a esses sistemas, como em termos de gestão e de teoria econômico-monetária; e (d) investigações sobre os impactos psicossociais, econômicos e políticos desses mesmo processos internos nas comunidades que os experienciam. O restante dessa revisão bibliográfica está dividido de forma que cada seção abarcará cada um desses itens, sendo que os dois últimos foram unidos sob um único cabeçalho.

2.1.1 A História dos BDTs

Curiosamente, sistemas como o descrito acima foram implementados em quatro lugares diferentes nos últimos 200 anos sem relações diretas entre si. Em ordem cronológica, o anarquista individualista Josiah Warren abriu, em 1827, a chamada Loja de Tempo na cidade de Cincinnati, Ohio (BAILIE, 1906). A iniciativa foi descontinuada depois de três anos. Do outro lado do Oceano Pacífico, e quase 150 anos depois, Teruko Mizushima abriu o Banco de Trabalho Voluntário em Osaka, Japão, que desde 1973 serve de base para uma rede de franquias no país (MILLER, 2008b).

Assim como Mizushima desconhecia a iniciativa de Warren, minha revisão da literatura sugere que os responsáveis pelas outras duas experiências importantes nessa história desconheciam tais antecessores e também, num primeiro momento, seus contemporâneos. Paralelamente, então, ao longo das décadas de 1980 e 1990, iniciativas nos EUA e na Itália floresceram, dando origem aos epicentros de difusão de BDTs mais

microeconomia dos BDTs, que lida com créditos-hora ao invés de moedas nacionais, isso será especificado.

influentes internacionalmente. Edgar Cahn liderou uma campanha de pesquisa e mobilização coletiva que, em 1995, culminou na fundação da organização sem fins lucrativos TimeBanks USA em Miami (COLLOM; LASKER; KYRIACOU, 2012). Hoje ela se chama Timebanks.org. Quase que simultaneamente, o movimento feminista na Itália – auxiliado pelo Partido Comunista Italiano – alimentou pautas sociais por meio de seminários e atos políticos que culminaram, em 1992, na articulação do BDT da cidade de Parma, o primeiro no continente Europeu.

Enquanto que a influência italiana no sul da Europa estimulava a criação de BDTs em Portugal, Espanha e Grécia, os estadunidenses exportavam seu modelo para o Canadá, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, e os japoneses para a China (BANCO DE TEMPO, 2015; HIROTA, 2017; LIETAER, 2004; QUERO, 2020). Assim, estudos de língua inglesa tendem a retratar Cahn como o criador dos BDTs (por exemplo, COLLOM; LASKER; KYRIACOU, 2012; DITTMER, 2014; MARKS, 2012) enquanto que estudos de línguas românticas tendem a retratar a experiência italiana como a verdadeira precursora (por exemplo, QUERO, 2020; SILVA, 2018; ARAUJO, 2019; SOARES, 2006). Talvez Cahn tenha cunhado o termo “banco de tempo” (*timebank*) que foi posteriormente adotado no resto do mundo, mas desconhecendo-se detalhes dos debates ocorridos na Itália no final dos anos 1980, é difícil determinar se as atividades do estadunidenses no início dessa mesma década tiveram alguma influência direta sobre eles. De um jeito ou de outro, se desconsiderarmos o experimento de Warren que não durou muito e não deixou nenhum legado substancial, Mizushima foi a mais pioneira (LIETAER, 2004), mesmo que seja menos citada como tal.

O mais razoável, creio, é considerar apenas que os três tipos de BDTs surgiram separadamente e difundiram suas versões de BDT em suas respectivas regiões do globo, para só alguns anos mais tarde entrarem em diálogo internacional (BANCO DE TEMPO,

2015, p. 20; BOYLE, 2014, p. 12). Tal diálogo existe hoje graças a agências como a Asociación para el desarrollo de los Bancos de Tiempo (sediada na Espanha), a Associazione Nazionale Banche del Tempo Italiane (sediada na Itália), o International Journal of Community Currency Research (sediado na Inglaterra), a Timebanks.org (sediada nos EUA) e outros (cf. BOYLE, 2014; QUERO, 2020).

Percebe-se, então, que os BDTs constituem um fenômeno global. Infelizmente, contudo, a literatura acadêmica carece de grandes estudos e revisões sistemáticas que corrigissem inconsistências como a mencionada acima e iluminassem a quantidade de BDTs que existem no mundo (e seus territórios). O melhor que podemos fazer por enquanto é estimar em cima de estimativas mais-ou-menos oficiais, no sentido em que BDTs raramente são organizações formais capazes de prestar contas sobre este e outros assuntos burocráticos. Enfim, com cerca de 300 BDTs nos EUA (TIMEBANKS, 2022), 300 na Itália (QUERO, 2020), 200 na Espanha (ELIDRISSI, 2019), 170 no Reino Unido (TIMEBANKING UK, 2021) e 150 espalhados entre Portugal, França, Alemanha, Holanda, Austrália, Nova Zelândia, Brasil, Suíça, Índia, China e Japão (ARAUJO, 2019; BANCO DE TEMPO, 2022; BOYLE, 2014; GAUTAM, 2022; MILLER, 2008a; QUERO, 2020; TIMEBANKS, 2022), podemos estimar que há pelo menos 1.120 BDTs ao redor do mundo – um pouco mais do que os mil recentemente sugeridos pelo próprio Cahn (THORPE, 2018).

Os sistemas ao redor do mundo abarcados pela discussão acima entretanto não surgiram e nem se propagaram em um vácuo de forças sociais. Além de estarem inseridos, como vimos, em aparatos institucionais de ONGs, como a Timebanks.org, ou até de governos, como no caso italiano, os BDTs também fazem parte de processos ainda mais amplos e transnacionais. Veremos o significado disso na próxima subseção.

2.1.2 Processos Sociais, Políticos e Econômicos Externos aos BDTs

Nossa atenção agora se volta para as dinâmicas geopolíticas, macroeconômicas e socioculturais dentro das quais autores de diversas disciplinas têm localizado a emergência e a difusão dos BDTs. Separo esse tópico daquele coberto na subseção anterior porque ele toca em processos ora paralelos, ora perpendiculares à história especificamente dos BDTs.

Os ‘processos externos’, como os chamo aqui, perpassam por um cenário mundial centenário de movimentos coletivos que buscam diminuir a desigualdade social de recursos materiais, simbólicos e humanos (LIMA; OLIVEIRA, 2015; PANAYOTAKIS, 2011; SANTOS; SILVA, 2018). Em geral, eles estão intimamente ligados aos conflitos sociais que caracterizam grande parte da “modernidade liberal-capitalista” (RODRIGUES; MARTÍN, 2013, p. 201) desde o seu estopim no final do século XVIII, particularmente após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial na Inglaterra (MANN, 2012). As transformações políticas e o desenvolvimento socioeconômico possibilitados por tais momentos históricos resolveram certos problemas das antigas sociedades feudais, mas eles também produziram novos problemas que de certa forma perduram até hoje⁶.

Dois sábios Karls – Marx (2011b) e Polanyi (2001) – são incontornáveis para quem deseja compreender os processos que aqui destaco. Suas contribuições para a economia política (mas cf. também WALLERSTEIN, 2021) demonstram como o avanço colonialista do liberalismo, enquanto prática de normatização da propriedade privada,

⁶ “O desenvolvimento capitalista, encarado de uma perspectiva histórica, produziu incessante melhora do nível de vida não só dos capitalistas mas de grande parte da classe trabalhadora. Isso ocorreu por causa da conquista dos direitos políticos pelos trabalhadores e sobretudo pelas mulheres, na verdade, por toda a população considerada adulta. A persistente queda da mortalidade geral e infantil é um indicador seguro dessa melhora, que sem dúvida apresenta muitos outros aspectos, dos quais o ‘consumismo’ é dos mais controversos. O que não nega o caráter progressista do desenvolvimento capitalista, apesar de seus efeitos deletérios sobre os explorados e ainda piores sobre os que não o são, por falta de emprego” (SINGER, 2004, p. 10).

deixou em seu rastro a estrutura social perfeita para que determinados conflitos intergrupais acontecessem ciclicamente. Essa é uma história violenta de formação do Estado moderno (TILLY, 2021), de “transformação da exploração feudal em exploração capitalista” (MARX, 2022, p. 269) e da ascensão política da burguesia às custas do campesinato agricultor que, uma vez destituído de sua forma de subsistência, viu-se obrigado a vender sua força de trabalho, tornando-se proletariado⁷.

Do século XVI ao XIX, o oeste europeu fecundou e exportou um modelo de sociedade em que um grupo deveria ser aceito como o dono *por direito* (WOLKMER, 1993) de todos os meios de produção dos bens úteis para os seres humanos enquanto que outro grupo deveria compor uma reserva de empregados assalariados (MARX, 2022, p. 269; POLANYI, 2001, p. 141). O estopim desse processo se deu quando senhores feudais e seus monarcas perceberam que a agricultura se tornava mais lucrativa ao ser posta a serviço de manufaturas. Portanto, passaram a expulsar o campesinato de suas terras ancestrais para, por exemplo, plantar o pasto para as ovelhas dos produtores de lã (MARX, 2022, p. 268). Polanyi (2001, p. 141) demonstra como dessa comercialização da terra e da (re)produção da população de trabalhadores assalariados culminou uma campanha de regulamentação do dinheiro, do livre mercado de bens e do mercado de

⁷Afinal, onde uma vez existiram intermináveis campos compartilhados pela plebe europeia e pequenas associações de manufatura artesanal em vilarejos e cidades-estados, o crepúsculo do mercantilismo sobrepôs demarcações fundiárias e complexos fábric cujos lucros tributários e mercantis passaram a abastar os primeiros grandes comerciantes, os donos de terras e os monarcas em proporções historicamente inéditas (RIBEIRO, 1978, p. 145–150). O destino destes últimos depois de 1789 é conhecido: foram mortos pelos outros – ou pelo menos depostos – em nome da liberdade, da igualdade e da fraternidade, ou em nome de Napoleão Bonaparte, que cooptou a esteira revolucionária francesa com seu golpe de 1799 (BURNS, 1977, p. 621). Dessa tragédia, fez-se uma farsa, como Marx (2011b) demonstra, pois dali em diante a nova burguesia pôde gradualmente expandir seu controle sobre o Estado republicano que haviam fundado junto com o proletariado e, finalmente, apoiou o golpe de Luís Bonaparte, que em 1851 tentou emular seu famoso tio, tornando-se imperador e estrangulando a inércia revolucionária europeia. Assim como o monarquismo feudal foi substituído pelo liberalismo capitalista em diversas regiões da Europa graças às guerras napoleônicas, o desenrolar da política interna francesa também influenciou o resto do continente nesse sentido (BURNS, 1977, p. 620). Tal farsa bonapartista portanto consistiu numa categórica traição histórica às custas do proletariado, que seis décadas antes havia sustentado a revolução burguesa contra Luís XVI, mas que a partir de 1851 perdeu qualquer chance de participação democrática efetiva no Estado liberal (BAKUNIN, 2014, p. 71–72; MARX, 2011b).

trabalho assalariado. Tal campanha consolidou legalmente o tripé do capitalismo liberal – dinheiro, mercado e trabalho – na França (pós-revolução) e na Inglaterra na primeira metade do século XIX e depois, na segunda metade, no resto da Europa, sob influência da Alemanha de Otto von Bismarck (POLANYI, 2001, p. 19).

Houve, entretanto, um período importante antes que o tripé mencionado acima se erguesse completamente. Trata-se do período colonialista, em que, nas palavras de Marx (2022, p. 280):

A descoberta de ouro e prata nas Américas, o extermínio, a escravização e o soterramento da população autóctone nos túneis das minas, a incipiente conquista e o saque das Índias Orientais, a transformação da África em um[a] reserva para a caça comercial de indivíduos de pele negra, marcam a alvorada da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem os momentos fundamentais da acumulação primitiva.

Acumulação essa cujo circuito metrópole-colônia gerou, simultaneamente, um mercado livre internacional e riquezas em proporções previamente inimagináveis, permitindo assim que estados europeus e, mais tarde, norte-americanos indexassem ao seu ouro a credibilidade do sistema monetário que eles implementaram no mundo todo como o mediador de todo tipo de comércio⁸ (ROTTA; PAULANI, 2009, p. 625; STEHR; VOSS, 2020, p. 100).

Além do colonialismo, claro, o período de transição do feudalismo para o capitalismo foi marcado enfaticamente pela Revolução Francesa de 1789. Quando ela explodiu, a nova estrutura política simplesmente adaptou as relações sociais de poder à estrutura econômica que já havia evoluído durante os 300 anos de colonialismo. “Esse novo mecanismo de poder”, explica Michel Foucault (2017, p. 291), “apoia-se mais nos

⁸ Novamente nas palavras de Marx (2022, p. 120): “Quando a produção de mercadorias se expandiu suficientemente, o dinheiro começou a servir como meio de pagamento para além da esfera da circulação de mercadorias. Torna-se a mercadoria ubíqua dos contratos. As pensões e aposentadorias, os impostos, e assim por diante, transformaram-se de pagamentos em gêneros naturais para pagamentos em dinheiro”.

corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza”, como ainda fazia a política econômica colonial, normalmente chamada de mercantilista (BURNS, 1977, p. 594). Podemos encontrar um exemplo concreto das práticas que adaptaram a política à economia na forma em que a burguesia se apropriou do modelo de assembleia que a coroa francesa organizou poucos anos antes da Revolução para consultar comerciantes sobre como lidar com a crise fiscal da nação (cf. TILLY, 2007, p. 192). Enquanto a filosofia política de John Locke e de Jean-Jaques Rousseau e o pensamento econômico de Adam Smith justificavam a democracia liberal no nível intelectual, no nível prático a burguesia queria apenas ter controle sobre seus investimentos (BURNS, 1977, p. 597–605).

O problema aqui é que o controle sobre investimentos – a produção e o fluxo de capital – passou a ser de fato da burguesia, mas não do resto da população. Conseqüentemente, como Terry Eagleton (2011) mostra em seu livro *Why Marx Was Right* (Por Que Marx Estava Certo), podemos reconhecer que os conflitos sociais da modernidade liberal-capitalista consistem majoritariamente de lutas por meio das quais a classe sistematicamente excluída dos processos de decisão relativos ao capital produzido pela sociedade busca assegurar melhores condições de vida⁹.

Mas não precisamos ser marxistas para concordar com a leitura da história moderna como fundamentalmente uma arena de conflitos sociais sobre os deveres coletivos perante o gerenciamento de recursos. Por exemplo, Yuval Noah Harari (2016,

⁹ Conflitos sociais da modernidade não se resumem à clássica - e de certa forma reduitiva - dicotomia entre burgueses e proletários. Embates também já foram travados entre burgueses bancários e burgueses mercantes (que queriam menos impostos), proletários manuais e proletários técnicos (que construíam as máquinas), proletários homens e proletárias mulheres (que eram impostas deveres domésticos), dentre outros (MARX, 2022, cap. 13, 24; POLANYI, 2001, cap. 5, 21). Isso ajuda a entender a complexidade dos conflitos sociais que se destacam hoje, como aqueles denunciados pelos movimentos feminista, antirracista e decoloniais.

p. 72–73), autor de *Sapiens – Uma breve história da Humanidade*, oferece a seguinte avaliação histórica:

Desde a Revolução Francesa, pessoas do mundo inteiro pouco a pouco passaram a ver a igualdade e a liberdade individual como valores fundamentais. Mas os dois valores são contraditórios. A igualdade só pode ser assegurada se forem diminuídas as liberdades daqueles que estão em melhores condições. Garantir que cada indivíduo seja livre para fazer o que desejar inevitavelmente compromete a igualdade. Toda a história política do mundo desde 1789 pode ser vista como uma série de tentativas de superar essa contradição.

Por sua vez, Max Weber (1976, p. 167, 199 nota 19), sociólogo que explicitamente se distancia de Marx, admite que o capitalismo se sustenta em parte sobre a mentalidade cristã que suprime o sindicalismo, demonizando-o como pecado da preguiça e da negação da vocação dada por Deus ao trabalhador. Em seu tratado *A Filosofia do Dinheiro*, Georg Simmel (2004, p. 393, 509–510), contemporâneo de Weber, também expõe como o capitalismo colocou a sociedade ocidental a serviço do dinheiro e que este tende a se concentrar em poucos lugares, sob comando de poucos indivíduos.

No vai-e-vem social, político e econômico da história moderna, é portanto inegável o surgimento sistemático de espaços de resistência às relações econômicas capitalistas de exploração da força de trabalho da grande maioria da população impostas pelos Estados liberais. Ao longo dos últimos 300 anos, esse tipo de resistência tomou inúmeras formas: da Comuna de Paris em 1871 às ocupações urbanas e rurais contemporâneas; das lutas indígenas pela preservação do seu estilo de vida ancestral ao sindicalismo; dos quilombos às revoluções (Russa, Chinesa, Cubana) e etc. Mas esses bolsões de economia política alternativa (que tentavam produzir, distribuir e trocar bens diferentemente do sistema racionalizado pelos economistas clássicos/smithianos), também tomaram caminhos menos radicais, articulando-se institucionalmente dentro da sociedade civil sob o nome de *economia solidária*. Trata-se de um conjunto de

movimentos bastante plural (os BDTs são apenas um deles), com fortes raízes na França, onde

[t]anto socialistas (Pecqueur, Vidal, Malon) como social-cristãos (Le Play) e mesmo liberais (Dunoyer), sensibilizados com o custo humano da revolução industrial, criticaram a ciência econômica por não integrar a dimensão social. [...] Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas tendo por objetivo o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. (LECHAT, 2002, p. 125)

No Brasil, a economia solidária (ECOSOL) começou a ganhar sua presente configuração sociopolítica, legal e institucional nos anos 2000, quando houve uma articulação intensa entre a sociedade civil e órgãos governamentais, como a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), inaugurada no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva e chefiada por Paul Singer de 2003 a 2016 (NASCIMENTO; SANTOS, 2019). Abraçando o cooperativismo empresarial que cresceu gradualmente na década de 1990 sob baixa articulação intermunicipal, com exceção talvez do caso sul-rio-grandense (TAUILE, 2002, p. 109), Singer pautou a ECOSOL durante sua administração pública da seguinte forma:

A economia solidária é um modo de produção em que os meios de produção são propriedades coletivas daqueles que trabalham com esses meios. Os empreendimentos de economia solidária podem ser de duas espécies: 1) associações de produtores individuais ou familiares, cujos membros trabalham em seus lotes de terra ou em oficinas, mas que realizam em comum diversas operações, tais como compras de matérias primas, vendas de suas produções, arrendamento de máquinas ou de outros equipamentos de alto custo e de uso esporádico, promoção de pesquisas de mercado, de campanhas publicitárias etc.; e 2) fábricas ou outras estruturas de produção cujos equipamentos são usados simultaneamente, tais como navios, hospitais, laboratórios,

redes de distribuição de energia elétrica, hotéis etc. (SINGER; SILVA; SCHIOCHET, 2014, p. 2)

Não reproduzo o trecho acima porque ele representa algum consenso entre especialistas sobre o que é a ECOSOL¹⁰, mas porque ele clarifica o tipo de iniciativas que o Estado brasileiro contemplava em seus programas de apoio à ECOSOL. E aqui emprego o pretérito imperfeito propositalmente, pois desde a cassação do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff em 2016, o desmonte dessa área de atuação estatal tem sido inegável (NASCIMENTO; SANTOS, 2019). Cabe refletir se há relação entre esses fatos: quer dizer, por que o tipo de ECOSOL subscrito pelo Estado tinha aqueles parâmetros particularmente trabalhistas e desenvolvimentistas, que não englobavam, por exemplo, sistemas como os BDTs? Por que os governos federais de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022) não deram continuidade à nenhum item da agenda de ECOSOL, como o SENAES? E por que esse conjunto de fatos constituiu o retrato nacional da ECOSOL até hoje? Tais questionamentos mereceriam toda uma outra dissertação, mas contentemo-nos com um comentário breve para minimamente satisfazer a linha de raciocínio que venho construindo.

A noção que ajudam a compreender o retrato da ascensão e queda da ECOSOL em território nacional – e de fato em grande parte do mundo (MARTIN, 2016; SCHOR; VALLAS, 2021) – é a de *neoliberalismo*, “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens [sic] segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Concorrência entre quem e por que? Entre indivíduos que, agindo como empresários ou empreendedores, disputam por recursos, digamos, analógicos (como matérias-primas, conhecimento ou dinheiro recebido em troca de bens e serviços) ou digitais (crédito emprestado por investidores,

¹⁰ Trago uma definição mais completa, que comporta sistemas como os BDTs, perto do final dessa seção.

bancos comerciais ou o Banco Central de cada país) – recursos, claro, que os permitam lucrar mais capital para se manter na concorrência (SAHR, 2022). Tal processo cíclico de constante concorrência ou de concorrência pela concorrência geraria o que um dos principais economistas neoliberais (cf. ROCHA, 2021, p. 24–25), Friedrich von Hayek (2017, p. 14, 143, 65), chama de “ordem humana ampliada espontânea” ou “ordem ampliada da cooperação humana”, onde “a lucratividade funciona como um sinal que guia a seleção daquilo que torna o homem [sic] mais frutífero”, ou seja, mais eficiente e produtivo¹¹.

Creio que entender a extensão da capilaridade que o neoliberalismo desfruta hoje em dia nos vários níveis da vida social – como economia, política, cultura, educação, sistema jurídico, interações face-a-face, subjetividade (cf. por exemplo BROWN, 2015; FISHER, 2009; HARVEY, 2005; ROCHA, 2021) – ajuda a também entender a trajetória recente da ECOSOL ao redor do mundo e no Brasil. Como demonstrarei em seguida, o advento do neoliberalismo nos anos 1970 deu uma nova direção à ECOSOL por duas razões (cf. LECHAT, 2002). Primeiro, as medidas de austeridade que os poderosos agentes de disseminação do neoliberalismo, como organizações internacionais e países ricos, impuseram nestes mesmos países assim como nos países pobres que precisavam de empréstimos, implicaram na diminuição do tamanho do Estado, particularmente o tamanho de seus programas sociais, quaisquer que eles fossem em um determinado lugar

¹¹ A teoria de Hayek (2017), basilar para a economia neoclássica ou neoliberal, apela para conceitos da biologia evolutiva, da psicologia e da comunicação, passando por críticas à intelectualidade preocupada com causas sociais e ao centralismo econômico de Estado que ele atribui ao socialismo. De acordo com o autor, “a divisão alterável entre muitos indivíduos realmente capazes de decidir sobre seu uso do poder de dispor de recursos específicos – alcançada pela liberdade individual e pela propriedade separada [privada] – possibilita a mais plena exploração do conhecimento disperso”. Ainda, “o tamanho da nossa produção global é tão expressivo apenas porque, por meio do intercâmbio no mercado de propriedades separadamente possuídas, podemos utilizar conhecimentos amplamente dispersos de fatos específicos a fim de alocar recursos separadamente possuídos. O mercado é o único método conhecido de fornecer informações que habilitam os indivíduos a julgar as vantagens comparativas de diferentes usos dos recursos de que têm conhecimento imediato e por meio de cujo uso, pretendam ou não fazê-lo, satisfazem às necessidades de indivíduos desconhecidos e distantes. Esse conhecimento é *em essência* disperso, e não é possível coletá-lo e transmiti-lo a uma autoridade encarregada da tarefa de criar ordem de modo proposital” (HAYEK, 2017, p. 106–107, ênfase do original).

(EVANS; THOMAS, 2014, p. 436). Afinal, “tornar a economia nacional competitiva internacionalmente” (WELLEN, 2012, p. 35) passa a ser um dos principais papéis do Estado sob a ordem neoliberal, o que significa que essa economia nacional deve ser atraente para investidores estrangeiros que obviamente querem gastar pouco e lucrar muito, burlando direitos locais. Movimentos sociais tiveram que então se mobilizar para tentar suprir a falta que políticas públicas fizeram, dando um novo papel à ECOSOL.

A segunda razão pela qual o neoliberalismo influenciou tanto a ECOSOL no Brasil e em outros países está relacionada com as crises fiscais que ele condicionou, como grandes e pequenas quebras da bolsa de valores e de empresas, cujos perdedores são aqueles trabalhadores que perdem sua poupança, seu emprego ou a garantia de seus direitos trabalhistas, cuja implementação se torna cara para os empregadores (BROWN, 2015, p. 70–71). Ao mesmo tempo, então, que as populações pobres tinham que aprender a lidar com a crescente falta de programas sociais estatais com os quais anteriormente contavam, elas também tinham que lidar com ainda mais desemprego ou com condições de trabalho precárias. Solidariedade entre eles se tornou mais necessária, e começou a ser expressa pela criação de “empresas autogeridas” (LECHAT, 2002, p. 125) que, ao contrário dos sindicatos, operam com um número pequeno de trabalhadores que não tem poder de barganhar com os donos dos meios de produção (TOLEDO, 2019).

E de fato, nas biografias dos criadores dos BDTs fica evidente o impulso solidário por trás dessas organizações: Josiah Warren queria criar uma sociedade onde ninguém lucraria em cima do trabalho de outrem (BAILIE, 1906); Teruko Mizushima queria criar uma rede de segurança social para idosos que não possuíam poupanças para sua aposentadoria (MILLER, 2008b); e Edgar Cahn queria estancar o vácuo deixado pelo recuo do Estado de Bem-Estar Social nos EUA (COLLOM; LASKER; KYRIACOU,

2012). Da mesma forma, as feministas italianas queriam que o Estado valorizasse o tempo de trabalho doméstico e não só o de trabalhado assalariado (GUÉRIN, 2005, p. 168).

A adoção da doutrina neoliberal a nível global tem uma história marcada pela queda da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, que Hayek diagnosticou como sendo causada por intervenções estatais na economia (ROCHA, 2021, p. 25), e pelos Acordos de Bretton Woods nos EUA em 1944, onde nasceram o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (inicialmente focado em auxiliar a Europa pós-II Guerra e hoje chamado de Banco Mundial), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (ratificado em 1947) e o padrão dólar-ouro, sob o qual as moedas nacionais dos países membros dessas instituições seriam indexadas ao dólar estadunidense e este, por sua vez, seria indexado a uma quantidade específica de ouro (WATSON, 2014; WOODS, 2014).

Quem estava presente em Bretton Woods era o economista liberal John Maynard Keynes, adepto da “crença geral no gerenciamento da ordem de mercado” (HAYEK, 2017, p. 80), cuja teoria orientava as negociações (WATSON, 2014, p. 422). De fato, a formalização em Bretton Woods da política desenvolvimentista de empréstimos com baixo interesse de retorno, assim como da tutela dos EUA sobre o comércio internacional, refletem essa leitura hayekiana do keynesianismo (GILPIN, 1987, p. 63–64; ROCHA, 2021, p. 30; porém, cf. MCGOEY, 2018). Keynes, ao contrário de Hayek, acreditava que a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque havia sido causada justamente pela falta de participação estatal na economia (GHIZONI, 2013). Os Acordos de Bretton Woods ainda estavam dentro dos confins do liberalismo, então, justamente pelo papel intervencionista que eles conferiam aos Estados ricos no âmbito do mercado internacional e aos Estados pobres no âmbito de sua própria industrialização (EVANS; THOMAS, 2014, p. 435).

Todavia, o arranjo político-econômico global descrito acima mudou muito a partir de 1971, quando o então-presidente dos EUA Richard Nixon impôs uma taxa de 10% sobre importações para revalorizar sua indústria interna (WOODS, 2014, p. 246), e determinou a substituição do padrão dólar-ouro pelo padrão dólar-dólar¹², ou “dólar puro” (ROTTA; PAULANI, 2009, p. 610). Antes, o valor da moeda mais importante do mundo – no sentido em que era a mais usada em grandes transações internacionais, em projetos de energia, de infraestrutura e etc. – era fixo. Ele simbolizava e podia ser convertido pelo Banco Central estadunidense em uma quantia específica da mercadoria ouro (U\$35 = 1 onça ou cerca de 28 gramas de ouro; GHIZONI, 2013). Agora, contudo, a mercadoria-pivô do regime econômico global passa a ser o dólar. E como toda mercadoria, seu valor hoje é determinado pela lei da oferta e demanda, onde sua oferta vem de bancos com reservas da moeda, e sua demanda vem de indivíduos que compram e vendem os mais variados produtos e serviços com o dólar (AMADEO, 2022).

A instauração do padrão dólar puro foi um dos grandes passos na instrumentalização da teoria neoliberal que até então havia permanecido “obscurecida” (HAYEK, 2017, p. 135). O liberalismo clássico, principalmente o keynesiano, é embasado na ideia de que os custos de produção e os custos de consumo de mercadorias tendem ao equilíbrio, mas que impactos externos, como inovações tecnológicas e acumulação desenfreada de capital, deixando-o fora de circulação, impedem tal equilíbrio

¹² Nixon foi pressionado por David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank na época, e por outros banqueiros e empresários norte-americanos que queriam remover o limite material da liquidez de seus ativos financeiros (PRINS, 2020, p. 66). Dentre outros fatores, o custoso fracasso prolongado da Guerra do Vietnã, do ponto de vista econômico e político, contribui muito para a força dessa pressão sobre Nixon (MARTINS, 2011, p. 193). Outro motivador para essa medida foi a independência econômica que a União Europeia, cada vez mais integrada, conquistou depois de mais de duas décadas de reconstrução pós-II Guerra, assim como o crescimento das exportações e de parte da economia de países pobres, que passaram a competir com produtos norte-americanos (WOODS, 2014, p. 245). Em suma, o padrão dólar-ouro não permitia que a moeda estadunidense fosse valorizada, enquanto que outras moedas estavam a alcançando.

(cf. GILPIN, 1987, p. 29). Nesses casos, o Estado deveria subsidiar custos exacerbados do lado da demanda ou da oferta, conforme necessário (HARVEY, 2018, p. 84).

O neoliberalismo, ao contrário do liberalismo, confere ao Estado o papel de árbitro regulador da arena de competição mercadológica, mas nunca o papel de jogador (WOODS, 2014, p. 247). Ou seja, o Estado (e instituições internacionais subordinadas a Estados, principalmente aos ricos, como o FMI) deve controlar a si próprio para que não impeça, e de fato facilite, criando canais para, comércio privado. Por exemplo, o padrão dólar puro indexou o valor do meio de troca mais importante do mundo ao resultado da competição entre investidores pela compra e venda de produtos financeiros, como títulos acionários na bolsa de valores, empréstimos hipotecários e dinheiro nessa ou naquela moeda nacional (AMADEO, 2022).

De certa forma, então, o “regime de câmbio flutuante” (BRAZ, 2020, p. 64) do neoliberalismo atualiza o velho liberalismo para o contexto de globalização porque reduziu a importância dos filtros alfandegários de qualquer Estado nos processos de circulação de capital, no sentido em que ouro não precisaria mais ser transportado de um país para outro, assim como retirou a responsabilidade do Banco Central estadunidense de acumular ouro para garantir a confiança coletiva no sistema monetário (PRINS, 2020, p. 67). Tal confiança, claro, recaiu sobre o poder bélico e comercial-produtivo dos EUA e de seus aliados – cruciais para a credibilidade de promessas fiscais e para as imposições forçadas de modelos de negócios em países devedores pobres (cf. próximo parágrafo), assim como sobre os investidores cujas transações digitais precederam as aberturas legais dos mercados nacionais para o mercado internacional devido ao seu meio de transmissão eletrônico, muito mais rápido e fácil de fazer dinheiro circular do que papel e ouro (HARVEY, 2018, p. 16, 62). Paradoxalmente, do ponto de vista ideológico, nessa esteira da revalorização da economia estadunidense, Nixon

aprovou um imposto protecionista de 10% sobre importações, como já foi mencionado, algo que ao lado do fim do padrão dólar-ouro duplamente feriu o sistema vigente desde 1944 (WOODS, 2014, p. 246).

Depois de 1971, então, o aparato institucional de Bretton Woods foi cada vez mais aliviado de suas equalizadoras e democráticas, por mais incipientes que fossem, da mesma forma que grandes bancos comerciais foram aliviados da necessidade de pesar seus empréstimos em ouro antes de concedê-los a devedores (VENN, 2018a). Em termos práticos, essa medida deu total poder ao Banco Central dos EUA e aos bancos comerciais associados a ele de emitir, ou seja, de *produzir* dinheiro na forma de crédito, independentemente das reservas de riqueza material a sua disposição¹³ (WATSON, 2014, p. 428). Aaron Sahr (2022) chama isso de *Keystroke Kapitalismus*, o capitalismo de teclamento, por causa do poder adquirido pelos simples cliques do botão desses banqueiros.

Diante da facilidade com que bancos podiam criar crédito¹⁴, consumo por endividamento se tornou a norma (GRAEBER, 2014, cap. 12) – vide, por exemplo, a

¹³ Embora essa caracterização do que os grandes bancos fazem no sistema econômico atual seja importante para a linha de raciocínio que venho traçando, ela não é um consenso entre especialistas. Economistas como Andrew Walter (1991), por exemplo, não acreditam que dinheiro pode ser simplesmente criado do nada: para ele, “bancos criam *meios de pagamento* (depósitos) com base em cálculos de riscos e lucros” (PRINS, 2020, p. 43 - ênfase e tradução minhas). Ou seja, Walter vê a especulação financeira como um meio para que o verdadeiro dinheiro circule, mas ela mesma não seria uma forma de dinheiro. Como contraponto, todavia, poderíamos indagar se há realmente diferença entre a função do dinheiro enquanto meio de troca e sua forma em qualquer determinado momento ou período histórico (HARRIS, 1979). Entra-se aqui numa questão ontológica onde é possível que discordâncias se devam mais à diferenças semânticas do que à qualquer outra razão. De qualquer forma, que esse comentário sirva de lembrete de que a economia política internacional contemporânea foi erguida em cima de uma compreensão incompleta da natureza do dinheiro (NORTH, 2007, p. 14). Tal observação não é, em si, uma crítica, mas ela será relevante quando virmos as especificidades do funcionamento dos BDTs, assim como suas imperfeições enquanto sistemas monetários influenciados pelo neoliberalismo.

¹⁴ Marxistas chamam o crédito financeiro de “capital fictício” (CAVALCANTE, 2014, p. 122), uma vez que seu uso em transações no presente é justificado pela promessa do capital que virá no futuro, quando os empréstimos forem pagos. (Correndo o risco de soar reduutivo, o termo ‘dinheiro grátis’ vem à mente.) O capital fictício circula por meio dos mecanismos especulativos, que funcionam como um mercado de apostas sobre quando é melhor comprar e vender dólares e ativos financeiros (HARVEY, 2018, p. 104–106). A crise financeira de 2008 é um dos exemplos mais trágicos das consequências desse característica do sistema financeiro. Nesse caso, na década que precedeu a crise, bancos estadunidenses emprestaram crédito irresponsavelmente para que indivíduos comprassem residências, que eles então hipotecavam como garantia aos bancos de que eles teriam algum retorno (tento resumir aqui um conjunto complexo de

proliferação do uso de cartões de crédito, cuja mecânica básica é o endividamento de clientes bancários, que devem quitar suas dívidas todo mês (RITZER, 2002). E isso não se resume aos consumidores individuais, mas inclui os Estados também. Muitos países asiáticos e latino-americanos contraíram dívidas com bancos estrangeiros e com o FMI nos anos 1970 e 1980 durante projetos desenvolvimentistas pautados pelas potências mundiais¹⁵ (EVANS; THOMAS, 2014, p. 436; PRINS, 2020, p. 67).

Eram tempos de Guerra Fria; os EUA e seus principais aliados acreditavam que deveriam combater a URSS de todas as formas seguras para si – guerreando em solos estrangeiros, como na Guerra do Vietnã de 1959 a 1975 (APPY, 2015), apoiando golpes de Estado, como o de 1964 no Brasil (PEREIRA, 2018), e financiando projetos de desenvolvimento (EVANS; THOMAS, 2014, p. 435). Entretanto, as condições desses empréstimos impuseram sobre os novos devedores reformas estruturais que refletiam o modelo de governo neoliberal já mencionado (PINTO, 1997; WATSON, 2014, p. 425).

Por exemplo,

no caso latino-americano, foram incorporadas [...] medidas como a redução do *deficit* fiscal, com base na diminuição da burocracia estatal; o incremento de preços a mercadorias que tinham sido até então subsidiadas (produtos de primeira necessidade

fatores que não substitui as explicações muito mais completas em cf. HOLT, 2009; HOZÍĆ; TRUE, 2016; RADDATZ; VALCKX, 2019; WATSON, 2014). Quando o valor dessas residências começou a subir junto com sua demanda, já que sua compra havia sido tão facilitada para indivíduos e especuladores imobiliários (que depois planejavam vendê-las por preços mais altos), ficou claro para os bancos e acionistas atentos que muitos desses empréstimos, principalmente aqueles indexados ao preço flutuante da casa, jamais seriam repagados. Contudo, esses mesmos empréstimos haviam gerado contratos que os bancos puderam converter em ativos financeiros e vender em frações, chamadas “letras imobiliárias”, no “mercado secundário de ações” (COSTA JUNIOR, 2011, p. 5, 21) para fundos de investimento em busca de renda fixa, baixa, mas supostamente confiável. Tal confiabilidade vinha principalmente da nota que agências contratadas pelos próprios bancos davam aos ativos. Ou seja, essas avaliações eram enviesadas, e por causa disso os bancos e firmas de crédito imobiliário conseguiam lucrar duplamente em cima de empréstimos a indivíduos incapazes de quitar suas dívidas. Quando esses devedores começaram a declarar falência, a execução das hipotecas não cobria a quantidade que os bancos deviam aos compradores de suas letras imobiliárias, tanto porque o pico do mercado imobiliário já havia passado quanto porque não haviam tantos compradores como o bolha de crédito hipotecário havia feito parecer, inflando os preços inicialmente. Como uma casa de cartas, a rede de interdependência entre bancos, fundos de investimentos e até Estados criada pelo consumo de ativos financeiros por endividamento, que foi em si vendido como crédito, colapsou.

¹⁵ Se antigamente o colonialismo era justificado como um movimento civilizador (SAID, 1990, p. 96), hoje o imperialismo é justificado como um movimento desenvolvimentista (BASSEY, 2019).

da cesta básica); congelamento de salários; incremento de taxas de interesse em busca da geração de poupança; desvalorização da moeda e medidas de proteção do capital estrangeiro, buscando incentivar seu investimento nesta parte do globo. Tudo isto foi desenvolvido em duas etapas diferenciadas: na década de 1980 se aplicaram as chamadas “reformas de primeira geração” com critérios prioritariamente baseados no ajuste anti-inflacionário - recorte do gasto público e aumento das taxas de interesse -; enquanto na década de 1990 tomaram corpo as transformações complementárias, conceitualizadas como “reformas de segunda geração”, que implicaram abertura comercial, privatizações e flexibilização do mercado de trabalho, sob o guarda-chuva do “Consenso de Washington”¹⁶. (ZIBECHI; MACHADO, 2017, p. 70 - itálico do original)

O trecho anterior ilustra algumas das consequências que ideias de economistas neoliberais, como Hayek, tiveram ao tomarem o lugar do liberalismo no imaginário de políticos, banqueiros e empresários dos EUA e de outros países ricos na segunda metade do século XX (ROCHA, 2021, p. 31), levando ao fim do padrão dólar-ouro e à subsequente aceleração da “financeirização” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 28) da

¹⁶ O Consenso de Washington é uma espécie de guia de boas práticas neoliberais elencadas por políticos e grandes empresários/investidores, de maioria anglo-saxônica, que se reuniram na capital estadunidense em 1989 (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 197–198; MARTINS, 2011, p. 253; WOODS, 2014, p. 248). Creio que esse foi um marco importante por três motivos: primeiro, o Consenso de Washington formalizou um conjunto de atitudes político-econômicas que já vinham ganhando força no cenário internacional desde o fim do padrão dólar ouro em 1971, mas que ainda careciam de um reconhecimento explícito por parte de tomadores de decisão chaves; segundo, essa formalização das práticas neoliberais seguiu a queda do muro de Berlim, sinalizando quem seria o próximo inimigo dos EUA depois da dissolução da URSS, a saber, as barreiras ao comércio do Estado liberal clássico; terceiro, e certamente não menos importante, as reuniões que geraram o Consenso aconteceram justamente quando países pobres, como Índia e Brasil, estavam ganhando mais espaço na rodada de negociações multilaterais sobre o comércio transnacional promovida pela equipe do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (estabelecido em 1944 em Bretton Woods). A chamada Rodada do Uruguai, porque foi primeiro anunciada em Punta del Este, durou de 1986 a 1994, e foi marcada pela preponderância um tanto quanto inédita de blocos de negociação formados unicamente por países de regiões pobres, como a América Latina (WINHAM, 2014). O maior resultado dessa rodada de negociações foi a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), cuja estrutura elevou o poder vinculativo dos acordos anteriores, incorporando e incrementando, por exemplo, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio. A OMC é mais democrática que o Banco Mundial e o FMI, o que reflete a dinâmica inaugurada na Rodada do Uruguai graças aos esforços dos representantes de países pobres. Esforços esses que certamente contribuíram para a insatisfação das potências bélicas e econômicas que conjuraram, quase que unilateralmente, o Consenso de Washington paralelamente àquelas negociações multilaterais. Desejo enfatizar, por fim, que a dinâmica que acabo de descrever é mais um exemplo do tipo de conflito social que muitos têm em mente ao analisarem a vida social como um todo (COSER, 1961; DAHRENDORF, 1976; MARX; ENGELS, 1984; SIMMEL, 1976) – posição que também defendo mais explicitamente no começo dessa seção do capítulo.

economia política internacional. Nessa nova fase do capitalismo¹⁷, o que havia sobrado do sistema Bretton Woods, particularmente o Banco Mundial e o FMI, foi realinhado com os novos programas de produção e de acúmulo de capital financeiro/digitalizado dos bancos de países ricos (EVANS; THOMAS, 2014, p. 436; STEHR; VOSS, 2020, p. 28). Esse realinhamento programático não foi uma conspiração malévola: na verdade, do ponto de vista dessas organizações internacionais, as condicionalidades reformistas de seus empréstimos aos países em desenvolvimento serviram para modernizá-los, tornando-os mais transparentes e confiáveis do ponto de vista legal, equipando-os com instituições capazes de regular a competitividade de seus mercados internos para que investidores nacionais e internacionais pudessem operar com a tranquilidade de que seu capital não seria desvalorizado por má-gestão ou roubado e que suas empresas não seriam estatizadas¹⁸ (DAWSON; SWISS, 2020).

Mas por que tudo isso importa para um estudo sobre a ECOSOL? Há algumas páginas enumerei dois porquês entrelaçados: tanto o corte de programas sociais quanto o aumento do desemprego e da desigualdade – ambos fenômenos causados pelas políticas neoliberais descritas acima (EVANS; THOMAS, 2014, p. 436) – forçaram os indivíduos afetados a buscarem novas formas de sobreviver, algumas das quais chamamos de ECOSOL hoje em dia (MAGALHÃES-TIMOTIO; BARBOSA; VELOSO, 2009, p. 507). Esse é um lado da resposta.

Por outro lado, os inúmeros movimentos sociais e étnicos trouxeram uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio-ambiente. A queda do muro de Berlim, símbolo do fim de uma utopia, levou à

¹⁷ A fase do capitalismo que precedeu a fase neoliberal ou financeira é a fase liberal ou industrial (PINTO, 1997), em que, como vimos, as repúblicas europeias e norte-americanas se formaram e se industrializaram, colonizaram os outros continentes, guerream entre si e, em suma, criaram as relações internacionais cuja história ainda estamos desenrolando hoje em dia.

¹⁸ O “teto de gastos da União” implementado pelo governo de Michel Temer em 2016 e tão presente nas notícias no momento da redação desse texto (por exemplo, BRANDÃO, 2022) é uma dessas regras de governança neoliberal que tranquiliza investidores.

produção de novas utopias compostas por comunitarismo, solidariedade e voluntarismo. (LECHAT, 2002, p. 125)

É essa última relação entre a ECOSOL e a era neoliberal (que viu a dissolução da URSS e foi por ela reforçada) sobre a qual nos debruçaremos até o fim da atual seção do capítulo de revisão da literatura. Como demonstrarei, movimentos de ECOSOL não escaparam totalmente das mudanças sociais fomentadas pelo neoliberalismo. Em geral, eles não só tiveram que se moldar, organizacional e programaticamente, para caberem no vazio criado pela falta de políticas públicas, mas também acabaram se inspirando em modelos de sociabilidade, de produção e de troca próprios ao processo de financeirização da economia política (BROWN, 2015, p. 202; WELLEN, 2012, p. 91).

Finalmente compreenderemos os processos externos aos BDTs que desembocaram diretamente no seu funcionamento interno, cuja natureza trataremos na próxima seção. Também compreenderemos o que levou à ascensão, à configuração institucional e à queda da ECOSOL brasileira entre 2003 e 2016, período em que Paul Singer foi Secretário Nacional de Economia Solidária, como mencionado anteriormente.

Ao meu ver, devido aos propósitos desse estudo, o conceito-chave para nossa compreensão das questões acima é algo que esteve implícito na discussão sobre o processo de financeirização da economia política contemporânea. Esse conceito é o de *monetarismo*. Refiro-me tanto à antiga tradição teórica inaugurada por David Hume no século XVIII e revivida pelas equações de Milton Friedman, dentre outros economistas decepcionados com o keynesianismo, nos anos 1960 quanto às políticas neoliberais que ela prescreve ao Estado (NIGGLE, 2010).

O monetarismo é marcado pelas visões econômicas clássicas de que o mercado é um fenômeno natural cujas dimensões, como preços, salários, disponibilidade de empregos e nível de produção, flutuam de acordo com a oferta e a demanda de mercadorias, mas o que o diferencia é a centralidade da moeda de troca nesse esquema

teórico. Os monetaristas negam as “propriedades específicas da moeda, suas qualidades e seu próprio conceito, dando lugar apenas ao [seu] aspecto quantitativo”, o qual a curto prazo “determinaria o nível geral de preços de maneira proporcional” (SOPENÑA, 2007, p. 24). Ao longo prazo, o mercado se reequilibraria porque a oferta de moeda – ou seja, sua constante circulação enquanto mercadoria em cada compra e venda de todas as outras mercadorias – *causaria* uma alta ou uma baixa na demanda por mercadorias, que em si regularia os preços e a produtividade geral (HARRIS, 1979, p. 134). Mas e os salários e a disponibilidade de empregos? Eles deveriam sempre estar abaixo da satisfação plena da classe trabalhadora tanto para manter a demanda sob controle quanto para estimular a concorrência entre aqueles dispostos a trabalhar por menos dinheiro do que seus pares (HAYEK, 2017, p. 176, 178).

Orientados pelas ideias acima, o grupo de economistas em questão posicionou a política monetária no topo da hierarquia de prioridades de Estado, acima da política fiscal keynesiana (preocupada com gastos públicos) e com certeza acima de qualquer política social (NORTH, 2007, p. 13–15). Complexos cálculos econométricos poderiam ser, e foram, apresentados para justificar seus conselhos (HARVEY, 2018, p. xiii).

O escopo do presente trabalho de sociologia interpretativa obviamente dispensa qualquer detalhe relativo à matemática do monetarismo, mas cabe apreciarmos aqui, de forma abrangente, a difusão social de sua lógica. Ela foi transferida dos círculos acadêmicos da Escola Austríaca e da Escola de Chicago para os *think tanks* de lobbyistas neoliberais em diversos países (incluindo o Brasil), para os ouvidos de governantes como Ronald Reagan, Augusto Pinochet e Margaret Thatcher e, finalmente, para as estruturas de repúblicas liberais (no processo de financeirização) e para suas culturas nacionais, sua *doxa*, seu senso comum (cf. por exemplo, BROWN, 2015; DARDOT; LAVAL, 2016; PRINS, 2020; ROCHA, 2021).

Enquanto termos como eficiência, produtividade, taxa de juros, produto interno bruto, inflação, taxa de câmbio (ou as altas e baixas do dólar), custo-benefício e etc. passaram a fazer parte do vocabulário cotidiano (ABRAMOVAY, 2009; CENTENO; COHEN, 2012; VENN, 2018b), a preponderância da figura do economista nas tomadas de decisões políticas foi naturalizada em detrimento da (falta de) participação de outros cientistas sociais nas cúpulas estatais (HARRIS, 1979, p. 133; IRWIN, 2017). E como o avanço tecnológico e o fim do padrão dólar-ouro transformaram a moeda em um quantum de informação digital nos servidores dos Bancos Centrais e outras instituições financeiras seguradas pelas reservas de arrecadação do Estado, cada vez mais meios de trocar essa moeda rapidamente para lucrar em cima das oscilações do mercado aparecem hoje no mundo dos investimentos e são vendidas a clientes bancários não-especialistas como fundos e seguros os mais variados (GRAEBER, 2014, cap. 12). Educação financeira politicamente acrítica é cada vez mais esperada dos cidadãos, não só sua força de trabalho (BEVERUNGEN; DUNNE; HOEDEMAEKERS, 2009). Sob esse novo paradigma, o *Homo sapiens* tornou-se “*Homo economicus*” (AILON, 2020) e foi viver na “sociedade do cansaço” (HAN, 2017).

“Qual a alternativa?”, provoca Thatcher (1980 - tradução minha), antiga primeira ministra da Grã Bretanha, que então conclui: “não há alternativa”. Em inglês, TINA – *there is no alternative* (não há alternativa) – é há 40 anos “um slogan tão sucinto para o realismo capitalista quanto se poderia querer”, coloca Mark Fisher (2020, p. 17), “transform[ando-se] em uma profecia autorrealizável brutal”. Ou seja, as relações hierárquicas de produção estão aqui para ficar – sem horizontalidades, sem redistribuições, sem revoluções. É nesse contexto que qualquer mobilização coletiva preocupada com a desigualdade deve ser situada. Em outras palavras: monetarismo enquanto componente central da financeirização, financeirização enquanto componente

central do neoliberalismo e neoliberalismo enquanto componente central dos conflitos sociais contemporâneos por melhores condições de vida, essa é a linha de raciocínio que ofereço para melhor compreendermos a história da ECOSOL a partir da década de 1970.

Por causa das mazelas sociais que a financeirização deixou em seu rastro de austeridade e individualismo competitivo, poderíamos usar uma metáfora econômica e afirmar que o neoliberalismo gerou demanda por solidariedade. Ao mesmo tempo, ele supriu essa demanda ao ofertar o monetarismo (tomado aqui amplamente tanto como teoria quanto como racionalidade econômica). Problema e solução no mesmo sistema: ‘aos que querem ajudar os necessitados’, teriam dito os neoliberais, ‘basta que criem uma economia onde a moeda de troca seja a solidariedade’. Eis um bom mito de criação para a ECOSOL. Ainda estamos em grande parte num campo metafórico, claro, mas lembremos que os BDTs são um tipo de ECOSOL onde a moeda de troca é o tempo despendido *em atos de solidariedade*, portanto a frase anterior também funciona um pouco no sentido literal.

Voltemo-nos, porém, para o lado definitivamente metafórico da frase neoliberal hipotética acima. Podemos ilustrar o que ela quer dizer sobre a influência do monetarismo sobre mobilizações solidárias com três exemplos. Primeiro, temos a clássica justificativa do acúmulo monetário enquanto meio para fins filantrópicos (cf. CARNEGIE, 2006) que o neoliberalismo apenas reforçou, de forma que o monetarismo do filantropo (sua demanda exasperada por e oferta parcimoniosa de capital) passou a ser vista como uma prática solidária tão válida quanto, ou às vezes até mais que, iniciativas coletivas e públicas (SCULLY et al., 2018; SILVER, 2007). Segundo, reivindicou-se a superioridade das soluções mercadológicas para problemas sociais (ABRAMOVAY, 2009), de forma que os fluxos monetários que reequilibram o mercado passam a ser vistos como solucionadores automático desses problemas – presumivelmente porque estes últimos

estariam envolvidos no desequilíbrio do mercado originalmente¹⁹. Por último, o monetarismo surgiu também como princípio organizador de atividades da ECOSOL, incluindo aquelas que empregam as chamadas “moedas sociais”, “alternativas”, “complementares” ou “locais” (DITTMER, 2014; NORTH, 2019; ROMANELLO, 2017; SOARES, 2006), como os BDTs, pois mesmo não usando moedas nacionais, elas ainda precisam ou reproduzir aspectos do sistema de trocas mediadas por moedas defendido pelo monetarismo ou se venderem para o público como algo explicitamente antitético a esses aspectos (LEÃO, 2014; OLIVEIRA, 2017; SHILLER, 2018). Por exemplo, entusiastas enquadram os méritos dos BDTs em termos financeiros, como apontado a ausência de juros ou interesse sobre os créditos-hora (CAHN, 2001), que fomentariam abusos por parte dos administradores e usuários cujos serviços são mais requisitados, e sua capacidade de capitalizar em cima de talentos não capitalizados pelo sistema monetário nacional (SCHROEDER, 2020, p. 105).

Certas vertentes do pensamento neoliberal inclusive preveem a diversificação monetária. Hayek, ao contrário de Friedman (cf. NORTH, 2007, p. 15), teria de fato saudado essas moedas sociais como formas de “experimentação e seleção privada entre os meios alternativos” de um sistema monetário que já “sofreu tantos abusos vergonhosos

¹⁹ Hayek (2017, p. 161–162), um dos maiores intelectuais do neoliberalismo ao lado de Friedman e Milton, justifica essa ideia da seguinte forma: “Todo sistema ampliado de cooperação deve sempre se adaptar às mudanças de seu meio natural (que inclui a vida, a saúde e a força de seus membros); a exigência de que só ocorram mudanças cujo efeito seja justo é ridículo. Quase tão ridícula quanto a convicção de que a organização deliberada da reação a tais mudanças possa ser justa. A humanidade não poderia ter alcançado, tampouco poderia manter agora o número de indivíduos que tem hoje, sem uma desigualdade que não é determinada por nenhum juízo moral deliberado nem é conciliável com um. O esforço sem dúvida melhorará as chances individuais, mas apenas o esforço não pode garantir resultados. A inveja daqueles que se esforçaram com o mesmo afincio, embora muitíssimo compreensível, contraria o interesse comum. Assim, se o interesse comum é *de fato* nosso interesse, não devemos ceder a esse aspecto instintivo demasiado humano, mas, ao contrário, permitir que o processo de mercado determine as recompensas. Ninguém pode avaliar, salvo por intermédio do mercado, a dimensão de uma contribuição individual ao produto global; tampouco seria possível determinar, de outro modo, que remuneração deve ser proposta a alguém para que possa escolher a atividade mediante a qual poderá prestar uma contribuição maior ao fluxo de bens e serviços oferecidos em geral”. Assim, mesmo não sendo um filantropo tradicional, o capitalista dono de algum meio de produção ainda beneficia mais a sociedade do que um sindicalista, por exemplo. Dar emprego, ou melhor, contratar um funcionário passou a ser visto como fazer caridade

por parte dos governos”, tanto “que ainda não sabemos direito que bem o dinheiro seria – ou o quanto ele poderia ser bom” (HAYEK, 2017, p. 142). Isso remete às críticas em relação à nomenclatura dessas moedas sociais (MARTIN, 2016; NORTH, 2007, cap. 3): seriam elas complementares, no sentido de ajudarem o sistema capitalista, ou alternativas de fato, no sentido de escaparem desse sistema? Rolf Schroeder (2020, p. 108 - tradução e ênfase minha) propõe que cada vez mais o “*monetarismo*” domina os movimentos de moedas sociais, tornando-os assim em moedas mais complementares do que alternativas.

Mas até os tipos de ECOSOL que não usam uma moeda social, como as cooperativas que compartilham equipamentos, também devem se render ao sistema hegemônico:

[sua] produção precisa ser comercializada e vendida no mercado, as organizações de “economia solidária” não podem sobreviver de forma isolada do complexo social da economia. Desta forma é que se torna mais complicado rogar, tal qual o fazem representantes do “terceiro setor”, por uma sociedade civil sem ligações com o setor político – o Estado –, e, especialmente, com o setor econômico – o mercado. (WELLEN, 2012, p. 163)

Nesse contexto, percebe-se que o Estado e o mercado são as duas frentes institucionais onde ocorre a assimilação da ECOSOL ao monetarismo.

No Brasil, a assimilação com o Estado tem particularidades importantes, como Leonardo Avritzer (2012, p. 394) elenca na sua análise da sociedade civil como um todo:

A sociedade civil brasileira teve sua institucionalidade criada por dois processos, a reação dos setores populares ao processo antidemocrático de modernização do país que interferiu intensamente na sua vida cotidiana e um processo de democratização que fez das associações civis atores importantes no processo de aprofundamento democrático. As associações da sociedade civil mostram uma variedade de concepções de participação que resultam de ambos os processos.

A falta de direitos plenos de livre associação, que durou entre 1930 e meados da década de 1970, primeiro por causa do controle do Estado sobre os sindicatos na Era Vargas, depois pela repressão totalmente proibitiva da Ditadura Militar, manteve a sociedade civil e sua parcela que poderíamos chamar de economia solidária muito incipientes. Porém, quando o processo de redemocratização começou a tomar forma no final dos anos 1970 – período em que o Brasil também passou a derrubar sua política protecionista de substituição de importações – movimentos e organizações da sociedade civil que queriam ter algum impacto tiveram que se assimilar à estrutura institucional sendo erguida, obrigando-se a trilhar o caminho do reformismo lento e limitado (MARTINS, 2011, p. 81, 268).

Articular-se dentro ou fora da lógica do mercado – mas sempre em relação à ela – que vinha em uníssono com as estruturas da democracia liberal sendo inaugurada, tornou-se o dilema da ECOSOL. A assimilação com o mercado, no caso brasileiro, deu-se no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, quando houve finalmente um processo de profissionalização dessa área (MULLER et al., 2009) e abertura de programas governamentais de fomento a iniciativas de ECOSOL (NASCIMENTO; SANTOS, 2019). Uma descrição completa dessas iniciativas seria a seguinte:

As experiências concretas são extremamente heterogêneas, mas podemos agrupá-las em três tipos de empreendimentos solidários: os projetos alternativos formados por pessoas de baixa renda situadas à margem do mercado formal, incluídos os clubes de troca; as cooperativas autogestionárias de trabalho ou de produção (onde encontramos, por exemplo, as cooperativas dos assentados do MST); e as empresas auto ou co-geridas pelos seus trabalhadores oriundos de empresas falidas do mercado formal. As características comuns aos empreendimentos solidários são: a participação coletiva no trabalho e nas decisões de gestão, a posse coletiva dos bens e a repartição das sobras entre os trabalhadores, com eventual constituição de um fundo solidário para a criação de novos empreendimentos solidários. (LECHAT, 2002, p. 133)

A descrição acima é claramente mais completa do que a articulada por Paul Singer e colaboradores (SINGER; SILVA; SCHIOCHET, 2014) que vimos anteriormente nesta mesma seção. Sua menção aos clubes de troca abarca, inclusive, os BDTs e outras iniciativas que utilizam moedas sociais para intermediar trocas²⁰.

Para concluir essa seção da revisão bibliográfica, recapitulo que os processos externos aos BDTs consistem nos complexos de conflitos sociais típicos da modernidade liberal-capitalista. A difusão e as mudanças desse sistema político-econômico desde o século XVIII são fundamentais para entender o que motivou grupos a resistirem às desigualdades sociais que esse sistema causou e o que constrangeu as formas nas quais tal resistência pôde ser articulada ao longo da história moderna. As moedas sociais da ECOSOL são um exemplo claro dos resultados dessa dinâmica. Na próxima seção, veremos como a moeda social característica dos BDTs, o crédito-hora, funciona na teoria e na prática.

2.1.3 Processos Sociais, Políticos e Econômicos Internos aos BDTs

Do ponto de vista de teorias organizacionais, monetárias, demográficas, antropológicas, sociológicas e administrativas, é possível entender do que de fato consistem as dinâmicas internas aos BDTs enquanto sistemas de troca. Quais são suas regras explícitas ou estatutárias e como elas são postas em prática? Existem regras implícitas – e se sim, quais? Que significados seus membros imputam ao BDTs e qual a consequência disso? Essas e outras questões serão contempladas na presente seção do capítulo de revisão da literatura.

Começo destacando a diversidade de configurações que os BDTs podem ter tanto em graus de formalidade quanto de tamanho ou número de membros. Essa diversidade se

²⁰ Um exemplo notável é o do Banco de Palmas, no Tocantins (ARIÁDNE SCALFONI; FRANÇA FILHO, 2017; para mais exemplos de moedas sociais, cf. BLANC, 2011; NORTH, 2014)

deve em parte às diferentes origens históricas dos BDTs. Cada tradição tende a promover um tipo de configuração: a estadunidense visa o benefício social de fortalecer comunidades, a sul-europeia visa uma missão mais política de BDTs como formas de empoderamento coletivo, muitas vezes feminino, e a japonesa visa prover assistência social (BOYLE, 2014). Cada uma dessas missões demandam um envolvimento distinto por parte do Estado, o que tende a pré-definir o grau de formalidade e contabilização que esses grupos terão.

Quando o BDT é uma organização informal, como um simples grupo no Facebook, seus membros ou membros em potencial podem desconfiar da utilidade de investir tempo em um BDT que depende de laços aparentemente insubstanciais, uma vez que seu possível fim resultaria na obliteração de todos seus créditos-hora acumulados (MILLER, 2008a). E mesmo quando tal desconfiança em relação ao BDT é contornada, membros que não se conhecem pessoalmente ainda podem desconfiar das intenções uns dos outros (PAPAOIKONOMOU; VALOR, 2016).

Em contrapartida, quando BDTs são atrelados a instituições com mais credibilidade, outros problemas se manifestam, embora mais a médio e longo prazo. Uma vez que tais instituições já atendem públicos previamente homogêneos, principalmente em termos de classe social, faixa etária ou etnia, as normas internas a esses grupos podem acabar alienando pessoas de fora²¹ (SCHOR; VALLAS, 2021). Tais normas incluem costumes e hierarquias sociais. Grupos de classe alta, por exemplo, tendem a somente oferecer serviços ao invés de solicitá-los – seja por desconfiarem de desconhecidos, por suspeitarem que poderiam pagar por um serviço melhor fora dos BDTs ou por causa de uma mentalidade filantrópica de voluntarismo e caridade, que os

²¹ Dentre essas organizações estão clínicas geriátricas (NAUGHTON-DOE; CAMERON; CARPENTER, 2021). Entretanto, BDTs com uma prevalência de idosos se encontram em risco porque muitos de seus membros podem se tornar indispostos ou até falecerem antes de estabelecerem uma organização duradoura (NG; YIM; FONG, 2019).

motivam a só dar e não receber (PAPAOIKONOMOU; VALOR, 2017). Qualquer uma dessas possibilidades resultaria na debilitação do princípio de “coprodução” (CAHN; GRAY, 2005 - tradução minha) ou reciprocidade que sustenta todo o sistema ao fazer os créditos-hora circularem.

Ao mesmo tempo, é mais difícil para pessoas de classe baixa manterem seu comprometimento regular com as atividades de um BDT devido a sua necessidade material que somente moedas nacionais – adquiridas por meio de trabalho assalariado – podem contemplar (NORTH, 2019). Como um dos entrevistados para essa pesquisa declarou, sua participação no BDT-POA como professor particular de inglês diminuiu na medida em que a demanda por suas aulas particulares remuneradas em reais, que ele divulgava por fora do BDT, aumentou. Para alocar tempo para as atividades do BDT, precisa-se ter segurança financeira primeiro, eis uns dos motivos pelos quais estudos tendem a reportar que membros de BDTs pertencem a classes mais altas que a média da população ao seu redor (BOYLE, 2014; ROMANELLO; RIBAS, 2020).

À luz das questões acima, é importante indagar o que faz alguém se tornar membro de um BDT. Eleni Papaoikonomou e Carmen Valor (2016, 2017) enumeram quatro tipos de comprometimento que encontraram em suas dezenas de entrevistas com administradores e usuários de BDTs espanhóis e gregos. Elas explicam que existem aqueles indivíduos que veem os BDTs como espaços alternativos de resistência moral e política ao capitalismo; outros que os veem como espaços assistencialistas que complementam outras formas de sobreviver encontradas pelos mais necessitados; outros, ainda, que focam na dimensão social dos BDTs, acreditando que eles são espaços onde comunidades podem se conhecer melhor e se tornar mais fortes e onde eles mesmos podem fazer amigos; e por fim, alguns indivíduos se tornam membros por motivos utilitários, de forma que veem os BDTs como um mercado de serviços igual aos que

utilizam moedas nacionais. Nesse último caso, o valor do BDT emana dos tipos e da qualidade de serviços que ele ofertaria aos seus membros.

As perspectivas dos usuários descritas acima influenciam os processos internos previstos pelas regras dos BDTs. Explicitamente, as regras são simples (KETTERING, 2010): uma hora de serviço deve ser trocada por um crédito-hora; moedas nacionais não devem entrar nessa conta; membros devem ser encorajados por administradores e outros membros a solicitarem serviços tanto quanto são solicitados; os membros devem informar os administradores sobre suas trocas para que seus saldos sejam atualizados (se esse registro for feito por meio de um aplicativo, então os membros devem submeter os dados necessários); administradores devem ser pagos em créditos-hora transferidos da conta da organização do BDT (mas se esta for um braço de alguma organização maior que tenha contratado o administrador, então seu salário será na moeda nacional); e por fim, o BDT enquanto organização recebe dez créditos-hora para cada novo membro (sendo que este recebe quatro créditos), que devem ser utilizados para recompensar os administradores e para organizar eventos, como feiras e palestras, contratando membros do BDT.

Implicitamente, contudo, as regras dos BDTs sinalizam aos seus membros uma tarefa complexa de socialização que eles nem sempre conseguem ou estão dispostos a executar. Quer dizer, por causa dos processos associados à modernidade liberal-capitalista que exploramos na seção anterior, os indivíduos contemporâneos não estão habituados, em sua grande maioria, a realizarem trocas dentro de um sistema de “reciprocidade generalizada” (LIMA; OLIVEIRA, 2015, p. 320) como os BDTs. Sabemos nos relacionar por meio da troca unilateral de compra e venda ou da reciprocidade direta, em que um indivíduo ajuda outro sabendo que esse outro por sua vez lhe ajudará no futuro (MOLM, 2010). Não sabemos tanto, contudo, relacionar-nos por meio da troca indireta em que, no exemplo dos BDTs, um indivíduo troca seus

créditos-hora pelo tempo de serviço de outro, ou vice-versa, não só para beneficiar a si, mas para beneficiar todo o grupo, como uma forma de manutenção do BDT (PAPAOIKONOMOU; VALOR, 2016). Creio que a melhor forma de concluir essa seção acerca dos processos sociais, econômicos e políticos internos aos BDTs seja justamente enfatizar esse problema, pois se as “tensões simbólicas” (PAPAOIKONOMOU; VALOR, 2017, p. 175 - tradução minha) da ECOSOL não haviam ficado claras na seção anterior, então espero que aqui elas fiquem.

Quer dizer, os BDTs sofrem de tensões externas, por não utilizarem moedas nacionais, mas também internas, por requererem de seus membros uma atitude diante de trocas recíprocas diferente da que lhes é ensinada em outros espaços onde a racionalidade econômica, mercadológica ou monetarista predomina (SANTOS; SILVA, 2018). Isso é evidente especialmente quando certos membros veem os BDTs como meros mercados de serviços porque muitos deles então passam a utilizar a plataforma do BDT como meio publicitário para seus negócios e/ou passam a secretamente fazer acordos com moedas nacionais em suas trocas (PAPAOIKONOMOU; VALOR, 2016, p. 15). O BDT-POA e o BDT-Floripa também sofreram com esse tipo de membro, como meu entrevistado Antônio relatou (cf. capítulo de resultados). Ainda, como mencionado anteriormente, membros que veem os BDTs somente como um tipo de assistencialismo social podem acabar comprometendo o sistema ao praticarem apenas trocas unilaterais, ao invés trocas baseadas em reciprocidade generalizada²².

Será que é possível socializar uma vasta diversidade de pessoas no sistema dos BDTs ou até – como o patrono da ECOSOL no Brasil, Paul Singer, queria – de qualquer

²² “Aqui emergem tensões sobre as normas estabelecidas, os roteiros e como os usuários cumprem essas normas. A socialização prévia do consumidor nas lógicas de mercado pode distorcer as percepções dos usuários sobre o banco de tempo. Os usuários os veem como espaços de caridade ou voluntariado, não de trocas. A adesão a um papel também pode representar resistência consciente a certos scripts” (PAPAOIKONOMOU; VALOR, 2017, p. 174 - tradução minha).

outro tipo de ECOSOL? O participante da presente pesquisa acredita que sim. Ecoando Singer, que via o potencial de uma pedagogia pública ou política nas cooperativas autogestionárias (NASCIMENTO; SANTOS, 2019), Antônio acredita que os BDTs são espaços educacionais. Para ele, os membros de um BDT bem sucedido aprenderiam a praticar a reciprocidade generalizada de forma a talvez, eventualmente, nem precisarem mais do sistema de créditos-hora²³. Exploraremos esse e outros possíveis efeitos dos BDTs no último capítulo, onde veremos como os resultados da reconstrução biográfica do caso de Antônio se relacionam com a literatura especializada que acabamos de revisar. Antes, porém, explicarei como tais resultados foram atingidos (no capítulo a seguir) e que resultados exatamente são esses (no capítulo quatro).

3 METODOLOGIA

O objetivo deste capítulo é elucidar de forma técnica o método narrativo-biográfico (MNB), procedimento de coleta e de análise de dados qualitativos que segui na realização do presente estudo. Antes de expor as instruções mais propriamente práticas desse método, contudo, ofereço uma espécie de prelúdio teórico que contextualiza o MNB na história da sociologia em geral e no paradigma de pesquisa social interpretativa em particular (cf. DAVID, 2013). A segunda parte do capítulo (seção 3.2) abordará, então, como o procedimento foi realizado no caso desse estudo.

3.1 ELEMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA INTERPRETATIVA BIOGRÁFICA

Faço das palavras de Matthew David (2013, p. xxvi – tradução minha) a introdução ao tópico teórico presentemente em questão:

²³ Isso colocaria Antônio no campo daqueles que veem os BDTs como espaços políticos (PAPAOIKONOMOU; VALOR, 2016, p. 11), mas como discutirei no capítulo de resultados, a reconstrução biográfica de seu caso sugere uma interação mais dinâmica entre essa perspectiva política e a perspectiva social, já que ele também queria criar vínculos com pessoas que pensassem como ele.

A sociologia interpretativa tem suas origens na reação neokantiana ao positivismo nas ciências sociais. O desenvolvimento de uma abordagem interpretativa [...] para compreender a vida social distingue-se das abordagens que buscam uma explicação causal isenta de valores em termos de variáveis externas às crenças dos atores sociais. Como veremos, então, essa tradição dentro das ciências sociais se desenvolveu predominantemente em círculos anglo-saxônicos cuja filosofia social tentava abarcar as interpretações dos indivíduos sobre suas realidades – e não só seu comportamento exteriorizado.

A sociologia interpretativa eventualmente tomou proporções biográficas. Elegi organizar aqui os elementos históricos e teóricos dessa variante sociológica que culminaram no MNB no final do século XX sob três eixos constitutivos do quadro conceitual desse método: primeiro (na subseção 3.1.1), discutirei o recorte do objeto sociológico por excelência proposto por Max Weber e Georg Simmel com base principalmente na filosofia de William Dilthey e Heinrich Rickert. Para esses fundadores da *sociologia compreensiva*, a base de todo processo social se dá na ação de indivíduos motivados pela forma na qual eles compreendem o mundo – uma compreensão que sempre surge socialmente. O projeto de Weber e Simmel, como explico ainda no primeiro eixo, recebeu uma atualização crucial nas mãos do fenomenólogo Alfred Schütz, leitor da teoria gestáltica de Aron Gurwitsch, do pragmatismo de William James e John Dewey e da sociologia interacionista de George Herbert Mead.

O segundo eixo (3.1.2), então, trata daquilo que os herdeiros dessa quadrupla interlocução entre sociologia compreensiva, fenomenologia, pragmatismo e sociologia interacionista sintetizaram em termos de práticas de pesquisa. Aqui, passarei a chamar o paradigma como um todo de *interpretativo*, reservando o termo ‘compreensivo’ para os programas de Weber e de Simmel já que a entrada da fenomenologia (acompanhada da teoria *Gestalt*) e do pragmatismo (acompanhado do interacionismo social) nesse

movimento intelectual agrega toda uma nova camada de complexidade à perspectiva no sentido de priorizar a intersubjetividade entre indivíduos concretos como local de origem das interpretações preciosas para esses mesmos indivíduos. Nesse contexto, destacarei como Barney Glaser, Anselm Strauss e Ulrich Oevermann firmaram suas próprias práticas de pesquisa interpretativa. Estendendo esse olhar sobre a formulação metodológica do interpretativismo na sociologia, por fim (3.1.3), eu apresentarei uma de suas culminações que é a arquitetura epistemológica do MNB desenvolvido por Fritz Schütze e Gabriele Rosenthal. Nessa última subseção, também contextualizarei esse método no campo mais amplo da sociologia biográfica.

3.1.1 Interpretação e Motivação

Quando Max Weber e seu contemporâneo Georg Simmel se voltaram para a análise da vida social, eles notaram uma dimensão aparentemente ausente da literatura científico-social até então, mas presente nas filosofias da linguagem e do valor de neokantianos, como William Dilthey e Heinrich Rickert (DAVID, 2013, p. xxvi–xxvii, xxxii). Tal dimensão é a do significado subjetivo que as coisas têm para os indivíduos – uma dimensão analítica que abre perguntas sobre a forma na qual tais significados são criados e o papel que eles têm no comportamento humano.

[Somos] *seres civilizados*, dotados da capacidade e da vontade de assumirmos uma posição consciente face ao mundo, e de lhe conferirmos um *sentido*. Qualquer que seja este sentido, influirá para que, no decurso de nossa vida, nele nos baseemos para julgar determinados fenômenos [sic] da convivência humana e tomar relativamente a eles uma atitude significativa (positiva ou negativa). (WEBER, 1977, p. 61-ênfases do original)

Por essa razão que seus programas de pesquisa são comumente chamados hoje de sociologia compreensiva; porque Weber e Simmel buscam compreender o que o sujeito pensa/compreende sobre seu mundo (FANTA, 2016; PIERUCCI, 2003).

Mas o projeto da sociologia compreensiva não ‘termina’ na subjetividade humana, mas sim se inicia nela:

De acordo com Weber, a tarefa do pesquisador consiste primeiro em compreender o sentido subjetivamente visado do agente (com outras palavras: suas interpretações da situação e suas intenções com a ação) e, por meio dessa apreensão, explicar seu agir e suas consequências em interdependência com o agir alheio. (ROSENTHAL, 2014a, p. 215, nota 4)

Coloca-se portanto uma ênfase no sentido subjetivo atribuído às coisas do mundo porque se acredita que são esses significados que motivam as ações do sujeito. Eis a base da sociologia compreensiva que se mantém até hoje nas diversas bifurcações do paradigma interpretativo (DAVID, 2013). Bifurcações essas que já se originaram com seus fundadores, pois apesar de os legados intelectuais de Simmel e Weber convergirem com frequência, seria uma negligência grave confundir seus programas como se fossem idênticos. Uma de suas diferenças é que enquanto Simmel se manteve próximo do conceito filosófico de compreensão (*Verstehende*) elaborado por ele e Dilthey como uma condição quase metafísica da realidade psicológica, Weber levou essa ideia para o campo da discussão empírica e metodológica (HERVA, 1988; LEVINE, 2015). O *tipo ideal* weberiano, por exemplo, é justamente uma tentativa de isolar os significados subjetivos cultivados pelos atores sociais para então realizar análises comparativas (MIHATA, 2002, p. 573; SRUBAR, 1984, p. 163). Outras diferenças são notáveis, como o fato de que Weber ficou conhecido como o teórico da ação social enquanto que Simmel ficou conhecido como o teórico da *interação* social (CAMPBELL, 1998; DINGWALL, 2001),

mesmo que talvez seja mais analítica e teoricamente útil entender ação social como uma interação (STRAUSS, 1993, p. 24–25).

As diferenças entre os dois autores em questão, contudo, não foram significativas na hora de enfrentarem um problema sociológico que na sua época se tornava cada vez mais incontornável: a modernização em toda sua dimensão de “desencantamento do mundo” (WEBER, 1982a, p. 401). Seguindo com o vocabulário weberiano, a “racionalização” da vida social – particularmente enquanto “burocratização”, por meio, por exemplo, da setorização e automatização do trabalho, e “secularização” das relações do indivíduo consigo mesmo e com a natureza, como na desmistificação da diversidade das espécies pela teoria da evolução – esvaziou os sistemas de sentido que outrora motivaram a ação social a efetuar mudanças históricas (WEBER, 2014a, 2014b). Se antes algo como o protestantismo pudesse carregar de significado uma prática coletiva como o asceticismo, contribuindo assim para a gênese do capitalismo, então agora qualquer

esquema interpretativo objetivado e intersubjetivamente válido, de acordo com o qual a ação social poderia se orientar e obter seu sentido subjetivo, tornou-se crescentemente dispersado, reprimido e substituído pela rotina ou constrangimentos anônimos externos. [...] Não se poderia mais olhar para sistemas específicos e formas de objetivação de sentido pelos quais ações poderiam ser interpretadas como significativas. Ao invés disso, a constituição de sentidos teria que ser feita na escala da própria ação enquanto um processo elementar nessa constituição. (SRUBAR, 1984, p. 168-169 – tradução do autor)

Como Michael Rosenberg (2013) demonstra, contudo, Weber teorizava a partir das ações sociais que o indivíduo típico de um determinado grupo realizaria e de suas possíveis consequências se elas ocorressem em grande escala. Em outras palavras, não se tratava de uma microsociologia empírica, mas de uma macrosociologia tipológica, com tipos ideais imbuídos de aproximações dos reais sentidos motivando a ação social em

cada contexto histórico²⁴. No caso de Simmel, mesmo que ele estivesse mais atento à origem social da subjetividade, ele não conseguiu evitar o prognóstico de que a modernidade capitalista sobrecarregaria o sujeito de significados estranhos, comprometendo assim sua capacidade de encontrar sentidos para agir no mundo (LEVINE, 2015). Para os sociólogos compreensivos, portanto, o pluralismo e o individualismo da cultura moderna fragmentariam demais os “contextos motivacionais” (SCHÜTZE, 2014, p. 40) das ações sociais, o que minaria qualquer caminho para a análise social²⁵. Um tipo ideal teria que ser determinado para cada sujeito concreto, algo que só se tornou possível com a reforma que Alfred Schütz realizou na sociologia compreensiva usando as ferramentas da fenomenologia (SRUBAR, 1984).

Para entender a importância da importação da fenomenologia para a sociologia, precisa-se comentar sobre as influências que atuavam sobre aquele que realizou esse movimento. Schütz, afinal, desenvolveu uma fenomenologia própria, usando não só o pensamento do fundador dessa filosofia, Edmund Husserl, mas também a filosofia do tempo e da memória de Henri Bergson, a teoria gestáltica-fenomenológica de Aron Gurwitsch e o pragmatismo dos norte-americanos²⁶ (BARBER, 2004, p. 135, 182; SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 25, 188; SRUBAR, 1984, p. 183–184). Começado nossa revisão dessas influências a partir desses últimos, então, é notável o fato que

²⁴A crítica de Rosenberg portanto implica na refutação da crença comum entre cientistas sociais de que Weber praticava um individualismo metodológico (por exemplo, ETZRODT, 2008, p. 164).

²⁵Como exemplo desse desencantamento do mundo, podemos pensar sobre como, nas palavras de dois interacionistas sociais, “a sociedade moderna democratizou a moralidade de Maquiavel” (LYMAN; SCOTT, 1989, p. 14 - tradução minha). Quer dizer, se entendermos, com Pierucci (2003, p. 218), o desencantamento do mundo “como a desmagificação da religiosidade ocidental resultante da racionalização ético-ascética da conduta diária de vida, e não como efeito d[o] esclarecimento científico”, então a difusão de técnicas de apresentação pessoal de acordo com as demandas de cada situação social (GOFFMAN, 2002) antigamente reservadas aos governantes medievais (MAQUIAVEL, 2013) certamente representa uma transição histórica. Podemos concluir disso que o maquiavelismo teve uma participação importante na reorganização social do processo de constituição de significados compartilhados – levando, de fato, à democratização desse processo por meio do seu afastamento do controle das instituições político-religiosas (BERLIN, 2002; MERLEAU-PONTY, 1991).

²⁶A lista de influências é mais longa (incluindo, por exemplo, Leibniz, Scheler e Mises), mas essas citadas no corpo do texto são cruciais do ponto de vista sociológico e também estão diretamente ligadas ao MNB uma vez que são recuperadas pelos desenvolvedores do método (cf. ROSENTHAL, 2014).

enquanto Simmel e Weber desenvolviam suas teorias sociais entre 1890 e 1920, os estadunidenses Charles Sanders Peirce, William James, John Dewey, Charles Horton Cooley, Jane Addams²⁷ e George Herbert Mead desenvolviam o pragmatismo, um sistema de pensamento semelhante ao dos alemães e de fato parcialmente inspirado por eles (JOAS, 1993, p. 27, 33; KIVISTO; SWATOS, JR., 1990). Por intermédio de Dewey e Mead – professores na Universidade de Chicago desde o terceiro ano após sua inauguração em 1892, essa que também representou a inauguração do primeiro departamento de sociologia da América –, o pragmatismo afluiu nas ciências sociais (COULON, 1995, p. 17). Eis o nascimento da famosa Escola de Chicago, o palco das carreiras de sociólogos como William Isaac Thomas, Robert Ezra Park, Albion Small e tantos outros ao longo do século XX.

Uma vez equipados com a noção pragmática de verdade e conhecimento como frutos, antes de qualquer outra coisa, do consenso humano realizado em interação, os membros da Escola de Chicago ergueram sua sociologia sobre três pilares: a perspectiva que Mead chamou de “comportamentismo social”²⁸, sua resposta ao comportamentismo de J.B. Watson, que reduzia a psicologia humana ao padrão condicionado de estímulo-reação apresentado por seus animais de laboratório, a pesquisa empírica, principalmente com métodos etnográficos, e os estudos urbanos (DINGWALL, 2001). Ou seja, eles tinham uma base teórica que, ao destacar o poder da interação social – um fenômeno

²⁷Jane Addams é um tipo de caso que cada vez mais se ‘descobre’ nos tempos atuais: o da intelectual excluída do cânone de sua disciplina por ser mulher. Nesse caso, a sociologia pragmática, humanista e feminista de Addams, única em seu tempo e ainda muito atual, foi sistematicamente excluída da teoria social dos Estados Unidos e do mundo – mesmo tendo várias publicações nos primeiros volumes do *American Journal of Sociology* e tendo tido boas relações com Dewey, Mead e W.E.B. Bois, outro sociólogo historicamente negligenciado, no seu caso por ser negro (DEEGAN, 1988). Addams também ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1931 por sua militância dentro do movimento pacifista durante a Primeira Guerra Mundial e por seu trabalho comunitário. Sua crítica pública ao acordo imposto à Alemanha depois da Primeira Guerra foi que ele geraria tanto ressentimento no país que o levaria a declarar outra guerra no futuro (NOBEL PRIZE OUTREACH, 2022).

²⁸ Herbert Blumer (1986) cunhou o termo “interacionismo simbólico” para sua abordagem baseada em Mead, mas Mead (1972a) se considerava um comportamentista social.

visível e cotidiano – como produtora de todo conhecimento e toda realidade humana, convidava a documentação desse processo por meio da observação, da participação e da entrevista (SHALIN, 1986). E enquanto essa progressão natural da teoria para sua aplicação por meio de métodos qualitativos era apreciada, a cidade ao redor experimentava uma explosão populacional, muito por causa da imigração de estrangeiros, tornando Chicago um rico campo empírico para os estudos urbanos e interculturais que ali surgiram (COULON, 1995, p. 11–12).

Por que o pragmatismo norte-americano e sua filha, a sociologia da Escola de Chicago, são importantes para entender como Schütz reformou a sociologia compreensiva? História, teoria e viés de pesquisa tecem minha resposta: quando Schütz e sua família, judeus vienenses fugindo dos nazistas, encontraram refúgio em Nova Iorque em 1939, ele passou a lecionar na *New School for Social Research* e retomou seu trabalho como advogado para um banco (BARBER, 2004, cap. 5–7). Lá ele teve contato por cartas com seu amigo e também refugiado, Aron Gurwitsch (quem discutirei mais adiante), e outros acadêmicos que lhe apresentaram ao estado da arte da filosofia estadunidense, despertando-lhe assim o interesse pelo pragmatismo (EMBREE, 2011; WALSH, 1967, p. xviii). Assim, Dewey e Mead se tornaram fundamentais para a articulação de sua teoria da ação²⁹ (por exemplo, SCHÜTZ, 2019). Eis a parte histórica da resposta.

Da parte teórica do porquê devemos aprofundar a discussão da sociologia interpretativa em termos do pragmatismo, creio ter deixado apenas implícito o cruzamento entre as correntes de pensamento ‘Simmel-Weber’ e ‘pragmatismo-

²⁹ Que houve uma sinergia entre o pensamento de Schütz e o dos pragmatistas e interacionistas não é necessariamente coincidência, pois eles tinham inspirações em comum. A saber, a influência do pensamento social europeu sobre a Escola de Chicago se deu principalmente pela leitura de Émile Durkheim, Herbert Spencer, Ferdinand Tönnies e Georg Simmel – sendo que é importante salientar que Robert Park estudou com esse último e também que Tönnies foi igualmente muito lido por Simmel e Weber (BIERSTEDT, 1981, p. 27; DINGWALL, 2001, p. 239–240). Nessas referências em comum, então, encontramos algumas relações diretas entre a sociologia compreensiva alemã e o interacionismo estadunidense que Schütz mais tarde explorou mesmo que um tanto quanto implicitamente.

interacionismo'. Para esclarecer a questão em uma palavra: *intersubjetividade*. Tanto os alemães quanto os estadunidenses que se debruçaram sobre o estudo da (inter)ação social antes de Schütz presumiam que a intersubjetividade fosse um fato – um “fato social” inclusive, caso imaginarmos que tal negligência com o mistério do entendimento mútuo entre indivíduos tenha sido causada pela influência de Émile Durkheim (2011) subjacente em toda a sociologia³⁰. Schütz, contudo, perguntou-se não como a subjetividade individual seria possível num contexto de pura intersubjetividade, mas sim como a intersubjetividade seria possível num contexto inicial de pura individualidade (SCHUTZ, 1979, p. 165)³¹.

Christian Etzrodt (2008) elucida a falta de problematização da intersubjetividade em Mead – cujo conceito de eu social implica que a intersubjetividade ou a sociedade precede o indivíduo, o que sugere que o comportamentismo social não teria rompido com o determinismo do comportamentismo watsoniano – e aqui estendo essa crítica a Weber. Como exemplo de que ele, assim como seus contemporâneos do outro lado do Atlântico, não problematizou a intersubjetividade, temos a não-distinção entre o ponto de vista de um indivíduo e outro no instante da significação subjetiva (WEIGERT, 1975, p. 84). Também creio que a crítica de Etzrodt a Mead se aplica a Simmel; nesse caso, devemos perceber que mesmo quando ele chega perto de perguntar quais condições práticas tornam a intersubjetividade ou a sociedade possível, ele ainda recai sobre garantias para si e para o leitor como a seguinte: “A sociedade é [...] a unidade objetiva que *prescinde* de um observador que não esteja contido nela mesma” (SIMMEL, 2013, p. 655-ênfase minha).

³⁰ Uma evidência para corroborar tal hipótese seria a semelhança do conceito que Mead chama de “mim” (*me*), o reflexo dos julgamentos que os outros fazem do indivíduo, e o conceito durkheimiano de “consciência coletiva” (ETZRODT, 2008, p. 162 – tradução minha).

³¹ Nas suas palavras: “todas as Ciências Sociais vêm a intersubjetividade de pensamento e ação como pressuposto. [...] O ser humano simplesmente é considerado um ser social, a língua e outros sistemas de comunicações existem, a vida consciente do outro é acessível para mim – enfim, posso entender o outro e seus atos e ele pode me entender e a meus feitos. [...] Mas o que é que faz com que o entendimento mútuo seja possível?” (SCHUTZ, 1979, p. 55–56).

Quanto à última razão para nosso atual desvio ao pragmatismo, devo esclarecer que as interlocuções citadas anteriormente retornam em peso na sistematização do MNB. De fato, um fio condutor que permaneceu submerso na enxurrada de autores acima foi a filosofia de Charles Sanders Peirce, o fundador do pragmatismo em meados do século XIX (AYER, 1968). Sua visão sóbria da verdade como algo imanente aos fenômenos empíricos (não transcendente a eles ou realmente objetiva e eterna) perpassa o MNB enquanto MTFD: “O pragmatismo se pretende uma busca pela verdade por meios empíricos e, assim, uma teorização ligada ao agir no contexto das práticas cotidianas – um agir cujo sentido só é obtido no interior dessas práticas” (ROSENTHAL, 2014a, p. 44). Na próxima subseção desse capítulo, discutirei como a epistemologia de Peirce é operacionalizada pelo MNB. Além disso, um dos fundadores da Escola de Chicago influenciado pelo pragmatismo, William Isaac Thomas, junto do polonês Florian Znaniecki, inaugurou estudos sociológicos com relatos de história de vida, um marco importantíssimo na história da sociologia interpretativa biográfica³².

Retornando ao embasamento teórico do interpretativismo, particularmente ao redor dos conceitos de interpretação e motivação, percebe-se, eu espero, que os problemas enfrentados pela sociologia compreensiva e pela primeira geração da Escola de Chicago, cujas mazelas convergiam na dificuldade de explicar a ação dos sujeitos em uma cultura individualista, tornou a chegada da teoria schütziana em um marco para o paradigma interpretativo como um todo (DAVID, 2013, p. xxvii). Ela foi uma verdadeira solução para os obstáculos até então enfrentados (SRUBAR, 1984). Por isso defendo que

³² Entre 1918 e 1920, eles publicaram uma pesquisa em cinco volumes intitulada *O Lavrador Polonês na Europa e nos Estados Unidos*, que contava com uma análise da autobiografia encomendada de um imigrante polonês (ROSENTHAL, 2014, p. 45). Pioneiros na sociologia biográfica, eles então proclamam: “Estamos seguros em dizer que os registros de vida pessoais, os mais completos possíveis, constituem o tipo perfeito de material sociológico” (THOMAS; ZNANIECKI, 1919 *apud* ROSENTHAL, 2018, p. 32 - tradução do autor). Thomas participou do movimento antipositivista dentro da sociologia que defendia, e até hoje defende, por exemplo, por meio da disseminação do paradigma interpretativo (ROSENTHAL, 2014a), que a realidade social deve ser estudada com métodos explicitamente distintos daqueles que se usa nas ciências da natureza (BIERSTEDT, 1981, p. 205).

devemos reservar o termo ‘sociologia compreensiva’ para se referir aos programas de Simmel e de Weber e ‘sociologia interpretativa’ para os programas de pesquisa que surgiram a partir das contribuições de Schütz³³, como a etnometodologia (para uma revisão bastante completa das várias vertentes do interpretativismo, cf. DAVID, 2013).

O segredo da solução schütziana para os problemas do interpretativismo supracitados foi honrar a complexidade do cotidiano da vida social. Quanto a esse ponto, reproduzo aqui um trecho redigido por Matthew David (2013, p. xxvii - tradução minha) devido ao seu fôlego em resumir os detalhes do marco que Schütz deixou no paradigma interpretativo:

A posição com a qual Weber ficou associado, pelo menos nos primeiros trabalhos de Talcott Parsons (embora sujeitos a elementos de tradução posteriormente contestados), enxergava a tarefa do sociólogo interpretativo como a de reconstruir a racionalidade objetiva e subjetiva de atores típicos ideais em determinadas posições históricas e sociais. A tentativa de reconstruir o significado e os resultados de ações, e de relacionar tais significados a condições sociais externas baseou-se em uma concepção de *verstehen[de]* (compreensão) que era, se não uma forma de empatia ingênua (Weber rejeitou isso), pelo menos a crença de que era possível compreender com relativa facilidade as crenças de uma pessoa com base em suas ações (incluindo expressões) e nas consequências de tais ações. Dada, precisamente, a natureza não intencional dos resultados no estudo clássico de Weber sobre a ética protestante (pelo menos em termos dos objetivos declarados do calvinismo), essa suposta facilidade de reconstrução tornou-se o ponto de desafio para Alfred Schutz em sua crítica ‘fenomenológica’ de Weber. Para a extensão fenomenológica da sociologia

³³ Não há um consenso quanto a essa terminologia na literatura especializada. “A primeira formulação do conceito de ‘sociologia compreensiva’ encontra-se no artigo de Weber ‘Algumas categorias da sociologia compreensiva’, publicado em 1913” (ROSENTHAL, 2014, p. 38, n. 13). Antônio Pierucci (2003, p. 62, n. 34) defende o termo “sociologia compreensiva” para se referir à perspectiva weberiana, mas não clarifica se todo neoweberianismo (como o de Schütz) também deve ser ‘compreensivo’. Na minha opinião, dada a diferença entre o projeto weberiano e os interpretativismos que surgiram depois de Schütz, muitos deles microssociológicos (cf. CAMPBELL, 1998), acredito que diferenciá-los como “interpretativos” seja útil. No mínimo, ele destaca o conceito de interpretação que é tão explorado hoje em dia pelas mais diversas vertentes do paradigma (enquanto que ‘compreensão’ não o é).

interpretativa, muito mais atenção precisa ser dada ao mundo da vida das crenças e ações cotidianas. Schutz desviou a atenção da localização do significado dentro de uma estrutura causal de condições sociais e históricas, como Weber procurou fazer, e, em vez disso, buscou construir um relato mais completo da vida social apenas a partir da interação social significativa, incluindo a manutenção de pressupostos concedidos à vida social que parecem estruturas causais, mas que são apenas convenções compartilhadas e colocadas entre parênteses [*bracketed*] (tomadas como certas) dentro de mundos da vida particulares.

Para Schütz (2019, p. 24, 28), o que tem de surpreendente na vida social é que qualquer “adulto, desperto e crescido na e para a vida cotidiana” consegue “coloca[r] entre parênteses [...] a dúvida de que o mundo e seus objetos podem ser diferentes do que lhe parece”. Como que o indivíduo realiza isso? Até os filósofos e cientistas sociais que já reificaram a sociedade, ou seja, viram-na como uma realidade externa ao indivíduo, caíram numa armadilha de sua própria criação no sentido em que eles mesmos são indivíduos que suspendem dúvidas sobre a existência de tal externalidade (SCHÜTZ, 2019, p. 24). Sociólogos, portanto, devem colocar entre parênteses suas crenças e seus conhecimentos independentemente do quão científicos ou fatídicos eles pareçam ser, para só então tentar compreender as ações dos participantes de suas pesquisas – ou seja, alcançar a “compreensão” (*Verstehende*) das crenças e conhecimentos que motivaram tais ações (SCHUTZ, 1979, p. 270). Essa tomada irrevogável do “ponto de vista do ator” (SCHUTZ, 1979, p. 124) reforçou o *individualismo metodológico* ainda incipiente em Weber e Simmel (LUCKMANN, 1974, p. xiii; ROSENTHAL, 2014a, p. 39) e no interacionismo estadunidense (por exemplo, COOLEY, 1940).

Pode-se dizer que então Schütz encontrou na fenomenologia uma forma de superar a abstração excessiva da realidade social diária que caracterizou as abordagens interpretativistas que o precederam (ADLER; ADLER; FONTANA, 1987, p. 219).

Afinal, a fenomenologia de acordo com Edmund Husserl (2006, p. 129, 135), quem Schütz leu com afinco, é o estudo dos fenômenos da consciência do ponto de vista puramente interno, uma análise filosófica que não recorre à realidade supostamente objetiva (colocando-a, de fato, entre parênteses), atendo-se à essência ontológica de um momento de subjetividade em particular. A fenomenologia “(como ciência de idéias) é tão pouco psicologia quanto a geometria é ciência da natureza” (HUSSERL, 2006, p. 27). Nessa concepção, a psicologia – agora enquanto atividade mental, não disciplina acadêmica – tem uma série de condições pré-fenomênicas cuja essência só pode ser alcançada por meio da “redução fenomenológica” de “aniquilamento” de tudo que é dependente de um aparato “psicofísico” (HUSSERL, 2006, p. 117, 114, 125)³⁴. A consciência pura assim descoberta e assim empregada por Schütz em sua teoria é, numa palavra, a atenção (HUSSERL, 2006, p. 73; cf. também CAMPO, 2015).

Na extensão final dessa subseção, colocarei Schütz e seu pensamento social em destaque com o intuito de elucidar a base teórica da sociologia interpretativa que, informada pela fenomenologia, pode ser proveitosamente aplicada com métodos biográficos. Aqui ficará claro como a teoria schütziana equipa os sociólogos com um rico aparato conceitual para descrever como o sujeito empírico preenche sua consciência com os sentidos de suas ações. Na próxima subseção, veremos os princípios metodológicos que começaram a surgir a partir da reforma no paradigma interpretativo que Schütz liderou.

³⁴ Nesse sentido, “todo o *mundo espaço-temporal*, no qual o homem e o eu humano se incluem como realidades individuais subordinadas, é, *segundo seu sentido, mero ser intencional*, portanto, tal que tem o sentido meramente secundário, relativo, de um ser *para* a consciência. Ele é um ser de que a consciência põe a existência suas experiências, que por princípio só é intuível e determinável como o idêntico de multiplicidades de aparições motivadas de modo coerente – mas, *além disso*, um nada” (HUSSERL, 2006, p. 116 - ênfases do original).

Já vimos que Schütz atualiza o conceito weberiano de compreensão ao trazê-lo para o campo da interação social (por exemplo, SCHUTZ, 1979, p. 169–170). No contexto interativo face-a-face, a compreensão do outro depende da oscilação entre dois focos de atenção da consciência: o “tempo espacializado [objetivo, mensurável] do mundo exterior”, que abarca a transmissão da informação a ser interpretada, e o “tempo interno ou a *durée*”, termo de Henri Bergson para o “fluxo de consciência” onde “nossas experiências reais estão conectadas com o passado por lembranças e retenções e com o futuro por meio de [protensões] e antecipações” (SCHÜTZ, 2019, p. 19). Essas conexões no tempo interno são a própria matéria-prima da *interpretação subjetiva*, o conceito chave da sociologia interpretativa como um todo.

É a partir da diferenciação citada acima que Schütz sintetiza sua própria fenomenologia com partes seletas da filosofia do tempo de Bergson e a dos pragmatistas Dewey e Mead, rejeitando particularmente a noção radical de ambas de que só o tempo presente pode ser considerado real (CAMPO, 2015, p. 126–127; SCHÜTZ, 2019, p. 20). Para que haja sentidos no mundo, para que o sujeito interprete suas ações e outros acontecimentos, é imprescindível para Schütz que se possa mudar a atenção de um tipo de tempo para o outro conscientemente. Assim,

Schutz encontra uma distinção essencial na dimensão temporal irreduzível do sentido conforme indicado por duas perguntas feitas pelo ator: qual dos eventos futuros esperados constitui o sentido do meu comportamento; e qual das minhas experiências passadas constitui o sentido do meu comportamento. As respostas a essas perguntas geram dois tipos de complexos de significado: motivos a fim de e motivos por que. (WEIGERT, 1975, p. 84 - tradução minha e ênfase do original)

Os *motivos a fim de* e os *motivos por que* são o que resulta da interpretação subjetiva dos acontecimentos no presentes do tempo objetivo, mensurável ou cósmico. Eles configuram uma linha que no eixo temporal subjetivo se estende do passado até o

futuro e no eixo temporal objetivo se estende na direção, ou melhor no *sentido*, do presente do indivíduo, propulsionando-as para fora da mente na forma de ações sociais/significativas (WINCHESTER; GREEN, 2019). “Múltiplas como são estas perspectivas de tempo diferentes e as suas relações mútuas, elas tudo constroem em uma interseção de *durée* e tempo cósmico” (SCHÜTZ, 2019, p. 23). Essa dialética entre o tempo subjetivo e o tempo objetivo efetuada pela interpretação subjetiva, resultando na ação, operação ou intervenção do indivíduo no mundo, é o que confere ao conceito de significado ou sentido o status teórico de causa da ação social na sociologia interpretativa (SCHÜTZ, 2019, p. 21; SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 222–223).

“Nosso problema”, Schütz (2019, p. 15) lembra os sociólogos interpretativos,

não é o que ocorre ao homem [sic] como uma unidade psicofisiológica ou a sua resposta a ele, mas a atitude que ele adota em relação a essas ocorrências e o seu direcionamento a partir de suas chamadas respostas – resumidamente, o significado subjetivo que o homem confere a certas experiências de sua própria vida espontânea. O que parece ao observador ser objetivamente o mesmo comportamento pode ter, para o sujeito que o comporta, significados muito diferentes ou nenhum significado. O significado [...] não é uma qualidade inerente a certas experiências que emergem em nosso fluxo de consciência, mas o resultado de uma interpretação de uma experiência passada vista a partir do presente; Agora com uma atitude reflexiva. Enquanto eu viver em meus atos, direcionados aos objetos desses atos, os atos não terão nenhum significado. Elas se tornam significativas se as apreendo como experiências bem circunscritas do passado e, portanto, em retrospecto. Apenas as experiências que podem ser lembradas para além de sua atualidade e que podem ser questionadas sobre a sua constituição, portanto, são subjetivamente significativas.

Mas Schütz não era o teórico da intersubjetividade? Por que apenas a subjetividade individual parece ser explorada nessas teses? Qual a relação específica entre o processo reflexivo de interpretação subjetiva e a vida social? Para contemplar essas

questões, é preciso ver o ser humano como um agente livre para fazer associações mentais, cultivar atitudes e pôr projetos pessoais em prática – atividades que dependem dos recursos simbólicos e materiais à mão (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 96, 216). O contexto histórico da biografia de qualquer um é, afinal, o que baliza as “oportunidades de vida”³⁵ (WEBER, 1982b, p. 212) disponíveis ao indivíduo a cada momento de sua trajetória. História familiar, regional, nacional e até internacional: inserido na intersecção entre essas contingências, o indivíduo é livre para agir intencionalmente, ou seja, baseado em interpretações subjetivas de suas experiências, mas estas sempre serão indexadas a algum constrangimento estrutural ou intersubjetivo.

Schütz chama os recursos simbólicos à disposição do indivíduo nas situações em que ele se encontra ao longo da vida de “estoque de conhecimento à mão” (SCHUTZ, 1979, p. 74). Trata-se, primeiramente, daquilo que se aprende por meio do processo de “socialização” (SIMMEL, 2013, p. 657) na intimidade do núcleo familiar e nas aventuras da vida escolar, onde o indivíduo moderno desenvolve as bases de sua identidade (BERGER; BERGER, 1983, cap. 3; COOLEY, 2003). Todavia, muitas dessas experiências inaugurais são revisadas ao longo da vida por meio das várias interações do indivíduo consigo e com os outros (DEWEY, 1963, p. 35, 42). Uma função dos eventos intersubjetivos vivenciados pelo indivíduo, o *estoque de conhecimento* é portanto uma coleção de aprendizados ou interpretações cuja organização interna e aplicação prática são tão fluidas quanto são determinantes de toda ação social/significativa sua.

“A biografia do indivíduo”, podemos finalmente afirmar, “é a história de suas relações com os outros” (BERGER; BERGER, 1983, p. 57 - tradução do autor). Relações

³⁵ Devido à crescente hegemonia cultural da linguagem capitalista entorno do empreendedorismo, é esperado que muitos leitores associem “oportunidades de vida” com oportunidades de trabalho ou de lucro/capitalização. Porém, Weber, e talvez isso fique mais claro no termo original (*Lebenschancen*) assim como na tradução adotada em inglês (*life chances*), refere-se mais genericamente às chances que um determinado indivíduo tem de realizar seus projetos pessoais, ou seja, de levar a cabo suas intenções por meio de recursos culturais, materiais e sociais.

que, como devemos salientar, são comunicativas, “sempre mediadas por uma representação simbólica [...]. Em linguagem antiga, pode-se dizer que a relação entre almas ocorre no e através do espírito” (VANDENBERGHE, 2018, p. 45-tradução do autor). Espírito esse cuja fenomenologia foi Hegel quem descobriu, mas que Husserl desbravou e Schütz conquistou com uma infraestrutura de conceitos que presavam pela socio-lógica fundamental dos fenômenos desse espírito (STEWART, 2021; STRASSHEIM, 2021). Ora, se tais fenômenos não são meros “habitantes da interioridade do sujeito”, fechada em si, mas sim os “múltiplos modos subjetivos de doação graças aos quais temos consciência dos objetos” (MOURA, 2006, p. 20, 16), então seu estudo – a fenomenologia – deve documentar esses modos e ainda explicar como que eles coexistem sem se destruírem mutuamente apesar de suas contradições (SRUBAR, 1984, p. 175–178; cf. também SCHÜTZ, 2019, p. 30). No caso da fenomenologia da ação social – a busca schütziana do porquê de as pessoas agirem como o fazem –, esses dois procedimentos equivalem ao levantamento do histórico de interpretações do sujeito concreto e da demonstração empírica de como ele empregou essas interpretações na sustentação de um padrão de conduta ao longo de sua vida (ROSENTHAL, 2017, p. 49, 75–79; SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 58; WINCHESTER; GREEN, 2019). Em outras palavras, como ocorreu a construção social de sua biografia.

É no contexto da discussão oferecida até aqui que o projeto schütziano pode ser considerado, além de uma teoria social da ação e interação (LYMAN; SCOTT, 1989), uma teoria social da motivação (WEIGERT, 1975) e do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2004). Quer dizer, podendo-se demonstrar que elementos da “situação biográfica” (SCHUTZ, 1979, p. 73) de um determinado indivíduo foram implicados numa sequência de ações, talvez inseridos em justificações verbais, constrangimentos estruturais ou até hábitos inconscientes (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 300, 179,

220), pode-se também sugerir que esses ou outros elementos motivaram tais ações. Mas como? Por meio do processo interpretativo, certamente, entretanto não temos todas as peças conceituais ainda para explicar como.

Para explicar como se dá a articulação específica de elementos da situação biográfica, tornando-os recursos ou “códigos” armazenados no estoque de conhecimento que o sujeito pode utilizar para comunicar e interpretar significados subjetivos (SCHUTZ, 1979, p. 105–106), devemos clarificar mais uma subespecialidade do projeto schütziano: sua teoria social da atenção (CAMPO, 2015). Como em outros casos na sua obra, Schütz trouxe para a ciência da vida social um conceito husserliano – a saber, o de “raio de atenção” – previamente aplicado à ciência das ideias do eu solitário:

O raio de atenção se dá como partindo do eu e terminando no objeto, orientando-se na sua direção ou dele se afastando. O raio de atenção não se separa do eu, mas ele mesmo é e permanece raio do eu. O “objeto” é atingido, é alvo, posto somente em referência ao eu (e por ele mesmo), mas ele mesmo não é “subjetivo”. Uma tomada de posição que comporta em si o raio de atenção do eu é, por isso, ato do próprio eu, o eu age ou sofre, é livre ou condicionado. O eu, também podemos assim nos exprimir, “vive” em atos como este. (HUSSERL, 2006, p. 213)

Afinal, quando digo que o objeto que percebo me é dado segundo tal ou tal perspectiva, com essa luz e sombra, quer dizer, me é dado segundo um “modo subjetivo de doação” que é por princípio variável, tenho consciência desse “fenômeno” como algo que está diante de mim, não “em mim”. (MOURA, 2006, p. 20)

Em outras palavras, é a atenção do sujeito que confere status de objeto aos fenômenos da consciência (no sentido cartesiano de que só o que é pensado existe; cf. HUSSERL, 2006, p. 75). Tal objetivação é, por sua vez, o que permite a existência da intersubjetividade, pois somente objetos – modelados primeiramente a partir dos objetos físicos da natureza

– podem ser significados, ou seja, apontados, indicados ou comunicados por um indivíduo (SCHUTZ, 1979, p. 105). O interlocutor desse indivíduo, então, deve aplicar um código interpretativo para compreender qual o significado daquela comunicação.

Devemos portanto entender que, no contexto da sociologia interpretativa, a intersubjetividade, a comunicação e a ação social são três níveis diferentes do mesmo processo social³⁶. A intersubjetividade só acontece quando o sujeito compreende que uma determinada ação alheia representa (significa, sinaliza) um determinado objeto, o qual pode ser físico ou mental.

Esse relacionamento [entre o comunicador e o receptor da comunicação] se estabelece através do compartilhar recíproco do fluxo de experiências do tempo interior do outro, através de vivenciar um presente vivido juntos, através de vivenciar esse conjunto como um “Nós”. Somente dentro dessa experiência é que a conduta do outro se torna significativa para o parceiro a ele afinado – isto é, o corpo do outro e seus movimentos podem ser e são interpretados como um campo de expressão dos eventos dentro de sua vida interior. (SCHUTZ, 1979, p. 212)

Aqui portanto retorna a noção de temporalidade da vida social, algo fundamental para a teoria schütziana (TADA, 2019). A “relação nós” é estabelecida quando, ainda nas palavras de Schütz (2019, p. 22 - ênfase do original), “*envelhecemos juntos*” durante uma situação social. Ela é, de fato, a intersubjetividade por excelência³⁷.

³⁶ “Ações sociais envolvem comunicação, e qualquer comunicação é necessariamente baseada em atos operativos. Para se comunicar com os outros, tenho que realizar atos evidentes no mundo exterior, que devem ser interpretados pelos outros como sinais do que pretendo transmitir. Gestos, fala, escrita, etc., são baseados em movimentos corporais. Até agora, a interpretação behaviorista [comportamentista JP] da comunicação é justificada. Erra, contudo, ao identificar o veículo de comunicação, ou seja, o ato operacional, com o próprio significado comunicado” (SCHÜTZ, 2019, p. 21).

³⁷ É notável que o conceito de relação nós é quase como se fosse uma das “formações sociológicas” que Simmel (2013, p. 662) teoriza na sua “sociologia formal” (LEVINE, 2015, p. 37), cuja “análise sincrônica” de interações sociais buscava os mecanismos que permitiam que certas formas de se relacionar – ou, num vocabulário mais fenomenológico, formas de intersubjetividade – perdurassem e outras não (por exemplo, a centenária batalha por qualidade de vida no sistema capitalista versus suas breves políticas de Bem-Estar Social). Creio, porém, que uma avaliação cuidadosa demonstraria que o

Seguindo a linha de raciocínio acima, começaremos a “fechar o círculo da nossa visão do mundo social”, como diria Schütz (SCHUTZ, 1979, p. 229), quem certamente ocupa o lugar central na arquitetura teórica da sociologia interpretativa biográfica. Feito isso, na próxima subseção iremos tratar do eixo de elementos particularmente metodológicos, e não tão teóricos, como a Hermenêutica Objetiva de Oevermann e a MTFD de Glaser e Strauss que Schütze, Rosenthal e Fischer sintetizaram no desenvolvimento do MNB enquanto culminação dessa área sociológica. Mas para entender tal operacionalização de conceitos como interpretação e motivação, veremos antes como ocorre a “sociogênese” (ELIAS, 2011, cap. 1), a dinâmica social de onde proveem os fenômenos que esses conceitos descrevem. Ou seja, com Schütz, explicaremos como a *relação nós* catalisa a gênese das motivações particulares do sujeito para atender ao que lhe é interessante/relevante e para agir significativamente.

Há uma “síntese de reconhecimento” (SCHUTZ, 1979, p. 220), uma interpretação subjetiva, que precipita a relação nós e que é fundamental para todas as outras interpretações do sujeito, mesmo quando ele está sozinho: trata-se do “reconhecimento mútuo ou intersubjetivo” (SOBOTKA, 2015, p. 77). Em outras palavras, a relação nós é onde o sujeito descobre que a sociedade é possível (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p.

conceito de relação nós não seria tão compatível com nenhum dos dois níveis das formações ou formas simmelianas. Isso porque as formas primárias são essencialmente pré-sociais – imputando capacidades intersubjetivas no indivíduo antes que ele as desenvolvesse por meio de reflexões e auto-interpretações, problemático do ponto de vista fenomenológico – e as secundárias são estruturantes – o que distoaria com a função organizativa primordial da interpretação subjetiva em Schütz (cf. CANTÓ-MILÁ, 2018 e Nota 8 deste capítulo). A relação nós, portanto, não é uma forma social simmeliana; suas características são sempre subjetivas e particulares a situação biográfica do indivíduo concreto, determinando assim que podemos nos referir a uma experiência acessível apenas ao sujeito como um exemplo de relação nós quando ele mesmo reflete não sobre si ou sua memória, mas sobre seu interlocutor (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 66). Mais especificamente, quando o sujeito dirige sua atenção à mudança de um determinado objeto, como a progressão de uma fala expositiva, e então associa essa mudança, agora o novo objeto de sua atenção, ao possível estado subjetivo de quem fala, pode-se inferir que daí resultara interpretações que o motivarão a agir (discordar, concordar com a opinião percebida do interlocutor por exemplo). Se ambos os sujeito pressuporem que a atenção do outro está focada na fala em questão, eles conquistarão algum entendimento mútuo e uma relação nós: “ele, dirigindo-se a mim e eu, ouvindo-o, estamos vivendo em nosso presente vívido mútuo, dirigido para o pensamento a ser realizado no e pelo processo de comunicação” (SCHÜTZ, 2019, p. 22).

61) . É onde ele aprende que as ações do outro podem ser interpretadas como representações do seu estado subjetivo e que ao “experimentar o self do outro”, como caracteriza Schütz (2019, p. 43), é possível adquirir algum nível de compreensão do que está sendo subjetivamente comunicado. Desse reconhecimento implica a possibilidade – que o sujeito logo testa – de que sua ação poderá ser igualmente interpretada pelo seu parceiro de interação como representação de um estado subjetivo (SCHÜTZ, 2019, p. 27). Entretanto, os detalhes de tal interpretação podem corresponder ou não àquilo que a ação-teste buscava realmente representar. Tal julgamento recairá sobre o receptor da ação comunicadora da interpretação daquela ação-teste.

Interpretação, motivação, ação, interpretação, motivação, ação e assim por diante: a intersubjetividade se sustenta nesse processo colaborativo que em cada relação nós configura a subjetividade do indivíduo, motivando-o a investir em determinadas “linhas de ação” e transformando-o assim em um “tipo ideal de pessoa” (SCHUTZ, 1979, p. 279; cf. também CAHILL, 1998). O sujeito portanto precede a sociedade na teoria schütziana (ETZRODT, 2008; porém, cf. CAMPO, 2015, p. 140), mas o reconhecimento subjetivo de que algo como a sociedade permeia a relação nós mesmo assim o molda enquanto pessoa, como quando influencia sua forma de se comportar em público (GOFFMAN, 2002). De fato, como explica Schütz (2019, p. 42), é justamente das demandas da compreensão mútua que o sujeito deriva o regime do seu “raio de atenção” (HUSSERL, 2006, p. 213), selecionando de cada situação e do seu estoque de conhecimento apenas o que parece ser mais relevante para entender tal situação. Isso, por sua vez, configura o próprio estado psicológico momentâneo do indivíduo.

Mas ao que na relação nós o sujeito de fato atende e interpreta?

Primeiro, há as palavras proferidas no significado que elas têm de acordo com o dicionário e a gramática na linguagem usada, mais as franjas adicionais que recebem

do contexto da fala e as conotações supervenientes originadas nas circunstâncias particulares do falante. Há, além disso, a inflexão da voz do locutor, a sua expressão facial, os gestos que acompanham a sua fala. Em circunstâncias normais, meramente a transmissão do pensamento por palavras apropriadamente selecionadas foi projetada pelo falante [...]. Os outros elementos dentro do campo interpretável são, do ponto de vista do falante, não planejados e, portanto, na melhor das hipóteses, meras condutas (meros fazer) ou mesmo meros reflexos e, então, essencialmente experiências reais sem significado subjetivo. No entanto, eles também são elementos integrais da interpretação do ouvinte sobre o estado de espírito do outro. A comunidade do espaço permite que o parceiro apreenda as expressões corporais do outro não apenas como eventos no mundo externo, mas como fatores do próprio processo de comunicação, embora não se originem em atos operacionais do comunicador. (SCHÜTZ, 2019, p. 22)

Em outras palavras, cada processo concreto de reconhecimento mútuo contém uma série de especificidades espaço-temporais importantes para a manutenção ou terminação da interação. E já que essas especificidades da relação nós estão sempre distribuídas no espaço em termos físicos (por exemplo, onde cada indivíduo está posicionado em relação ao outro e em relação à infraestrutura do ambiente) e no tempo em termos de historicidade e cronologia (por exemplo, por que os participantes da interação chegaram naquele ambiente, qual a situação biográfica de cada um, em que ordem as ações significativas aconteceram), quando elas são representadas na consciência do sujeito, essas especificidades espaço-temporais mantêm seu caráter distributivo. Teoricamente, então, poderíamos ilustrar um recorte da subjetividade humana como uma “zona de gradação” (SCHUTZ, 1979, p. 74; SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 65) modelada a partir da distribuição dos elementos da relação nós³⁸.

³⁸Essa perspectiva casa com o narrativismo do MNB, pois na medida em que o sujeito lê uma situação social, assim como ele lê um texto, ele está na verdade lendo ou narrando para si mesmo o que ele está vivenciando e fazendo, o que por sua vez exprime o que ele ainda poderia fazer. A narrativa, nesse sentido, é a representação das mudanças (movimentos, ações, novas interpretações ou informações a

Como explica Schütz, todo indivíduo

se considera o centro C de um sistema de coordenadas, no qual ele agrupa os objetos de seu ambiente em termos de “acima” e “abaixo”, “adiante” e “atrás”, “direita” e “esquerda”. [...] A cabeça, que carrega os órgãos principais de sentido e o órgão da respiração e o da fala, está na parte superior do corpo humano e os órgãos digestivos e os da procriação na parte inferior. A ligação de todos esses fenômenos faz da dimensão espacial “acima e abaixo” o ponto de partida de um conjunto de apresentações simbólicas. [...] Existe simbolismo nas direções para frente e para trás - há coisas que são confrontadas ou têm de ser confrontadas e são, assim, visíveis, e há aquelas não-visíveis e, portanto, possivelmente perigosas – e também nas direções à direita e à esquerda. (SCHUTZ, 1979, p. 246–247)

É portanto natural do nosso aparato bio-cognitivo que os fenômenos por nós vivenciados sejam representados subjetivamente em termos topográficos. E o que mais, no que Schütz (2019, p. 27) destaca a percepção de perigo como uma coordenada relevante nessa topografia da mente, ele postula um dos axiomas da sua fenomenologia – a saber, o da “ansiedade fundamental” gerada pelo medo da morte. Esse marco incontornável na direção frontal do eixo temporal da consciência é, em termos práticos, um aprendizado de uma relação nós geralmente cedo no desenvolvimento do sujeito que então se torna a primeira demanda de qualquer relação nós subsequente.

“Eu sei que vou morrer e temo morrer” (SCHÜTZ, 2019, p. 27). Todo o regime de atenção do sujeito tem sua sociogênese nessa “tipificação” (SCHUTZ, 1979, p. 115) da ansiedade fundamental (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 47). O sujeito “tipifica”

serem interpretadas) que o sujeito vivencia no tempo presente estendida ou projetada em um plano de coordenadas dentro da imaginação desse sujeito que dessa forma comunica a si mesmo a sua interpretação/leitura dessas mudanças. Susan Stanford Friedman (1993) explica isso em termos da negociação que o leitor faz entre o fundo (o contexto) e a superfície (o evento) de um determinado texto narrativo, que nesse caso só adquire tal status se o leitor/sujeito consegue de fato determinar se o evento percebido ou a superfície tem uma relação de justaposição, oposição, fusão, convergência ou espelhamento com seu contexto ou fundo (cf. também ROSENTHAL; FISCHER-ROSENTHAL, 2004).

(SCHUTZ, 1979, p. 118) – ou seja, interpreta subjetivamente como típico de uma determinada categoria de fenômenos – o fenômeno da mortalidade dos seres humanos. Ao testemunhar que algo como a sociedade continua a existir ou acontecer intersubjetivamente após a morte de alguém com quem ele já estabeleceu uma relação nós, o sujeito antecipa que esse também será o seu destino. Essa *tipificação* coloca o resto dos fenômenos em perspectiva temporal; dela, “surgem os muitos sistemas interrelacionados de esperanças e medos, de desejos e satisfações, de oportunidades e riscos”, motivando o sujeito a “elaborar projetos e realizá-los” (SCHÜTZ, 2019, p. 27). Ou seja, as demandas da relação nós sobre o sujeito são demandas que ele mesmo exige de si enquanto ele tipifica os elementos da relação nós concreta em relação ao seu posicionamento nos eixos espacial e temporal³⁹.

Se, como sugerido, a estrutura geral da subjetividade é um gradiente, uma estética topográfica, então sua matéria-bruta é o estoque de conhecimento constituído pela coleção de interpretações subjetivas situacionalmente recém elaboradas ou já armazenadas na memória, muitas das quais são tipificações que se destacam. A textura dessa topografia é portanto caracterizada por relevos (picos cercados por vales e platôs). Eis um dos conceitos mais originais de Schütz (CAMPO, 2015; SANTOS; SUSIN, 2021): a gradação da subjetividade é o que dá *relevância* aos interesses particulares do sujeito porque ele interpretará qualquer situação dentro dos limites impostos pelas tipificações evocadas pela situação (aqui agindo como balizas fenomenológicas). Seu “sistema de

³⁹Mais tarde, veremos que esses eixos são projetados subjetivamente de acordo com métricas instintivas como a área de alcance físico que o sujeito atribui ao seu corpo em uma determinada situação (no caso do eixo espacial) e a relevância da ansiedade fundamental e a ordem sequencial na qual interpretações subjetivas ocorreram em uma determinada situação (no caso do eixo temporal). Isso porque, quanto a esse último ponto, “informações surgindo simultaneamente acabam por exigir de nós que determinemos quais serão tematizadas primeiro, o que leva, assim, à estruturação sequencial da percepção” (ROSENTHAL, 2014a, p. 163). É notável também, ainda sobre a temporalidade na teoria schütziana (TADA, 2019), a proximidade entre o conceito de ansiedade fundamental em Schütz e o de ansiedade de morte na linha de pesquisa em teoria da gestão do terror (*Terror Management Theory*) que há quase 40 anos acumula evidências experimentais na psicologia a seu favor (cf. PYSZCZYNSKI; SOLOMON; GREENBERG, 2015).

relevâncias” (SCHÜTZ, 2019, p. 27) é fundamental para entender por que um sentido foi dado à uma vivência em detrimento de outro.

Enquanto transposição da relação nós na consciência ao longo dos eixos espaço-temporais mencionados, tomando como pontos de referência os elementos da vivência presente que o sujeito poderia influenciar de alguma forma (NATANSON, 1982, p. XXVIII), o *sistema de relevâncias* organiza o conhecimento à mão formando uma espécie de campo (que simula ou representa o mundo exterior) sobre o qual a atenção do sujeito se desloca. “Através do conceito de relevância ele [Schütz] quer dar um parecer sobre os métodos e normas que guiam a atenção” (CAMPO, 2015, p. 129 - tradução minha). É esse sistema que, de certa forma, dá dinamismo ao estoque de conhecimento, que, como já vimos, nunca é estático, uma vez que são as relevâncias de cada interpretação e tipificação em cada situação que determinam suas posições relativas, formando um campo onde o raio de atenção pode circular (ARVIDSON, 1992).

O perigo de morte chama atenção porque ele é como uma montanha nesse campo subjetivo – algo com muito relevo que é determinante no movimento da atenção. Os incontáveis nomes que aparecem nos créditos ao final de um filme são, contudo, irrelevantes em sua grande maioria porque são como planícies fáceis de atravessar sem se demorar em nenhum deles. Um contra-exemplo aqui seria se eu estivesse interessado no nome de uma das atrizes do filme; nesse caso, eu prestaria atenção nos créditos com base em algum critério de relevância – como o nome da sua personagem, sua importância na narrativa ou quanto tempo demorou para sua personagem aparecer, sendo que para esses dois últimos critérios talvez eu também precisasse checar qual dos dois tipos de ordenação típicas foram utilizados naqueles créditos, algo que, possivelmente, só seria relevante para mim se eu assistisse muitos filmes e tivesse essa tipificação no meu estoque de conhecimento. “O que estou antecipando é uma coisa, e outra, é o porquê eu antecipo

certas ocorrências” (SCHÜTZ, 2019, p. 27). A primeira diz respeito ao estoque de conhecimento, a segunda, ao sistema de relevâncias. A textura em relevos que esse sistema confere ao estoque de conhecimento canaliza o raio de atenção de uma interpretação a outra, movimento esse que forma uma linha cujos polos são o motivo por que e o motivo a fim de (mencionados acima).

O sujeito portanto sempre atende aos elementos da relação nós que seu sistema de relevâncias demanda. Até a valorização subjetiva das qualidades ‘relevante’ e ‘irrelevante’ enquanto critérios de seleção adequados para configurar o regime de atenção imposto pelo sistema de relevância também deriva da dinâmica interativa da relações nós (CAMPO, 2015, p. 129). Nesse sentido, a relevância original com a qual as outras tipificações podem ser comparadas e adquirir relevância própria é, novamente, o medo de morrer⁴⁰.

Em suma, relevância é sentido que motiva a atender. Na relação nós, motivação a atender é também motivação a entender.

Não só cada parceiro na relação face a face compartilha o outro em um presente vívido; cada um deles, com todas as manifestações de sua vida espontânea, é também

⁴⁰Busquei, com o uso dos termos ‘demanda’, ‘oferta’ e ‘investir’ nas últimas páginas, elucidar algo como a política econômica da interação social. Por um lado, em termos puramente econômicos, poderíamos dizer que se a relação nós coloca demandas sobre o sujeito, então a oferta que ele produz é sua motivação para agir de determinada maneira (por exemplo, controlando sua própria atenção para focar em um determinado elemento situacional em detrimento de outros). Por outro lado, essa oferta do sujeito enquanto “investimento do eu [*self*]” (MARTIN; LEMBO, 2020 - tradução minha), se já não tem intenções políticas num primeiro momento, certamente terá consequências políticas, ou melhor, “micropolíticas” (DELEUZE; GUATTARI, 2021). Como no aforismo pragmatista do Teorema de Thomas: “Se os homens [sic] definem situações como reais, elas serão reais nas suas consequências” (THOMAS; THOMAS, 1928, p. 572 - tradução do autor). Ou seja, como veremos à frente, a forma na qual o sujeito interpreta e comunica suas intenções e as intenções dos outros que borbulham na relação nós é um investimento em um tipo de trajetória para a situação social que necessariamente esgota a possibilidade de outras trajetórias (GROS, 2021). A sociologia interacionista se apoia muito nessa ideia, chamado-a de *definição da situação* (TAVORY, 2018). “Este momento da situação interativa traduz a definição de pautas de percepção e de conduta – as expressões de um participante se transfiguram em impressões nos demais co-participantes, delimitando aspectos da situação de interação. Assim, o primeiro passo consiste em definir para si o status e o papel do outro e, a partir daí, definir, para si mesmo, seu próprio papel no acontecimento” (GOULART; BREGUNCI, 1990, p. 54). Acredito que discussões como a dessa nota de rodapé demonstram que o interacionismo contemporâneo pode sintetizar perspectivas originalmente distintas, como o pragmatismo e a fenomenologia, e aplica-las criticamente à dinâmicas de poder (cf., por exemplo, DÉPELLEAU, 2015, 2018; FRIESE; CLARKE; WASHBURN, 2021).

um elemento do ambiente do outro; ambos participam de um conjunto de experiências comuns do mundo exterior, no qual os atos operacionais de cada um podem se adequar. E, finalmente, no relacionamento face-a-face (e somente nele) o parceiro pode olhar para si mesmo como uma totalidade ininterrupta em um presente vívido. Isto é de especial importância porque [...] eu posso olhar para mim mesmo apenas antecipadamente, *modo praeterito*, e depois compreender apenas um aspecto parcial deste meu eu passado [...]. (SCHÜTZ, 2019, p. 22)

Nesse compartilhamento de tempo subjetivo em que o sujeito descobre que a sociedade é possível, ele também aprende que

a ordem da Natureza e da Sociedade é comum a toda a espécie humana. Ela provê para todos o estabelecimento de um ciclo de sua vida individual, de nascimento, crescimento, morte, saúde e doença, desejos e medos. Cada um de nós participa do ritmo recorrente da natureza, para cada um de nós os movimentos do Sol, da Lua e das estrelas, a mudança do dia para a noite e o ciclo das estações são elementos de nossa situação. Cada um de nós é membro do grupo no qual nasceu ou ao qual se juntou e que continua a existir se alguns membros morrem e outros nele ingressam. (SCHUTZ, 1979, p. 242)

O sistema de relevâncias aglutina tais descobertas ou tipificações ainda cedo no desenvolvimento do indivíduo porque eles sempre circundam implicitamente o campo de atenção das relações nós, embora nunca se tornem relevantes de fato. Assim, “no pensamento do senso comum da vida diária, simplesmente sabemos que a Natureza e a Sociedade representam algum tipo de ordem; porém, a essência dessa ordem como tal nos é desconhecida” (SCHUTZ, 1979, p. 242–243). Tais pressupostos formam um “horizonte mais ou menos desarticulado” (SCHÜTZ, 2019, p. 14), algo cuja existência é tão óbvia que se torna quase irrelevante (por exemplo, que a sociedade é possível é sempre uma crença implícita na subjetividade de alguém tentando se comunicar com outro alguém).

Utilizando a tipologia que Schütz adota de seu amigo, colega fenomenólogo e companheiro de exílio nos EUA Aron Gurwitsch, chamaremos o horizonte implícito em uma determinada situação social de *campo temático* (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 194)⁴¹. Dentro dele, o raio de atenção do sujeito se desloca (ARVIDSON, 1992). Os relevos do terreno criados pelo sistema de relevância canalizam a atenção a um ponto específico, a saber, o núcleo do campo temático – o *tema*. “O tema sempre se refere a itens diferentes de si que são relevantes para ele e que, ao serem referenciados, são experienciados como relevantes” (GURWITSCH, 2010, p. 331–332 - tradução minha). Assim, há uma conformação tema-campo temático já que um seleciona os itens do outro, cuja configuração conduz atenção que tematizou o tema em primeiro lugar. Contudo, quanto mais perto da *margem* do campo temático, mais irrelevantes seus itens se tornam, até que, uma vez ultrapassado o horizonte final para dentro da margem, a atenção do sujeito não recairá mais sobre aquele item enquanto estiver tratando do tema em questão (GURWITSCH, 2010, p. 344, 354).

Com Gurwitsch, então, podemos elaborar com um vocabulário preciso essa perspectiva espacializada ou topográfica da subjetividade que venho elaborando. O tema, o campo temático e a margem são as três grandes áreas da “zona de gradação” (SCHUTZ, 1979, p. 74; SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 65) que o sistema de relevâncias cria ao estruturar o estoque de conhecimento em resposta à uma determinada situação⁴². As

⁴¹Schütz (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 194) primeiramente aprende sobre o horizonte da consciência em termos husserlianos de horizonte interno e horizonte externo, mas mais tarde, principalmente após o exílio nos EUA, ele adota os temas da teoria dos campos temáticos de Gurwitsch – quem, por sua vez, Rosenthal (2017) recupera na protocolização da análise com o MNB, como veremos.

⁴²Nas palavras de Schütz, “esse sistemas de relevâncias [...] determina a estruturação do estoque de conhecimento à mão e o divide em zonas de vários graus de clareza e distinção. Qualquer mudança no sistema de relevâncias desloca essas camadas e redistribui nosso conhecimento. Alguns elementos, que anteriormente pertenciam a zonas marginais, entram na área central de clareza e definição ótimas: outros são removidos daí para as zonas de vagueza crescente. Além disso, é o sistema de relevâncias que determina o sistema de tipos, pelos quais o nosso estoque de conhecimento à mão é organizado. Com a mudança de meus interesses principais, portanto, também os tipos válidos no momento da antecipação terão mudado quando o evento antecipado ocorrer e se tomar um elemento real de meu presente vívido” (SCHUTZ, 1979, p. 136).

relevâncias que dão o aspecto de gradiente ao campo temático (mas que, por definição, estão ausentes da margem, a área desatendida e desarticulada) são como seriam os pulsos de energia representados no gráfico de um monitor de batimentos cardíacos se esse gráfico fosse tridimensional (ao invés de 2D). O raio de atenção, por sua vez, confere ao seu objeto – o tema – o status de maior relevância, mesmo que temporariamente, só até ele atender a outros itens naquele ou em outro campo temático.

Outra terminologia que Schütz (2019, p. 46) emprega para descrever as estruturas da subjetividade é a de “províncias finitas de significado”: “diferentes tensões de uma e mesma consciência” (tensionada de formas diferentes, como devo salientar, pelo sistema de relevâncias). Em geral, favorecerei a terminologia de Gurwitsch nessa dissertação porque a utilizamos extensivamente no MNB e também porque ela contempla mais conceitos⁴³. De qualquer forma, é útil pensarmos aqui que o que mais muda de uma “província” para um “campo” é a área implicada. De fato, podemos entender as províncias finitas de significado como grandes áreas (cercadas por margens) contendo vários campos temáticos (ou melhor, várias interpretações que o raio de atenção pode tematizar, organizando-as em campos temáticos). Assim, Schütz (2019, p. 29) elenca uma série de províncias diferentes, como a dos sonhos, das superstições sobrenaturais, da experiência artística, da experiência religiosa, da contemplação científica, das fantasias e brincadeiras infantis e do delírio psicopatológico. Todas “têm um estilo cognitivo peculiar” – uma atitude ou orientação – e propiciam ao sujeito “experiências [...]

⁴³Tanto Schütz quanto Gurwitsch citam a teoria da consciência de William James, o pragmatista mencionado acima, como inspiração para suas próprias teorias (ARVIDSON, 1992; NATANSON, 1982). E o que mais, a imaginação espacial ou topográfica que Gurwitsch demonstra na sua teoria da consciência se dá em grande parte pela síntese que ele faz entre a fenomenologia e a teoria *Gestalt*, que trabalha com a configuração e coesão interna de formas as mais variadas (ROSENTHAL, 2017; VON EHRENFELS, 1937). Exploraremos os teóricos gestálticos, a maioria deles psicólogos, na subseção *Biografia e Sociedade* (que virá depois da próxima) já que o deles é um corpo de conhecimento que teve mais impacto na sociologia interpretativa biográfica a partir do MNB.

consistentes em si mesmas e compatíveis entre si” embora incompatíveis com as de outras províncias (SCHÜTZ, 2019, p. 29).

Mas além de conterem campos temáticos em si, as províncias finitas de significado podem também se reconfigurar em campos temáticos que coabitam uma província “suprema” (SCHÜTZ, 2019, p. 28): a do *mundo da vida cotidiano*⁴⁴. Esse é “o mundo da nossa operacionalidade, dos movimentos corporais, da manipulação de objetos e do manejo das coisas e dos homens” (SCHÜTZ, 2019, p. 24). É a província que se forma na relação nós quando o sujeito descobre a intersubjetividade, tipificando-a em termos espaço-temporais (tomando seu corpo como ponto de referência para interpretar os outros elementos, como estando ao seu alcance físico ou não por exemplo), criando ali um grande horizonte de pressupostos que servem de margem de contenção das interpretações relevantes para a agir significativamente na situação demandando atenção naquele momento (SCHUTZ, 1979, p. 242–243; SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 36–37). Assim, no seu estilo cognitivo ou

na atitude natural da vida cotidiana, o seguinte é dado como certo [...]: (a) a existência corpórea de outros homens; (b) que esses corpos são dotados de consciência essencialmente semelhante à minha; (c) que as coisas do mundo exterior incluídas em meu ambiente e no de meus semelhantes são as mesmas para nós e têm, fundamentalmente, o mesmo significado; (d) que eu posso entrar em interrelações e ações recíprocas com meus semelhantes; (e) que eu posso me fazer entender por eles [...]; (f) que um mundo social e cultural estratificado é historicamente pré-dado como um quadro de referência para mim e meus semelhantes [...]; (g) que, portanto, a situação em que me encontro em qualquer momento é apenas em pequena medida puramente criada por mim. (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 5 - tradução do autor)

⁴⁴Não se deve confundir o mundo da vida (*lebenswelt*) em Schütz com as muitas outras apropriações do termo (cunhado por Husserl), como a de Jürgen Habermas.

Além dos pressupostos da atitude natural acima, o mundo da vida cotidiano também implica numa fenomenologia particular que pode ser descrita da seguinte forma:

(1) uma tensão específica da consciência, a saber, um despertar amplo, originando-se da atenção plena à vida; (2) uma [redução fenomenológica/parentetização] específica, a suspensão da dúvida [de que o mundo e seus objetos podem ser diferentes do que lhe parece]; (3) uma forma prevalecente de espontaneidade, chamada operacionalidade (uma espontaneidade significativa baseada em um projeto e caracterizado pela intenção de trazer o estado de coisas projetado por movimentos corporais que se dirigem para o mundo externo); (4) uma forma específica de experienciar a si mesmo (o self operativo como o self total); (5) uma forma específica de socialidade (o mundo intersubjetivo comum de comunicação e ação social); (6) uma perspectiva de tempo específica (o tempo padrão originário de uma intersecção entre durée e tempo cósmico, como a estrutura temporal universal do mundo intersubjetivo). (SCHÜTZ, 2019, p. 28–29)⁴⁵

Ou seja, Schütz de certa forma democratiza a redução fenomenológica: agora ela não é mais só o que se realiza no silêncio do gabinete do fenomenólogo cujo “interesse não se dirige às ‘coisas’ mas sim aos ‘fenômenos’” (MOURA, 2006, p. 16), pois na verdade todos os seres humanos a realizam cotidianamente. A diferença é que o fenômeno relevante para o sujeito no seu cotidiano se diferencia do fenômeno relevante para o filósofo (cf., por exemplo, SCHÜTZ, 2019, p. 27)⁴⁶.

⁴⁵Em contrapartida, Schütz aborda a fenomenologia da província finita de significado da contemplação científica da seguinte forma: “Podemos agora resumir algumas das características da [redução fenomenológica] peculiar à atitude científica. Nesta [redução fenomenológica] existem ‘entre [parênteses]’ (suspensão): (1) a subjetividade do pensador, como um homem entre semelhantes, incluindo a sua existência corporal como sendo psicofísica humana, dentro do mundo; (2) o sistema de orientação pela qual o mundo da vida cotidiana é agrupado em zonas dentro do alcance real, restaurável, atingível, etc.; (3) a ansiedade fundamental e o sistema de relevâncias pragmáticas originadas no processo. Mas, dentro dessa esfera modificada, o mundo da vida de todos nós continua a subsistir como realidade, a saber, a realidade da contemplação teórica, embora não como um interesse prático. Com a mudança do sistema de relevâncias do campo prático para o teórico, todos os termos referentes à ação e desempenho dentro do mundo operacional, como ‘plano’, ‘motivo’, ‘projetos’, mudam de significado e recebem [parênteses]”. (SCHÜTZ, 2019, p. 40)

⁴⁶“O estado de total despertar do self operacional traça aquele segmento do mundo que é pragmaticamente relevante, e essas relevâncias determinam a forma e o conteúdo de nossa corrente de

É justamente essa fenomenologia das diferentes províncias finitas de significado que licencia Schütz (2019) a dissertar sobre as “múltiplas realidades” vivenciadas por todo e qualquer indivíduo no seu dia-a-dia. E aqui retornamos a um dilema mencionado acima, pois essa perspectiva schütziana oferece uma solução para aquele problema enfrentado por Husserl, a saber, o da verdadeira tempestade fenomênica que logicamente deveria resultar dos “múltiplos modos subjetivos de doação graças aos quais temos consciência dos objetos” (MOURA, 2006, p. 16). Afinal, como visto, a consciência tem mecanismos organizadores, principalmente no sistema de relevâncias, que dão conta desses múltiplos modos que se apresentam a ela a cada momento. Isso pois eles de fato não se apresentam todos ao mesmo tempo e com a mesma relevância ou demanda por atenção, mas são mediados pelas estruturas intersubjetivamente criadas do mundo da vida cotidiano (cf. SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 208):

Por que não deveriam as experiências originadas nas finitas províncias das fantasias, sonhos e teorias científicas se tornarem o conteúdo de atos comunicativos operacionais? Se as crianças brincam juntas em seu mundo fictício, se discutimos com um colega de trabalho uma obra de arte, se entramos com outras pessoas no mesmo ritual, ainda estamos no mundo do operacional conectado por atos comunicativos operativos com o mundo dos outros. E, no entanto, ambos os parceiros atravessaram juntos a finita província do significado, chamada “mundo da vida cotidiana”, para a província do jogo, da arte, dos símbolos religiosos, e outros. (SCHÜTZ, 2019, p. 46)

Em outras palavras, a consciência comporta experiências diversas enquanto múltiplos modos de doação da realidade de forma que, como no exemplo que Rosenthal (2017, p. 44–45) reproduz de Gurwitsch, é perfeitamente possível apreciar uma fachada (tema) sabendo implicitamente que faz parte de uma casa com várias outras partes (campo

pensamento: a forma, porque ela regula a tensão de nossa memória e, com isso, o escopo de nossas experiências passadas recordadas e de nossas experiências futuras antecipadas; o conteúdo, porque todas essas experiências passam por modificações específicas na atenção pelo projeto preconcebido e na sua execução, por efeito. Isso nos leva imediatamente a uma análise da dimensão do tempo, em que o self operativo experimenta seus próprios atos” (SCHÜTZ, 2019, p. 18).

temático) e ignorando todo o resto do mundo (margem) por ser irrelevante no momento de apreciação da fachada.

O impacto positivo da teoria schütziana na sociologia é inegável. Sua progênie mais exemplar é provavelmente a teoria da construção social da realidade de Peter Berger e Thomas Luckmann (2004), ambos alunos de Schütz, sendo o segundo um de seus colaboradores (LUCKMANN, 1974, p. xix) e, mais tarde, também de Fritz Schütze, o idealizador do MNB (KAŹMIERSKA, 2014, p. 305). A teoria seminal de Berger e Luckmann (2004, p. 6) é essencialmente uma extensão da de Schütz – basta lembrar que uma interpretação subjetiva é fruto de uma colaboração interativa para perceber que isso significa que ela é, além disso, uma construção social (cf. também SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 113).

Para concluir essa subseção, resumirei alguns pontos importantes levantados ao longo dessa revisão da história e da teoria da sociologia interpretativa (que cobriu principalmente as partes que inspiraram o MNB diretamente). Vimos aqui como Simmel trouxe da filosofia para as ciências sociais o interesse de Rickert e Dilthey no papel da compreensão subjetiva da realidade na ação humana, social ou significativa. Dessa preocupação analítica com o significado da ação para o ator, vimos como Weber propôs um método sociológico centrado no conceito de tipo ideal, uma subjetividade abstrata hipoteticamente típica em um grupo social historicamente contextualizado. E enquanto esse era o estado da arte da sociologia compreensiva alemã nas primeiras décadas do século XX, os estadunidenses da Escola de Chicago, como Dewey e Mead, também se voltavam para a relação entre significado subjetivo e vida social, mas do ponto de vista interacionista herdado do pragmatismo.

Entre as décadas de 1930 e 1950, Schütz continua o projeto da sociologia compreensiva alemã, como tentei elucidar, mas a reforma com ajuda de conceitos

fenomenológicos e pragmatistas, iniciando a nova fase do paradigma interpretativo que aqui chamo de sociologia interpretativa. Tal reforma foi marcada pela teorização exaustiva das estruturas intersubjetivas que permitem o processo de interpretação subjetiva, que por sua vez dão ao sujeito concreto (não típico-ideal) motivos para agir no seu dia-a-dia, permitindo assim a manutenção da ordem social. Nesse sentido, então, o que Weber fez com Simmel é parecido com o que Schütz fez com Weber e Schütze e Rosenthal com Schütz, como veremos: essa linhagem de sociólogos de língua alemã representa um trabalho acumulativo que progride na direção de métodos cada vez mais próximos da realidade subjetiva com o intuito de explicar a origem e consequência dos processos sociais a partir da vida social concreta, ou seja, como é vivenciada pelos sujeitos em sua situação biográfica particular.

Concluindo essa subseção intitulada *Interpretação e Motivação*, podemos afirmar a tese da sociologia interpretativa biográfica da seguinte forma: a sociogênese da motivação do sujeito empírico para decidir aonde ele investirá sua atenção e seu esforço interpretativo, assim como a motivação para agir de acordo com a interpretação que desse investimento resultar, sempre se dá na estrutura fenomenológica da intersubjetividade ou relação nós que é experienciada inúmeras vezes ao longo de sua vida em inúmeras interações face-a-face com outros sujeitos (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 69). De todos os métodos para determinar como essa intersubjetividade será co-estabelecida pelos envolvidos e qual será suas consequências (que é o mesmo que perguntar como ela catalisará motivações e interpretações nesses sujeitos e quais serão elas), a biografia do sujeito, enquanto interpretação subjetiva sobre sua própria história de vida, é a categoria analítica mais poderosa, pois engloba os significados de maior relevância que o passado carrega e que o futuro reserva, permitindo assim identificar os possíveis motivos por que

e a fim de que animarão a sua ação social (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 18, 57, 170).

Abaixo, ofereço um glossário dos conceitos mais importantes elaborados até aqui (cf. também NATANSON, 1982):

- Interpretação subjetiva: julgamento subjetivo da relação entre um determinado objeto de atenção e uma interpretação passada resgatada do estoque de conhecimento por meio da retrospectão.
- Estoque de conhecimento: coleção de interpretações e tipificações realizadas pelo sujeito que é sempre reconfigurada de acordo com as demandas do sistema de relevância.
- Tipificação: interpretação subjetiva generalizada para todo um grupo de vivências.
- Sistema de relevância: regime de atenção estruturado pelas vivências de relações nós que seleciona os itens do estoque de conhecimento disponíveis ao sujeito, influenciando assim suas interpretações subjetivas, incluindo seus próprios motivos por que e a fim de.
- Raio de atenção: poder da consciência de trazer objetos para o presente do fluxo de tempo subjetivo, tornando-os assim temas passíveis de interpretação.
- Tema: objeto-foco do raio de atenção que, mediado pelo sistema de relevância, convida interpretações subjetivas relacionados a ele e rejeita outras não relacionadas, configurando assim um campo temático ao redor de si e uma margem desarticulada de pressuposições e irrelevâncias ao redor do campo temático.

- Campo temático: conjunto de interpretações subjetivas resgatadas do estoque de conhecimento por sua relevância para o tema e passíveis de serem tematizadas ou focalizadas pelo raio de atenção.
- Margem: recorte do estoque de conhecimento irrelevante para o tema.
- Motivo por que: interpretação subjetiva do presente com base em um significado atribuído a uma vivência passada que resulta em uma ação social no presente.
- Motivo a fim de: interpretação subjetiva do presente com base em um significado atribuído a uma antecipação que resulta em uma ação social no presente.
- Situação biográfica: interpretação do sujeito a respeito do contexto histórico, material e cultural em que ele opera diariamente (considerando, por exemplo, sua relação com seus contemporâneos, como familiares, amigos, colegas e conhecidos).
- Mundo da vida cotidiano: tipificação daquela realidade de objetos influenciável pela ação social ou significativa que quando ativada pelo sistema de relevância implica numa orientação de conduta particular – a saber, a atitude natural.
- Atitude natural: padrão interpretativo balizado por pressupostos sobre o mundo que permitem a comunicação intersubjetiva e a ação social.
- Ação social: intervenção proposital no mundo da vida motivada por significados relevantes para o sujeito da ação.

Com esse arsenal conceitual acima, veremos agora como outros autores desenvolveram métodos interpretativos para analisar empiricamente as ações e relações sociais.

3.1.2 Abertura e Reconstrução

O que diz respeito ao pinheiro, aprenda do pinheiro;
o que diz respeito ao bambu, aprenda do bambu.
(MATSUO BASHÔ *apud* RODRIGUES, 2019)

A partir da base teórica postulada pelos interpretativistas mencionados acima, pesquisadores sociais puderam se voltar para a sistematização de protocolos e outros instrumentos de pesquisa que capturassem os processos de significação realizados cotidianamente pelos indivíduos. Na revisão de elementos para a sociologia interpretativa biográfica que apresentarei nessa subseção (que certamente será mais breve que a anterior), abordarei tais passos na direção do MNB. Aqui revisaremos a metodologia de teoria fundamentada em dados e a hermenêutica objetiva, duas abordagens de pesquisa qualitativa (ou seja, que não são centradas em números e análises estatísticas) que empregam a filosofia do descobrimento científico de Charles Sanders Peirce, o já mencionado fundador do pragmatismo. Ambas abordagens foram peças fundamentais no desenvolvimento do MNB – de fato, como veremos, o MNB é um tipo de metodologia de teoria fundamentada em dados.

Começando com essa primeira abordagem, então, destaco Barney Glaser e Anselm Strauss (2006), sociólogos estadunidenses que na década de 1960 se viram motivados a contrapor a forma hegemônica de fazer sociologia, à época dominada pelas grandes teorias abstratas da macrossociologia, como a estrutural-funcionalista e a teoria do conflito. Sua metodologia de *grounded theory* ou de teoria fundamentada em dados (MTFD) consiste numa estratégia de pesquisa para gerar teorias sociológicas que descrevam, expliquem e prevejam fenômenos da vida social e que prescrevam intervenções sociais práticas não a partir de livros e conceitos de grandes pensadores ou

de palpites pessoais infundados, mas sim de dados empíricos coletados sistematicamente pelo próprio pesquisador (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 3, 10).

Por mais científica que a premissa da MTFD fosse, ela mesmo assim não era (e talvez ainda não o seja) a forma dominante de produzir conhecimento nas ciências sociais. A hegemonia das grandes teorias, cujas pretensões macrosociológicas reduziam toda a vida social a alguns poucos conceitos imutáveis, testados somente quando convinha, estimulou os idealizadores da MTFD a sistematizar uma forma de gerar teorias que fossem mais apropriadas para a complexidade da vida social e próximas dos significados que os sujeitos atribuem a ela (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 31). Mais especificamente, por exemplo, Glaser e Strauss (2006, p. 5, 10) criticam a metodologia de testagem de usada por Talcott Parsons, Robert Merton e C. Wright Mills. Esses sociólogos obtiveram fama testando e ocasionalmente modificando teorias canônicas, mas seus pareceres muitas vezes falhavam em descrever, explicar e prever fenômenos sociais observáveis sistematicamente – assim como falhavam em prescrever aplicações práticas na forma de intervenções sociais (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 2, n. 1). Sem embasamento empírico que precedesse qualquer presunção retirada de livros ou achismos, muitas teorias sociológicas continuam a falhar nesse mesmo sentido.

Afinal, como pode a sociologia descobrir novas dinâmicas sociais e acompanhar o andar incansável da história se são sempre as mesmas grandes e velhas teorias que recebem atenção? “Meramente selecionar dados para uma categoria já estabelecida por outra teoria tende a impedir a geração de *novas* categorias porque o esforço não está na geração, mas na *seleção* de dados” (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 37 - tradução e ênfase minhas)⁴⁷. A MTFD portanto é tanto uma metodologia de pesquisa quanto uma crítica

⁴⁷Aqui eles soam como uma outra dupla de investigadores, Sherlock Holmes e John Watson. O detetive fictício uma vez disse ao seu companheiro: “É um pecado capital teorizar antes de ter informações. Sem perceber, começa-se a distorcer os fatos para que caibam nas teorias, em vez de deixar que as teorias caibam nos fatos” (DOYLE, 2010, p. 11). De fato, a semelhança entre o método investigativo do famoso

meta-teórica à estagnação da sociologia, uma ciência que tende a se fechar sobre seu cânone e acaba ignorando seu próprio campo empírico.

Contrapondo-se à tendência citada acima, a MTFD oferece uma estratégia de geração de dados que se mantém aberta àquilo que o campo empírico oferece (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 65). O pesquisador aqui deve praticar uma espécie de redução fenomenológica (cf. subseção anterior), pondo entre parênteses o que pensa saber sobre seu tópico de pesquisa antes de ir a campo. Como um filósofo pré-socrático já dizia: “É a presunção que deve ser apagada mais do que incêndio” (HERÁCLITO, 2017, p. frag. 43). Podemos chamar isso de “princípio de abertura” (ROSENTHAL, 2014a, p. 59), um axioma regente a todos os momentos de uma pesquisa com MTFD. O pesquisador deve praticar abertura desde seu primeiro engajamento com o campo empírico, por meio de perguntas abertas, até sua eventual definição dos resultados (sabendo que são finais somente porque o prazo da investigação chegou ao fim e não porque são respostas definitivas para a pergunta de pesquisa⁴⁸). Pratica-se abertura, também, diante da bibliografia relevante aos dados sendo coletados em tempo real pela pesquisa (THORNBERG, 2019). Ou seja, não descartamos o cânone disciplinar, mas tampouco o consultamos de antemão. Ele deve entrar somente na parte de discussão do trabalho, onde as hipóteses e conceitos que emergirem da análise dos dados empíricos são comparados com o que teorias clássicas diriam sobre o assunto.

Para cultivar o princípio de abertura na geração e análise de dados, Glaser e Strauss (2006) propõem uma série de instrumentos de pesquisa, como a amostragem

personagem vitoriano de Arthur Conan Doyle e a MTFD é tanta que é recomendável a leitura dessas clássicas histórias para melhor entender o procedimento do método utilizado nessa dissertação (ROSENTHAL, 2014a, p. 75).

⁴⁸Nas palavras de Glaser e Strauss (2006, p. 32 – tradução minha): “Uma teoria enquanto processo certamente pode ser apresentada em publicações como produtos momentâneos, mas ela é escrita com a suposição de que ela ainda está se desenvolvendo”. Gabriele Rosenthal e Wolfram Fischer (ROSENTHAL; FISCHER-ROSENTHAL, 2004, p. 261) defendem que esse preceito deve ser seguido à letra no MNB.

teórica, a saturação teórica, a análise comparativa constante, a codificação e os memorandos (cadernos de campo). As funções desses instrumentos ficarão mais claras no desenrolar da segunda parte desse capítulo, que será como um manual de instruções para o MNB, e no capítulo de resultados. Por enquanto, basta enxergá-los como diferentes estações numa linha de montagem de categorias teóricas (conceitos com propriedades particulares que podem ser inseridos numa hipótese)⁴⁹. O uso “sensível” (GLASER, 1978) desses instrumentos por parte do pesquisador o permite fundamentar as categorias teóricas que ele vai idealizando ao longo do estudo nos dados empíricos sendo coletados. Glaser e Strauss (2006, p. 72) insistem que os instrumentos mencionados devem ser aplicados mais-ou-menos simultaneamente assim como devem ser reaplicados ou revisitados diversas vezes ao longo da pesquisa.

No *memorando*, por exemplo, registra-se os dados coletados em campo já acompanhados de breves anotações nas margens que os codifiquem em relação à alguma categoria teórica com potencial analítico (‘como eu poderia chamar isso que acabo de observar e que descrevi, como pude, no meu memorando?’ , pergunta-se o pesquisador). Na sequência, a *amostragem teórica* guia uma busca por mais dados, mas agora informada pelas codificações já feitas (que norteiam a busca com perguntas como: ‘que tipo de fenômeno ou categoria em potencial essa amostra que eu tenho representa? Que outras amostras também poderiam representar esse fenômeno ou não? Que propriedade específica dessas amostras permiti-las-iam representar tal fenômeno ou não? Que novos dados corroborariam ou refutariam meu julgamento atual desse fenômeno/categoria? Que tipo de amostra devo buscar para encontrá-los?’). Uma vez codificados, os novos dados dessa amostragem teórica, no sentido em que é a teoria em formação que orientou a sua

⁴⁹“Uma categoria”, na terminologia dos autores, “permanece por si só como um elemento conceitual da teoria. Uma propriedade, por sua vez, é um aspecto conceitual ou elemento de uma categoria” (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 36 – tradução minha).

busca⁵⁰, podem conter essencialmente as propriedades que amostragens anteriores (corroborando assim uma categoria que já tinha sido imaginada, mas acrescentando nenhuma informação nova à ela). Se isso se repetir algumas vezes, então o pesquisador pode declarar ter alcançado uma *saturação teórica* nessa categoria em questão – o que sinaliza a necessidade de mudar de direção na próxima amostragem teórica para que outras categorias sejam contempladas. Durante todo o processo, codificações (ou seja, categorias e suas propriedades) devem ser reformuladas por meio da *análise comparativa constante* que é justamente aquele julgamento crítico sobre o que as semelhanças e diferenças entre os fenômenos observados indicam em termos de categorias e suas propriedades (para uma explicação mais completa dos instrumentos citados nesse parágrafo, cf. URQUHART, 2019)⁵¹.

É provável que, à essa altura da exposição, uma certa dúvida surja. Se os estudos que empregam a MTFD não podem seguir tradições teóricas pré-estabelecidas por causa da responsabilidade de teorizar originalmente que é delegada ao pesquisador, então os instrumentos descritos acima devem realmente ser utilizados em um vácuo teórico? Deve-se presumir que o pesquisador terá criatividade ou “imaginação sociológica” (MILLS, 1982) suficiente para inventar categorias analiticamente úteis do nada?

A verdade é que não são todas as tradições teóricas que são excluídas dos estágios iniciais de pesquisa com a MTFD – há uma clara exceção: o paradigma interpretativo (CLARKE, 2019). Somente um olhar compreensivo, datando a Weber, pode iluminar o que o pesquisador está possivelmente observando em campo. A fundamentação empírica nada mais é do que uma intensificação dos processos interpretativos que o próprio sociólogo

⁵⁰“De fato, deduções da teoria fundamentada enquanto ela se desenvolve são o método pelo qual o pesquisador direciona sua amostragem teórica” (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 32 – tradução minha).

⁵¹ Como colocam os autores: “os elementos teóricos que são gerados pela análise comparativa são, primeiro, categorias conceituais e suas propriedades conceituais; e segundo, hipóteses ou relações gerais entre categorias e categorias e suas propriedades” (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 35 - tradução minha).

já realiza no seu dia-a-dia enquanto membro da sociedade (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 249; cf. também OEVERMANN et al., 1987, p. 445)⁵². É por isso, inclusive, que as categorias teóricas podem ser descobertas pela MTFD e podem ser combinadas em teorias compreensíveis; elas são, pois, teorias *substantivas* – pareceres tecnicamente especializados, mas cujo conteúdo e significado são muito próximos daqueles compartilhados pelos sujeitos que vivenciam os fenômenos sendo analisados. E o que mais, assim como um conjunto coeso de categorias podem formar uma teoria substantiva, um conjunto coeso de teorias substantivas pode formar o que Glaser e Strauss chamam de uma teoria *formal*:

Por teoria substantiva, queremos dizer aquela desenvolvida para uma área substantiva, ou empírica, de investigação sociológica, como cuidados ao paciente, relações raciais, educação profissional, delinquência ou organizações de pesquisa. Por teoria formal, queremos dizer aquela desenvolvida para uma área formal ou conceitual de investigação sociológica, como estigma, comportamento desviante, organização formal, socialização, congruência de status, autoridade e poder, sistemas de recompensa ou mobilidade social. Ambos os tipos de teoria podem ser consideradas como “de médio alcance”. Ou seja, elas caem entre as “pequenas hipóteses operacionais” da vida cotidiana e as grandes teorias “totalmente inclusivas” [all-inclusive]. (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 32–33 - tradução minha)⁵³

As teorias substantivas fundamentadas em dados portanto possuem baixa generalidade uma vez que foram geradas a partir de, e podem ser aplicadas somente em,

⁵²Em termos interpretativos, então, o princípio de abertura estimula que pesquisas com MTFD honrem a interpretação subjetiva de seus participantes antes de atribuir a eles qualquer teoria já existente – o que resultaria numa “colonização do sistema de relevância” (SANTOS, 2014, p. 10) desses sujeitos. Há de fato uma espécie de ética de pesquisa implícita nesse tipo de abordagem: tenta-se diminuir a distância entre sujeito (o pesquisador e seus leitores) e objeto (o participante de pesquisa). Os conceitos de uma teoria fundamentada, afinal, devem sensibilizar o leitor à fenomenologia do processo social sendo explicado (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 38-39).

⁵³Chamo atenção para a referência às “pequenas hipóteses operacionais da vida cotidiana”, uma clara paráfrase de Schütz (cf. também GLASER; STRAUSS, 2006, p. 249).

um contexto social específico. Enquanto isso, as teorias formais são mais generalizáveis graças ao refinamento teórico – em termos de poder descritivo, explicativo, de previsão e prescritivo – que resulta da análise comparativa constante de categorias de uma teoria substantiva com as de outra (GLASER; STRAUSS, 2006, cap. IV)⁵⁴.

Ainda há mais relações importantes entre o paradigma interpretativo e a MTFD. Uma delas que é especialmente pertinente para uma dissertação que emprega o MNB está no fato de que Strauss não só fez parte da terceira geração da Escola de Chicago como também orientou Fritz Schütze, idealizador do MNB, durante seu intercâmbio em São Francisco no ano acadêmico de 1978-1979, (KAŹMIERSKA, 2014, p. 307). Ambos já mantinham contato antes disso, porém, e continuaram a aprender um com o outro sobre métodos biográficos, o que ajudou Strauss a manter sua reputação como um dos poucos sociólogos estadunidenses ainda praticavam a sociologia biográfica da primeira geração da Escola de Chicago (KAŹMIERSKA, 2014, p. 322). Graças a essas colaborações, os princípios da MTFD discutidos acima informaram diretamente a primeira versão do MNB elaborada por Schütze e seu colega Gerhard Riemann no começo da década de 1970 (KAŹMIERSKA, 2014, p. 309) – um vínculo histórico e teórico que só se fortaleceu com as contribuições de Gabriele Rosenthal (2014a) ao método.

Mas o MNB não deve ser visto ‘somente’ como uma das várias ramificações da MTFD⁵⁵, embora isso ele certamente seja, sua história não acaba aqui. Quer dizer,

⁵⁴Um exemplo de obra que pode ser chamada de uma teoria formal é *Outsiders*, o clássico estudo de 1962, por Howard Becker. Glaser e Strauss (2006, p. 94) defendem que esse autor, membro da segunda geração da Escola de Chicago, gerou uma teoria formal sobre controle e desvio sociais ao realizar comparações constantes entre a socialização de usuários de maconha e a de musicistas de jazz em seus respectivos contextos sociais.

⁵⁵A história da MTFD é marcada por desavenças, particularmente entre Glaser e Strauss, e diversificações teórico-metodológicas que acabaram se tornando incompatíveis entre si (cf. CLARKE, 2019, p. 13-18). Depois do seu seminal *The Discovery of Grounded Theory* (A Descoberta de Teoria Fundamental), lançado em 1967, a dupla idealizadora da MTFD não teve mais colaborações no campo metodológico. Em 1990, porém, Strauss publicou um livro sobre MTFD com Juliet Corbin (também dos EUA), texto esse que Glaser criticou por supostamente conter divergências graves da visão que eles haviam originalmente defendido para a MTFD décadas antes. Surgiu, assim, a primeira bifurcação clara nessa tradição: a MTFD glaseriana – menos rígida em seu protocolo – e a straussiana – mais rígida. Uma terceira versão, a construtivista, foi proposta na virada do milênio por Katy Charmaz. Existem mais

Schütze encontrou métodos para coleta e análise de dados biográficos não só na MTFD de seu amigo e mentor e na pequena tradição de pesquisa biográfica iniciada por Thomas e Znaniecki em 1919 (cf. subseção anterior). Ele também integrou no seu MNB o trabalho de Ulrich Oevermann, colega alemão com quem conviveu em um círculo de sociólogos da linguagem e do conhecimento na cidade de Bielefeld, Alemanha, um grupo que, como discutiremos melhor na próxima subseção, institucionalizou a virada narrativa naquele país na década de 1970 (KAZMIERSKA, 2014, p. 304–305). A hermenêutica objetiva de Oevermann (OEVERMANN et al., 1987) foi um passo importante na operacionalização de conceitos fenomenológicos (compatibilizando-os assim com a prática de pesquisa social empírica) depois do impacto da teoria schütziana no paradigma interpretativo.

A hermenêutica objetiva se trata de um método de análise textual *reconstrutiva* (e aqui um texto pode ser qualquer artefato cultural/simbólico), pois consiste numa espécie de engenharia reversa do processo de construção social⁵⁶ que gerou o objeto sob investigação (OEVERMANN et al., 1987). Ela presume, então, que há uma estrutura latente em toda interação social que é então refletida ou manifesta nos textos orais, escritos e/ou visuais que elas produzem (TITSCHER et al., 2000). Em outras palavras:

A finalidade da análise “hermenêutica objetiva” é descortinar a lógica entre as estruturas de reprodução social e as estruturas de transformação, reveladas em um texto, elaborado a partir de procedimentos de coleta de dados de pesquisa qualitativa, como relatório de campo, entrevistas e transcrição de gravação de situações observadas [...]. Tem como premissa constitutiva que o mundo que nos é revelado é

variações e aplicações mistas além dessas três, claro, mas essas são as mais disseminadas. O próprio MNB, por exemplo, é um tipo de MTFD, mas ele não se abstém de influências externas (como a teoria narrativa e a biográfica) que podem acabar ‘manchando’ a pureza da tradição de teoria fundamentada. Ficamos com a dúvida, portanto: poderia tal bagagem extra de teorias externas no MNB comprometer a ideia de isenção teórica da metodologia de teoria fundamentada? Do ponto de vista da vertente strausseriana, não, inclusive porque essa é a vertente mais utilizada pelos cronistas do MNB (por exemplo, ROSENTHAL, 2014).

⁵⁶Podemos de fato ancorar a hermenêutica objetiva não só no paradigma interpretativo em geral, mas no construcionismo social em particular, teoria essa que vem quase diretamente de Schütz (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 6).

produzido com sentidos através da linguagem, sendo o texto a sua materialidade.
(VILELA; NOACK-NAPOLES, 2010, p. 306)

A reconstrução da estrutura latente, cuja versão manifesta é o material objetivo do texto, deve ser realizada respeitando a *sequencialidade* dos dados (ou seja, como eles aparecem cronologicamente no texto) para preservar os sentidos que orientavam, em tempo real e de momento a momento, os sujeitos das ações sociais que produziram o texto em questão (MAIWALD, 2005). A hermenêutica objetiva portanto oferece uma visão bastante pragmática sobre o que deveria ser o objeto da pesquisa social: a saber, qualquer texto ou artefato cultural que possa ser lido como um texto. Isso não é um detalhe trivial; desde Weber, o paradigma interpretativo em geral considera a ação social o objeto por excelência da análise sociológica, não o texto (BURGER, 1977). O texto, a princípio, é o objeto dos linguistas e dos estruturalistas (DELEUZE, 2005). Sob uma reflexão cuidadosa, porém, percebe-se que a hermenêutica objetiva não viola nenhum preceito do interpretativismo. Antes, ela propõe uma nova forma de operacionalizar a ação social para a pesquisa empírica. Enquanto muitos estudariam a ação social somente a observando e perguntando para os atores que significado suas ações tiveram para eles, Oevermann (OEVERMANN et al., 1987, p. 437) entende que a natureza intersubjetiva dessas ações de certa forma proíbe o acesso total do sujeito individual ao sentido que as permeiam. Nesse sentido, os registros simbólicos (textos) de ações ou interações sociais estão mais perto da dimensão intersubjetiva justamente porque estão fora do sujeito ao mesmo tempo que carregam alguma intenção criativa dos sujeitos em colaboração (MAIWALD; SUERIG, 2020, p. 156). Conseqüentemente, a análise reconstrutiva das interpretações subjetivas implícitas na sequencialidade do texto que elas mesmo produziram (por intermédio da ação social) pode perfeitamente ser vista como uma investigação interpretativa. Mais especificamente, creio que a hermenêutica objetiva seja uma extensão direta do programa em Weber (1977, p. 54–56) de investigar o processo de

“significação cultural” pelo qual grupos atribuem importância a uma prática em detrimento de outras, como uma sequência de ações em detrimento de outras (o que nada mais é do que uma análise rudimentar daquilo que Schütz chamaria de sistema de relevância)⁵⁷.

A sociologia interpretativa biográfica desenvolvida primeiramente por Schütze e depois por Rosenthal deteve quatro princípios presentes implícita ou explicitamente tanto na abordagem de Oevermann quanto na de Glaser e Strauss. Três já foram mencionados: os princípios de abertura e de sequencialidade assim como o princípio reconstrutivo (ROSENTHAL, 2014a). O quarto princípio é o da lógica *abductiva* (ou retrodutiva), um procedimento de geração de hipóteses proposta originalmente por Peirce no final do século XIX e inserida nos hábitos da comunidade acadêmica norte-americana por intermédio de Dewey, seu aluno (GILGUN, 2019, p. 114). O procedimento consiste em três passos cujas características são certamente conhecidas por todo estudante da ciência, mesmo que não com o nome de lógica abductiva.

Primeiro, o pesquisador infere, ou abduz, quantas hipóteses ou explicações para um determinado fenômeno forem possíveis; em seguida, dessas hipóteses o pesquisador deduz hipóteses secundárias, que são consequências lógicas de cada uma das primeiras hipóteses possíveis; e por fim, o pesquisador testa com um experimento ou equivalente as hipóteses secundárias (numa reconstrução sequencial, o teste se dá com previsões a

⁵⁷N^o *A Ideologia Alemã*, Karl Marx e Friedrich Engels (2007, p. 463) destacam o seguinte problema nos trabalhos de seus contemporâneos, os novos hegelianos: “Primeiro se extrai uma abstração de um fato, para, em seguida, explicar que esse fato repousa sobre essa abstração. Método dos mais banais para se parecer profundo e especulativo ao jeito alemão.” Ora, não é isso que muitos cientistas sociais ainda fazem (MARTIN, 2003, p. 43)? Destaca-se algum elemento da realidade social para criar um conceito que é depois visto em toda parte naquela realidade social. Nesse sentido, talvez o princípio que poupe o MNB dessa falha seja justamente o da sequencialidade. Diferentemente de outras análises de conteúdo, que codificam temas em um texto em termos da frequência em que eles ocorrem, a hermenêutica analisa a ordem em que os temas aparecem. Na calma dessa abordagem, o pesquisador deve esquecer que dados virão depois para se colocar no lugar do sujeito naquele momento da ação que produziu aquele momento da sequência do texto. Nada externo à situação específica entra na linha de raciocínio da análise. Eis, inclusive, mais um exemplo de compreensão weberiana.

respeito de porções posteriores no mesmo texto), o que o permitirá induzir correções, refutações ou corroborações nas hipóteses primárias, filtrando assim os erros na teoria como um todo (ROSENTHAL, 2014a, p. 73–74). Uma vez terminado um ciclo de abdução, dedução e indução, os passos recomeçam, mas com hipóteses mais refinadas.

Como mencionado, pesquisadores podem muito bem empregar a lógica abdutiva habitualmente sem a chamarem por esse nome. A saber, ela já estava presente na prática de MTFD mesmo que Glaser e Strauss não houvessem reconhecido isso explicitamente em 1967 (GILGUN, 2019, p. 115). A constância de sua análise comparativa, por exemplo, certamente a caracterizaria como um procedimento abdutivo. E o mesmo vale para a hermenêutica objetiva, método analítico que Oevermann (OEVERMANN et al., 1987) descreve sem referenciar Peirce explicitamente, mas que contém no que delega ao pesquisador a responsabilidade de se colocar no lugar do(s) sujeito(s) que teria(m) possivelmente produzido o texto sob análise por meio de suas ações sociais – ou seja, cada sujeito possível seria, nesse caso, uma hipótese primária abduzida do material empírico (o texto)⁵⁸.

De fato, os outros três princípios mencionados acima (abertura, reconstrução e sequencialidade) também estão em ambas as abordagens revisadas nessa subseção mesmo que às vezes implicitamente. Os idealizadores do MNB aproveitaram essas sinergias em potencial quando integraram a hermenêutica objetiva à sua metodologia de teoria fundamentada em dados *biográficos*. Assim, os princípios reconstrutivo e de

⁵⁸O uso do termo “hermenêutica” indica que a análise é uma interpretação de texto parecida com os antigos estudos de interpretação da Bíblia (CROUCHER; CRONN-MILLS, 2018, p. 32–33) enquanto que o termo “objetiva” indica que essa análise se baseia nos critérios imanentes ao texto-objeto (ou seja, referenciais interpretativos que o próprio texto oferece na sua estrutura sequencial). Oevermann era um grande leitor de Peirce (cf., por exemplo, OEVERMANN, 2001), a quem podemos atribuir parte de sua determinação em analisar recortes da vida social abduktivamente, quer dizer, por meio dos critérios oferecidos pelo próprio objeto e nada mais. Isso se difere de abordagens exclusivamente dedutivas que impõem critérios de análise estranhos ao objeto de análise, como a frequência de aparição de um determinado termo, expurgando-o assim de seu contexto local e sua sequencialidade no texto (cf. ROSENTHAL, 2014, p. 72).

sequencialidade – incipientes em Glaser e Strauss (2006, p. 106), mas centrais em Oevermann (OEVERMANN et al., 1987) – são aplicados no MNB tanto no momento da análise da biografia enquanto vivência fenomenológica, quanto na análise da biográfica enquanto narrativa contada na entrevista (ROSENTHAL; FISCHER-ROSENTHAL, 2004, p. 262). Ambas dimensões contém uma estrutura cronológica passível de ser recortada em segmentos caracterizados pela sua posição na sequência da biografia e sua causalidade na construção dessa biografia como um todo (para ser vivenciado ou para ser narrado), como veremos melhor na subseção seguinte.

Os dois princípios discutidos no parágrafo acima são basicamente adjacentes. Afinal, o fato da sequencialidade de um texto é a maior evidência de como os indivíduos organizam subjetivamente seu conhecimento, cuja expressão é a ação social que sociólogos interpretativos tanto querem compreender. Mas, sozinha, essa estrutura cronológica (de falas, gestos e outras ações) não contém a chave sincrônica para compreender a ação no sentido que ela continha enquanto ocorria em tempo real. Tal compreensão só é possível com a estrutura de sentido latente, o sentido subjetivo da ação que fica escondido, por assim dizer, logo abaixo da superfície da estrutura cronológica/visível de apresentação do texto (ROSENTHAL, 2018, p. 17). O princípio reconstrutivo, então, entra aqui para identificar como essa estrutura de apresentação foi erguida, tomando como dado empírico somente a sequencialidade ou ordem cronológica dos temas explicitados no texto e presumindo que a construção social desse consistiu em um processo interativo onde cada sujeito modelou suas ações sociais de acordo com uma estrutura latente de significado que ele compreendeu ser apropriada para expressar suas intenções para outro sujeito real ou imaginado (OEVERMANN et al., 1987, p. 445–446; ROSENTHAL, 2014a, p. 68, 71, 227)⁵⁹.

⁵⁹No MNB, essa estrutura de significado latente nas ações do sujeito é a sua biografia no sentido em que ela é uma interpretação subjetiva sobre sua própria história de vida que o orienta em decidir como essa

Por fim, quanto ao princípio de abertura, já vimos como ele data da MTFD, mas podemos igualmente identifica-lo na hermenêutica objetiva. No mínimo, ele está presente na análise reconstrutiva, em que se deve manter aberto a todas as possibilidades que irradiam de cada segmento da sequência do texto (mesmo motivo pelo qual a abertura também faz parte da lógica abdutiva peirciana).

Para concluir essa subseção, portanto, recapitulo que vimos a MTFD de Glaser e Strauss como uma espécie de tradição epistemológica da qual o MNB faz parte (podendo ser inclusive caracterizado como uma MTFD biográficos). Schütze, que colaborou com Strauss ao longo de sua carreira, integrou os instrumentos de coleta e análise de dados da MTFD com a análise reconstrutiva de Ulrich Oevermann, outro colaborador seu. Rosenthal sistematizou o MNB a partir desses procedimentos, cuja sinergia produtiva é marcada por quatro princípios: abertura, abdução, sequencialidade e reconstrução. Ou seja, essa subseção foi mais metodológica que a anterior (que foi sobre Weber, Schütz e etc.) embora igualmente histórica; a próxima será tão metodológica quanto teórica e histórica, pois tratará da sociologia interpretativa biográfica contemporânea, onde os conteúdos revisados nessa subseção e na anterior são empregados de forma integrada por Rosenthal e seus seguidores.

3.1.3 Biografia e Sociedade

Até agora minha exposição sob o cabeçalho *Elementos Para Uma Sociologia Interpretativa Biográfica* tratou principalmente de elementos da sociologia interpretativa, como a teoria schütziana e as metodologias de Glaser e Strauss e de Oevermann. A

história deveria continuar – e que como ele deveria portanto agir para que isso aconteça (FISCHER-ROSENTHAL, 2001). Em termos ainda mais técnicos, essa estrutura de significado latente é equalizada aos campos temáticos suas margens (Gurwitsch) justamente porque elas estão latentes enquanto o tema está visível (veremos isso melhor na próxima subseção).

dimensão particularmente biográfica, embora explorada em Schütz, não recebeu a atenção prolongada que de certa forma foi prometido. Aqui, contudo, cumprirei tal promessa.

Começaremos com a seguinte pergunta: o que é uma biografia? Recorrendo ao conceito schütziano de situação biográfica discutido anteriormente, já podemos entender a biografia como uma interpretação do sujeito a respeito de seu lugar no seu contexto histórico, material e cultural – incluindo o campo de acontecimentos nesse contexto que ele pode diretamente influenciar por meio daquilo que chamamos de ações sociais (NATANSON, 1982, p. XXVIII). Isso certamente cobre boa parte do que uma biografia é do ponto de vista do sujeito (que é justamente o que a sociologia interpretativa busca compreender). A visão em primeira pessoa do sujeito reflexivo – que interpreta os acontecimentos no seu mundo da vida e age para que certos eventos aconteçam como ele deseja – é aquilo que Gabriele Rosenthal (2017) contempla com seu conceito de *história de vida vivenciada*. É fenomenologia da vida cotidiana por excelência: a experiência de estar e de agir no mundo (da vida) sincronicamente com o fluxo de eventos do presente.

Entretanto, além de ser a situação biográfica do sujeito que age socialmente motivado pelos desejos e tarefas cotidianas, muitas vezes imediatas, que o sistema de relevância lhe indicam, o conceito de biografia também pode consistir no que Rosenthal (2017) chama de *história de vida narrada*. Nessa concepção, a biografia é melhor entendida como uma história que contamos para nós e para os outros a respeito de nossas vivências particulares, incluindo nossas interpretações a respeito de nossa situação biográfica e todo o contexto intersubjetivo implicado por ela. Essa narração toma uma variedade de formas dependendo das demandas de cada situação, como veremos em breve, mas sua função social é a de organizar diacronicamente (ou seja, fora do fluxo de tempo presente, por meio da retrospectoção e da antecipação) as diversas responsabilidades

do sujeito moderno para com seus projetos pessoais e as expectativas alheias (FISCHER-ROSENTHAL, 2001).

Essas duas dimensões, a sincrônica e a diacrônica, foram mantidas separadas durante a maior parte da história mundial: a fenomenologia do nascer, crescer, envelhecer e morrer, algo vivenciado por literalmente todos os seres humanos, quase sempre pertenceu a um campo temático, como Gurwitsch colocaria, distinto daquele reservado à documentação de como tal curso de vida transcorreu para um indivíduo concreto. Etimologicamente, de fato, ‘biografia’ veio da junção das palavras gregas *bios* (vida) e *graphein* (escrita), podendo ser entendida como o registro escrito da história de uma vida (VESCHI, 2019). Tais registros, porém, sempre foram reservados para as histórias de indivíduos com maior poder em suas épocas, como monarcas e aristocratas (PLUMMER, 2001). E claro, até hoje esse culto de personalidade é visto – pratica-se ele em massa por meio da celebração de histórias de celebridades, bilionários e governantes (por exemplo, TEDLOW, 2002) –, mas o valor atribuído ao registro de biografias de pessoas sem fama com certeza vem mudando (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014). A partir de uma série de processos políticos, econômicos, culturais e de difusão tecnológica iniciados há mais-ou-menos 200 anos com a revolução industrial, a modernidade elevou essa dimensão diacrônica da biografia enquanto história de vida narrada para um novo patamar, aproximando-a do mundo da vida cotidiana, a dimensão sincrônica de biografia enquanto história de vida vivenciada (FISCHER-ROSENTHAL, 2001).

Se para os pré-modernos, identificadores pessoais como sobrenome, ofício (normalmente herdada) e local de nascimento definiam suas “oportunidades de vida” (WEBER, 1982b, p. 212), assim como as formas que tinham de se auto-interpretar (GERGEN, 1991, cap. 1–2), então o dia-a-dia do sujeito moderno oferece, comparativamente, uma gama estonteante de tais identificadores e oportunidades.

Invenções históricas nas áreas do transporte, da comunicação, do trabalho, da participação política e da religião abriram espaço para novas formas de se relacionar tanto inter quanto intrasubjetivamente, originando essencialmente novas estruturas psíquicas (ALLAN; DAYNES, 2017; GERGEN, 1991; SRUBAR, 1984).

Pessoas em vários lugares e tempos não meramente pensaram coisas diferentes. Elas pensaram diferentemente. É provável que seus processos cerebrais mais fundamentais mudaram através do tempo. Seus impulsos emocionais mais profundos e desejos podem ter sido transformados. (FISCHER, 1970, p. 203–204)

Das transformações psicossociológicas trazidas pela modernidade, Weber chamou a mais negativa, como sabemos, de “desencantamento do mundo” (WEBER, 1982a, p. 401), o problema enfrentado pelo sujeito cotidianamente da dissolução de significados compartilhados por efetivamente todos os membros de uma sociedade. Em outras palavras, a secularização generalizada, a proliferação exponencial de subculturas, a fragmentação e até dissolução das esferas público e privada, o cosmopolitismo, o liberalismo político-econômico: esses e mais fenômenos sobrecarregaram o dia-a-dia do sujeito com responsabilidades e expectativas diversas, historicamente inéditas e muitas vezes contraditórias (ALLAN; DAYNES, 2017; GERGEN, 1991; SRUBAR, 1984).

No contexto descrito acima, a questão de Simmel (2013), “como é possível a sociedade?”, torna-se compreensível – e de fato talvez mais compartilhada pelos indivíduos modernos do que as antigas crenças religiosas. Mas o ser humano é resiliente e adaptável: para lidar com os expectativas e responsabilidades da vida cotidiana, recaímos sobre as técnicas de introspecção disseminadas originalmente pelo Vaticano e sobre as técnicas de gestão de identificadores pessoais disseminadas em histórias com grandes personagens, como monarcas e profetas, e na divisão de tarefas básicas para a

manutenção de comunidades (ALLAN; DAYNES, 2017; PLUMMER, 2001). Ambos conjuntos de técnicas expandiram o senso de interioridade subjetiva, diferenciando-a do mundo exterior e destacando a necessidade de representá-la com o devido esforço e estratégia, o que serviu muito bem à agenda de “estruturação biográfica” (FISCHER-ROSENTHAL, 2001 – tradução minha) que emergiu na medida em que indivíduos e grupos modernos tiveram que aprender a alinhar seus cronogramas diários para que a ordem social (incluindo o funcionamento regular dos meios de produção) se mantivesse.

Por um lado, então, a modernidade herdou do cristianismo medieval o ritual de confissão de culpa, que eventualmente serviu de modelo para os inquéritos da justiça penal e para as “ciências inquisitoriais”, ou confessionárias, como a psicologia e a psiquiatria (PRADO FILHO, 2014, p. 109). Da literatura, do folclore e das formas de cooperação milenares, como a caça em grupo e outras divisões do trabalho, muitas vezes baseadas em sexo e gênero, a modernidade herdou a gestão de identificadores pessoais e outros instrumentos comunicativos (como a fala) que influenciam a representação do eu, ora visto como uma espécie de personagem literário (GOFFMAN, 1955, 1977, 2002). Tanto o primeiro quanto o segundo tipo de “procedimento”, como colocaria Nietzsche (2019, p. 90), foi “aproveitado” por indivíduos e grupos empenhados em manter a ordem social apesar das sobrecargas de expectativas e responsabilidades profissionais, familiares, estudantis, cívicas e de saúde que se empilham nos cronogramas de cada um (FISCHER-ROSENTHAL, 2001).

É claro, entretanto, que o sujeito contemporâneo frequentemente não dá conta dessa sobrecarga (cf., por exemplo, HAN, 2017), mas em momento algum devemos ver a *estruturação biográfica* como um processo infalível, pois de fato ele pode necessitar de assessoria profissional como a de psicoterapeutas (FISCHER-ROSENTHAL, 2001). E o que mais: a própria fenomenologia do mundo da vida cotidiana, estruturada

subjetivamente como parte de um todo autobiográfico, pode ser reforçada em momentos de grande estresse pessoal já que o sujeito contemporâneo aprende desde cedo a se culpar por não se conformar com ou não dar conta das expectativas impostas por outros hierarquicamente acima dele (AILON, 2020; cf. também NIETZSCHE, 2019, cap. 2).

O que de fato ocorre, então, é que na escola (com seus boletins) no mercado de trabalho (com seus currículos), nas redes sociais (com seus perfis personalizados e ‘bios’ de descrição do usuário) e em muitos outros espaços, os sujeitos contemporâneos aprendem a se preocuparem com a forma na qual suas biografias serão contadas por si e pelos outros, um processo de socialização e subjetivação que começa na adolescência (HABERMAS; HATIBOGLU, 2014; KÖBER; HABERMAS, 2017)⁶⁰. Essa consciência autobiográfica permite que ele faça planos. A biografia portanto ganha relevância na vida cotidiana do sujeito (no sentido schütziano) na medida em que a modernidade e a industrialização avançam justamente com a função de ajuda-lo a lidar com as demandas plurais dessa relativamente nova ordem social (FISCHER-ROSENTHAL, 2001).

Mas a “sociogênese” (ELIAS, 2011, cap. 1) do sujeito moderno (trabalhador assalariado, cidadão, consumidor, crente na sua individualidade e atento à narrativa de sua história de vida) não teve como única função a manutenção da ordem social. Pode-se dizer que a tomada coletiva de consciência autobiográfica também implicou na democratização da história de vida, contribuindo assim para o enfraquecimento do monopólio das narrativas dos “grandes homens”, para usar o termo de Thomas Carlyle (cf. ANDRADE, 2006), agora não mais vistos como os únicos dignos de terem suas biografias guardadas para a posteridade. O resultado político disso foi evidentemente o

⁶⁰O que não quer dizer que adultos não se esforcem para socializar crianças com base em identificadores como história familiar cedo no seu desenvolvimento. Por exemplo, cf. o diálogo entre um menino de cinco anos e seus avós, que, como observado por Rosenthal (2016, p. 24–25), tentavam lhe impor a noção de que ele era do mesmo vilarejo do qual os avós haviam sido expulsos décadas antes de o menino nascer.

de dar rostos e vozes àqueles que mais sofrem por causa de problemas sociais (ironicamente muitas vezes criados pelos tais grandes homens), como a subjugação das mulheres e o classicismo urbano institucionalizado (BRECKNER; RUPP, 2002, p. 289–290; WENGRAF; CHAMBERLAYNE; BORNAT, 2001, p. 79–80)⁶¹.

Assim, por exemplo, o jornalista vitoriano Henry Mayhew ganhou fama em meados do século XIX reportando trechos de suas entrevistas biográficas pioneiras com pessoas pobres de Londres, incluindo trabalhadoras sexuais e pessoas sem-teto (NUNES, 2012). Nessa mesma linha, a escritora Virginia Woolf, também inglesa, protagonizou a popularização do gênero da “nova biografia” (LEITE, 2019) nos anos 1920 e 1930, defendendo a representação de histórias de vida de mulheres e se posicionando da seguinte forma:

inevitavelmente se apresenta agora a questão de saber se apenas a vida dos grandes homens deve ser recordada. Qualquer um que tenha vivido uma vida, e deixado um registro dessa vida, não merece uma biografia – tanto os fracassados como os vitoriosos, tanto os ilustres como os humildes? E o que é grandeza? E o que é pequenez? O biógrafo deve rever nossos padrões de mérito e expor novos heróis à nossa admiração.” (WOOLF, 2014, p. 399)

Além das abordagens literárias e jornalísticas dadas à temas biográficos, encontramos também, claro, a abordagem psicológica de Sigmund Freud, cuja (psic)análise era realizada justamente com dados biográficos reportados por seus pacientes, e por fim, a abordagem sociológica da Escola de Chicago que surgia no mesmo período entre os anos 1910 e 1920 (ROSENTHAL, 2014a, p. 211–212). A tradição

⁶¹Para uma genealogia do conceito de história de vida, cf. PLUMMER, 2001. Para uma teoria acerca do nascimento da consciência biográfica moderna baseada na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann, cf. FISCHER-ROSENTHAL, 2001.

biográfica ali era promissora, mas não recebeu muita atenção por quase 50 anos – até a renascença da sociologia biográfica nos anos 1970. No final dessa década se criou, então, o grupo de trabalho que logo originou o Comitê de Pesquisa *Biografia e Sociedade* da Associação Internacional de Sociologia (ISA), um fórum importante para o desenvolvimento não só da sociologia biográfica de Chicago, mas também da alemã, que inclui Martin Kohli, Klaus Eder e Ralf Bohnsack, além de Schütze e Rosenthal; da francesa, contando com nomes como Daniel Bertaux e Bernard Lahire; da inglesa de Prue Chamberlayne e Tom Wengraf por exemplo; e da brasileira, como a de Hermílio Santos, Wivian Weller e Maria da Glória de Oliveira (APITZSCH; INOWLOCKI, 2000, p. 55; KAŻMIERSKA, 2014, p. 322; ROSENTHAL, 2018, p. 157)⁶².

Como o nome do Comitê de Pesquisa da ISA sugere⁶³, esse tipo de sociologia que utiliza dados biográficos provindos, por exemplo, de entrevistas, fotografias, vídeos, documentos variados e/ou observação participante se posiciona sutil embora decisivamente aquém de uma dicotomia que assombra as ciências sociais desde quase seu nascimento, a saber a do indivíduo-sociedade ou agência-estrutura (SANTOS et al., 2019). Isso porque a formulação biografia-sociedade, quando explorada interpretativamente, liberta-nos do impasse “co-determinista” (DÉPELTEAU, 2015) formado pelo consenso entre muitos sociólogos de que tanto o indivíduo, com sua agência, quanto a sociedade, com seu poder estrutural, determinam as dinâmicas da vida social (cf. também MARTIN, 2003, p. 1–5). Não que tal libertação seja fácil; tal

⁶²Para uma discussão sobre as diferenças entre a sociologia interpretativa biográfica alemã de Schütze e Rosenthal e as outras sociologias biográficas, cf. SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 116, nota 17. Tais diferenças são fundamentais, pois cada abordagem tem presunções teóricas e métodos particulares, sendo a alemã a menos estruturalista e determinista assim como a mais cientificamente rigorosa e replicável (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014). No Brasil, o MNB é a cola que une os membros do Grupo de Pesquisa em Narrativas Biográficas do PPG de Ciências Sociais da PUC-RS, um grupo dirigido por Hermílio Santos e do qual eu faço parte.

⁶³Nome esse que foi reciclado pelo grupo de trabalho *Biografia e Sociedade* (hoje um comitê de pesquisa) que iniciou em 2018 em um congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 132)

dicotomia é antiga justamente porque tanto o poder da agência quanto o da estrutura social contam com pilhas de evidência a seu favor (WALSH, 1998). Historicamente, porém, a sociologia sempre foi mais macro, pendendo para o lado da estrutura social não só porque ela é uma das descobertas fundadoras dessa ciência, que acredita precisar de uma sociedade estruturada para ter o que estudar, mas também porque indivíduos e sua agência parecem mais com objetos da psicologia – e essa ciência já existe, e não é a nossa (EMIRBAYER; MISCHE, 1998; SANTOS et al., 2019; VARGAS et al., 2008). A comunidade internacional de sociólogos biográficos que emergiu nos anos 1970 portanto lidou com esse problema ao longo de diferentes debates internos e externos, abrangendo, dentre outros tópicos, a relação entre o indivíduo e a sociedade e entre a subjetividade do ator e a causa ‘objetiva’ de sua ação (APITZSCH; INOWLOCKI, 2000, p. 55–58; SANTOS et al., 2019, p. 1–2).

O que interpretativistas da linhagem de Schütz (2019) – como Schütze (2014) e Harold Garfinkel (2002) – defendiam, contudo, era que a macrossociologia positivista e durkheimiana dava conta de apenas uma face da moeda, por assim dizer, da vida social . Na medida em que sociólogos veem uma estrutura social como uma coisa real que transcende a vivência direta dos indivíduos, eles caem na própria armadilha enquanto indivíduos que precisam acreditar na objetividade da sociedade para vivenciar e operar no mundo da vida e para se comunicar com seus colegas sociólogos. Não é que eles estão errados – afinal: “Se os homens [sic] definem situações como reais, elas serão reais nas suas consequências” (THOMAS; THOMAS, 1928, p. 572 - tradução do autor) –, mas sim que eles negligenciam o processo de definição que torna as consequências da suposta estrutura social uma realidade em primeiro lugar. Essa diferença já era reconhecida em Schütz, que justapunha os “construtos de primeiro grau” do senso comum com os “de segundo grau das Ciências Sociais” (SCHUTZ, 1979, p. 270), uma demarcação inspirada

em Husserl (por exemplo, 2006, p. 28), mas que precisou ser explorada repetidas vezes no século XX – como pelo Grupo de Trabalho dos Sociólogos de Bielefeld nos anos 1970 (KAŹMIERSKA, 2014, p. 304–305) e, logo depois, no grupo de pesquisa Biografia e Sociedade da ISA (APITZSCH; INOWLOCKI, 2000, p. 57) – para ser institucionalizada como um paradigma rival ao positivista (SANTOS et al., 2019, p. 1–2).

Os interpretativistas (por exemplo, GARFINKEL, 2002, p. 104) defendem que, além do estudo de estruturas sociais, como o capitalismo, o patriarcado ou o sistema jurídico-legal, a sociologia deveria analisar o processo de definição (ou interpretação) que ocorre sempre e somente nas interações sociais concretas em que tais estruturas são observadas ‘em ação’, por assim dizer, no sentido em que aparecem como *construtos de primeiro grau*. Teorizando que construtos foram esses que o sujeito empregou ao se comunicar, pode-se criar *construtos de segundo grau* a respeito do que o sujeito quis realmente comunicar. O que ele comunicou ou tematizou (na terminologia de Gurwitsch) explicitamente, no caso de uma fala, é portanto apenas um dado entre tantos outros para o sociólogo interpretativo – talvez útil somente para a análise do motivo por que (SCHUTZ, 1979, p. 126). Isso porque o mais importante é identificar “o modo com que os agentes [...] constroem sua realidade, o modo com que vivenciam e interpretam esse mundo e quais métodos cotidianos de comunicação aplicam” (ROSENTHAL, 2014a, p. 50) – métodos esses que sempre diferem daquilo que eles significam para o sujeito da ação que sociólogos querem entender.

O que o observador apreende tem para ele um sentido; porém, como mostra Schütz, esse sentido não é necessariamente idêntico ao sentido visado pelo agente. [...] Compreensão alheia ou compreensão das vivências do outro é possível a partir de tipificações, apropriadas no processo de socialização e abstraídas da temporalidade e

da espacialidade específicas à situação atual – de um aqui e agora determinado.
(ROSENTHAL, 2014a, p. 40)

Mas por mais que o paradigma interpretativo instrua corretamente os sociólogos a buscarem a construção social da realidade na interação concreta, ele mesmo assim não conta com um consenso acerca do que fatora nessa interação – só o presente imediato ou o passado também? –, resultando assim em análises indiferentes à situação biográfica dos sujeitos (SANTOS; SUSIN, 2021, p. 149; TAVORY, 2018). A descoberta das narrativas biográficas de Schütze em 1972 deve ser apreciada nesse sentido de captura analítica da temporalidade da interação social.

Schütze desenvolveu boa parte da metodologia de pesquisa em narrativas biográficas durante um estudo qualitativo com os relatos de moradores de dois municípios perto de Bielefeld que passavam por um processo de fusão (KAŻMIERSKA, 2014, p. 309–310). Schütze não só descobriu a riqueza de detalhes contida nas entrevistas em que ele não se atinha à uma lista predeterminada de perguntas, deixando seus entrevistados guiar a conversa, mas também descobriu o quanto daqueles detalhes eram explicitamente autobiográficos – sem qualquer ligação direta com o tema proposto – e mesmo assim eram explicativos do decorrer da fusão municipal (KAŻMIERSKA, 2014, p. 311). Schütze (2014; cf. também, KAŻMIERSKA, 2014, p. 313), então, descobriu empiricamente o que Schütz (SCHUTZ; LUCKMANN, 1974) só havia teorizado décadas antes: “Sendo o sistema de relevância o fio condutor para a compreensão das ações e escolhas realizadas pelos indivíduos em um determinado contexto social” (SANTOS, 2014, p. 12), é essencial que sociólogos observem “como os indivíduos manuseiam seu ‘estoque de conhecimento’” (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014, p. 374) em diferentes “contextos de ação concretos” (ROSENTHAL, 2014a, p. 50), pois é nas semelhanças e diferenças entre esses manuseios que o sistema de relevância regente se evidencia. A

narrativa biográfica enquanto relato desses manuseios no passado e demonstração de manuseio no presente pode portanto ser visto como um canal empírico produtivo para avançar o programa schütziano de pesquisa social (SANTOS, 2013). Afinal, como explica Schütze (2014, p. e29): “aquilo que se faz implicitamente nas situações interacionais efetivas (fora da narrativa) é realizado de modo explícito e especializado em narrativas”, podendo ser identificado na sua sequencialidade de temas e estilos linguísticos.

O instrumento que Schütze desenvolveu em 1972, e que logo se tornou a entrevista narrativa biográfica (ENB) empregada no MNB até hoje, consiste em uma entrevista praticamente não-estruturada cujo intuito é o de privilegiar por completo a espontaneidade do relato autobiográfico trazido pelo participante (SCHÜTZE, 2008a, p. 203). Assim, sob essa doutrina do princípio de abertura (cf. subseção anterior), o pesquisador coloca apenas a seguinte pergunta para o entrevistado:

Pedimos que nos conte sobre a sua história de vida (e também sobre a história da sua família), que nos faça um relato de todas as experiências que venham à mente. Você pode utilizar o tempo que for necessário. No início eu não vou fazer nenhuma interrupção, vou apenas tomar notas, para mais tarde retomar alguns temas. Caso você não disponha de tempo suficiente hoje, podemos marcar uma segunda entrevista. (ROSENTHAL, 2014a, p. 192–193)⁶⁴

Como discutirei melhor na segunda parte desse capítulo, que conterà os detalhes do procedimento do MNB, essa forma de iniciar a ENB resultará no relato autobiográfico principal ou “autoapresentação de vivências do entrevistado” (ROSENTHAL, 2014a, p.

⁶⁴Para deixar claro, o tipo de entrevista com a qual Schütze experimentou no começo dos anos 1970 era inicialmente uma entrevista narrativa, não necessariamente biográfica. A ENB demorou cerca de 10 anos para tomar sua forma atual (cf. ROSENTHAL, 2014, p. 183-190).

230) cuja sequência de temas o entrevistador deve anotar rapidamente. Quando o entrevistado expressa que para ele essa exposição inicial se esgotou, o pesquisador deve aplicar “pressões narrativas” (ROSENTHAL, 2014a, p. 189) primeiro perguntando se há mais alguma coisa que ele gostaria de falar e depois pedindo para ele elaborar mais sobre cada tema anotado, seguindo descontraidamente na sequência em que eles foram anotados. Tudo isso tem a função de evitar ao máximo a “colonização do sistema de relevância” (SANTOS, 2014, p. 10) do entrevistado pelos interesses do pesquisador, que podem entrar somente no final da entrevista, quando “é possível fazer perguntas externas aos temas abordados inicialmente, como sobre sua constelação familiar para estabelecer um genograma ou sobre um tema não abordado no contexto interativo até então” (SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 117–118). Até hoje esse procedimento é incomum na área de pesquisa qualitativa, onde a norma é o uso de entrevistas semiestruturadas (ou seja, com uma lista de diversas perguntas específicas sobre temas importantes para o cientista social, mas não necessariamente para o entrevistado).

Nada menos que pioneiros, Schütze e seus colaboradores Gerhard Riemann, Günther Robert, Werner Kallmeyer e Thomas Reim precisaram refinar essa metodologia nascente de forma gradual, principalmente na parte de análise de dados, mas enquanto isso Schütze se apoiava na linguística, que era sua especialidade (KAŻMIERSKA, 2014, p. 312–314)⁶⁵. Embora Oevermann fosse contemporâneo de e certamente uma inspiração para Schütze (KÖTTIG; VÖLTER, 2014), foi somente com as contribuições de Gabriele

⁶⁵Enquanto que Riemann (aluno-assistente de Schütze na pesquisa de 1972) foi seu colaborador nas partes mais sociológicas do MNB, Kallmeyer foi seu colaborador na parte mais linguística (KÖTTIG; VÖLTER, 2014, p. 211). Para que a atual revisão do embasamento teórico do MNB fosse ainda mais completa, ela teria que cobrir esses dois últimos intelectuais, assim como os linguistas William Labov e Joshua Waletzky e o sociólogo do conhecimento Karl Mannheim. Dos linguistas, Schütze aproveitou taxonomias narratológicas que o permitiram dissecar narrativas para entender as regras constitutivas imanentes a elas (ROSENTHAL, 2014a, p. 185; SCHÜTZE, 2014, p. e18). De Mannheim, Schütze aproveitou – assim como todo sociólogo que estuda biografias, gerações ou o conhecimento – suas excursões teóricas iniciais da década de 1920 no campo dos efeitos subjetivos da história (APITZSCH; INOWLOCKI, 2000, p. 55).

Rosenthal para o MNB nos anos 1980 que a hermenêutica objetiva se tornou crucial para a análise reconstrutiva e sequencial das narrativas biográficas (FANTON, 2011, p. 536). Por sugestão de Wolfram Fischer, ela também recuperou a fenomenologia gestáltica de Aron Gurwitsch, uma referência importante em Schütz que havia se tornado dormente na sociologia interpretativa biográfica, mas que no MNB pôde ser operacionalizada em um instrumento de análise dos campos temáticos da ENB (ROSENTHAL, 2017, p. 15–16). Assim, os pilares teórico-metodológicos dessa abordagem são firmados: Schütz (fenomenologia), Gurwitsch (campos temáticos), Glaser e Strauss (teoria fundamentada), Peirce (procedimento abduutivo), Schütze (ENB), Oevermann (hermenêutica objetiva) e Rosenthal (a sintetizadora teórica e sistematizadora metodológica).

Para concluir essa primeira parte do capítulo de metodologia onde revisei o embasamento teórico do MNB, destaco que a sociologia interpretativa biográfica de Schütze e Rosenthal não se justifica só pela produtividade comprovada enquanto ciência social empírica (APITZSCH; INOWLOCKI, 2000; HINRICHSEN; BECKER; ROSENTHAL, 2016, 2016; JINDRA, 2014; REIF, 2020; ROSENTHAL, 2003, 2012, 2016; SANTOS; SUSIN, 2021). Existe, ainda, uma razão profundamente teórica e filosófica para estudar biografias dessa forma no período histórico em que vivemos. Como sugerido anteriormente, as histórias de vida adquiriram uma nova função social com o advento da modernidade: para navegar na sociedade – ou melhor, no mundo da vida – o sujeito contemporâneo precisa elaborar sua autobiografia por ideias, planejando projetos de vida, ou por ações, executando esses projetos implicita ou explicitamente (SCHUTZ, 1979, p. 68–69). E em ambos os casos o seu passado entra na equação como um aprendizado de como navegar no mundo da vida ou de como não navegar (ZERUBAVEL, 2020). É isso que de fato torna a sociedade possível cotidianamente, para responder Simmel (2013). E é também o que torna o MNB tão

poderoso enquanto meio de geração de teorias fundamentadas em dados empíricos que realmente descrevem, explicam e preveem fenômenos concretos.

3.2 O PROCEDIMENTO DO MÉTODO NARRATIVO BIOGRÁFICO

Tendo revisado os conceitos basilares do MNB na seção acima, podemos enfim nos dedicar à discussão de como essa abordagem funciona na prática. A atual seção portanto pode ser vista como um manual de instruções para usuários desse método na forma em que foi sistematizado por Gabriele Rosenthal (2014a). Elegi dividir o texto em seis subseções, a primeira elucidará o processo inicial de coleta de dados (envolvendo os primeiros contatos com o campo empírico, o agendamento de entrevistas e a amostragem teórica) e as outras cinco seguirão os passos de análise desses dados.

3.2.1 Coleta de Dados Narrativos Biográficos e Amostragem Teórica

Uma teoria sociológica deve emergir de dados empíricos (GLASER; STRAUSS, 2006). Ou seja, as observações sistematicamente replicáveis do sociólogo devem fundamentar sua opinião sobre fenômenos sociais e não o contrário. Em termos práticos, o MNB, seguindo esse preceito da MTFD, requer que o pesquisador em preparação para ir a campo estabeleça um objeto de investigação amplo – quase genérico. O importante nessa etapa é identificar um fenômeno social que ele(a) queira entender usando a terminologia que lhe vier à mente (de preferência sem ser muito especializada por enquanto) e sem imaginar perguntas ou, pior ainda, respostas específicas (ROSENTHAL, 2017, p. 227; SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014, p. 373–375). Deve-se exercer aqui o

princípio de abertura para que, na hora da coleta de dados, não ocorra a “colonização do sistema de relevância do entrevistado” (SANTOS, 2014, p. 10).

Mas como podemos delinear um objeto de pesquisa sob as condições impostas acima? De certa forma, essa parte é mais fácil aqui do que em outras metodologias; basta imaginar um evento, estilo de vida, padrão comportamental ou outros fenômenos que indivíduos vivos (participantes de pesquisa em potencial) tenham vivenciado e possam ser contatados para uma entrevista. No meu caso, o que eu sabia no primeiro semestre do mestrado em 2021 era que tinha curiosidade sobre como a sociedade funcionaria se o dinheiro não existisse – já imaginando, claro, que isso importaria no contexto de lutas políticas opositoras à desigualdade socioeconômica (FISHER, 2009; PANAYOTAKIS, 2011). Isso me levou a estudar sistemas econômicos diferentes do capitalismo financeiro contemporâneo – que conta, por exemplo, com moedas nacionais, inflação e um relativamente livre mercado (ADAMSON, 2009; CHANDRASEKARA, 2009). Nessa busca, recordei-me de uma mensagem que recebi do meu pai (no dia 3 de agosto de 2020 de acordo com o Whatsapp). “Muito interessante e diferente!”, ele disse. Era uma referência ao que ele havia acabado de compartilhar: uma postagem da página “Notícias Positivas” do Facebook sobre um BDT localizado em Portugal. De fato, algo muito interessante e diferente – e que veio a combinar perfeitamente com o tipo de objeto de pesquisa que eu estava imaginando para a minha dissertação.

Como essa é uma pesquisa com uma MTFD, não mergulhei em uma revisão bibliográfica exaustiva logo no início. Perguntas e hipóteses não deviam ser deduzidas de ou induzidas à alguma teoria pré-definida, mas sim abduzidas dos dados que se apresentarem no estágio de coleta (ROSENTHAL, 2014a). Ao invés disso, preoquei-me com o enquadramento geral do tema ‘BDTs’ na literatura científica-social – buscando entender um pouco sobre o valor político, ético, científico (em termos de originalidade)

e econômico desse conhecimento –, mas também, e mais ainda, com as oportunidades de acesso ao campo empírico. Portanto, assim que encontrei o grupo do BDT-POA no Facebook pela internet (depois de uma rápida busca no Google), tudo se encaminhou para o recrutamento de participantes. Enviei mensagens pelo Facebook para quatro pessoas, dois administradores do BDT e dois membros comuns⁶⁶. No total, entrevistei os três indivíduos que responderam ao meu pedido (dois administradores e um membro), somando cerca de cinco horas de entrevista no total. Devido ao escopo desse trabalho, apenas uma dessas entrevistas foi analisada completamente, ou seja, seguindo todos os cinco passos que elucidarei nas próximas subseções.

Os dados em uma pesquisa narrativa biográfica têm diversas origens (ROSENTHAL, 2014a, cap. 3). Ao entrarmos no campo empírico (que no meu caso foi quando enviei as mensagens convidando pessoas para serem entrevistadas), já devemos começar a documentar nossos movimentos. Entrevistas gravadas (incluindo não só a sua transcrição, mas também os gestos, o ambiente, os odores, os barulhos externos e qualquer outro elemento que se fez presente durante ou até antes da interação da entrevista e que o pesquisador registrou no memorando mais tarde); documentos os mais variados disponibilizados pelos entrevistados, por pessoas próximas a eles ou por outros meios de acesso público na internet ou arquivos físicos; fotografias e filmes dos entrevistados ou de sua família disponibilizados por ele(s) diretamente ou não (se estiverem disponíveis publicamente em alguma rede social por exemplo); dados históricos sobre a região e país em que o entrevistado nasceu ou cresceu: tudo isso pode ser analisado.

⁶⁶A mensagem lia: “Oi [inserir nome], tudo bem? Meu nome é João Pedro Martins Pinheiro. Sou mestrando em ciências sociais na Pucrs e gostaria muito de te entrevistar para o projeto de dissertação que estou escrevendo sobre o Banco de Tempo de Porto Alegre. Seria uma conversa bastante informal que poderíamos ter tanto por Zoom (ou outro programa de chamada por vídeo) quanto presencialmente num local de sua escolha. O dia e horário também ficam totalmente ao teu critério. Muito obrigado pela atenção e aguardo seu retorno. Se preferir outra forma de comunicação, meu e-mail é ljoapedromp@gmail.com”. Creio que nesse contato inicial eu tenha respeitado o princípio de abertura dentro do possível, pois o recrutamento dos participantes requiere alguma menção do interesse de pesquisa, mas sem o impor ou destacar muito (cf. ROSENTHAL, 2017, p. 241).

Os materiais de coleta de dados não são estranhos àqueles que utilizam outros métodos qualitativos: um gravador e um modelo de memorando apropriado para as demandas específicas do tema. Anotações breves no memorando sobre cada acontecimento relativo à pesquisa servem para, mais tarde naquele dia ou o mais cedo possível, redigir uma reflexão. Aqui o MNB se baseia na variação do procedimento abduutivo peirciano que Glaser e Strauss (2006, cap. V – tradução minha) chamam de “método comparativo constante de análise qualitativa”. Quer dizer, as anotações no memorando, que no cotidiano da pesquisa serve de caderno de campo para que o investigador vá acumulando suas reflexões sobre os dados, já constituem códigos provisionais. Esses códigos nada mais são que pequenos termos ou julgamentos por parte do pesquisador a respeito das observações que ele registrou (pensando, por exemplo, ‘esse incidente é um caso de X’).

Para que servem os códigos? Eles são referências às quais o pesquisador pode relacionar dados anteriores àqueles onde um determinado código surgiu (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 106) – o que demonstra a afinidade da MTFD com o princípio de sequencialidade da hermenêutica objetiva (OEVERMANN et al., 1987; ROSENTHAL, 2017, p. 252). Tais relações já constituem análises ou hipóteses (por exemplo, ‘essa fala inesperada, que estou chamando de Y, parece uma variação de uma outra observação que anteriormente chamei de X, logo elas podem ser causadas pela mesma interpretação subjetiva Z, que dependendo das condições é expressada de uma forma ou de outra’). Deve-se salientar, contudo, que códigos são produtivos somente quando elaborados a fundo. O pesquisador deve comparar o código que inventou para um dado com dados anteriores a este justamente para não seguir em frente na análise acumulando termos inventados sem nenhuma relação clara entre si e sem testar o potencial descritivo e/ou explicativo do novo código no contexto da amostra em questão como um todo (GLASER;

STRAUSS, 2006, p. 106). Se um código angariar exemplos muito parecidos entre si, é provável que ele esteja próximo de ser saturado, podendo então ser elevado ao status de categoria teórica ou propriedade de uma categoria (GLASER; STRAUSS, 2006, p. 108). Ou seja, esse processo de refinamento é cíclico. Eis por que se trata de uma análise comparativa constante.

Resumindo o que foi dito acima:

O pesquisador gera os dados em campo, analisa-os e o resultado dessas análises determina a amostragem teórica, isto é, quais entrevistas serão realizadas até chegar em uma saturação teórica, ou seja, quando casos começarem a se repetir. Como podemos perceber, a geração e a análise dos dados ocorrem sempre de forma paralela. Para cada uma das entrevistas, é escrito um memorando com a descrição e as impressões do pesquisador a respeito da interação anterior e posterior à entrevista com o parceiro de entrevista. As experiências em campo e o contexto das entrevistas devem ser detalhadamente registrados. Estes dados não devem ser vistos como interferências externas que atrapalham a investigação, mas como constituintes da intersubjetividade subjacente à interação entre parceiros em uma situação de entrevista. A honestidade do pesquisador acerca de suas impressões em campo contribui para situar posições e para o uso posterior destes dados na reconstrução do caso. (SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 118 – ênfases do original)

É preciso salientar, contudo, que apesar da importância atribuída a todos esses tipos de dados, cuja pluralidade é de fato um dos diferenciais do MNB (SANTOS, 2014), a entrevista narrativa biográfica continua sendo a principal fonte de evidências para análise. Como vimos, Schütze (2008b, 2008a) contribuiu para essa etapa de forma decisiva com seu método de entrevista narrativa, que começou mais como uma entrevista episódica (sobre eventos específicos), mas que logo foi adaptada no formato utilizado hoje (ROSENTHAL; FISCHER-ROSENTHAL, 2004).

Com também vimos, aqui o pesquisador ‘prepara’ apenas um tópico para a entrevista (que deve ser introduzido logo após o entrevistado consentir com a sua gravação):

Eu queria pedir que você me contasse sua história de vida, todas as vivências que fossem pessoalmente importantes para você. Você pode levar o tempo que você quiser. A princípio eu também não vou te interromper, só vou fazer algumas anotações relativas a questões que então trataremos mais tarde. (ROSENTHAL, 2017, p. 226–227 – itálico removido)

Nessa primeira parte da entrevista, o pesquisador “intervém apenas utilizando mecanismos paralinguísticos que ensejam a narrativa (como movimentos afirmativos com a cabeça, contato visual, etc.)” (SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 117). A análise sequencial da entrevista dependerá muito da forma na qual ela é conduzida já que para gerar interativamente uma auto-apresentação biográfica fidedigna ao sistema de relevância e estoque de conhecimento do entrevistado (ou seja, à sua interpretação subjetiva sobre sua vida) o pesquisador deve dar abertura para que tais estruturas schützianas se manifestem.

Ainda seguindo o princípio de abertura, mas agora combinado com o de sequencialidade, a segunda parte da entrevista deve reforçar o sistema de relevância já demonstrado na auto-apresentação biográfica por meio de *perguntas narrativas* sobre os assuntos trazidos nesse relato inicial na ordem em que foram trazidos (de acordo com as anotações do pesquisador). Dessa forma,

deixamos claro ao entrevistado, por um lado, nosso interesse geral e estimulamos também outros relatos – igualmente importantes – sobre aquilo que já foi mencionado. Por outro lado, esse tipo de verificação é de grande necessidade para a análise de

dados quando o que está em jogo é a comprovação, a rejeição ou também a ampliação das hipóteses construídas com base na sequência do relato principal. (ROSENTHAL, 2014a, p. 196)

Perguntas narrativas são frases construídas com a intenção de estimular falas longas constituídas quase que totalmente por narrações ao invés de argumentações e descrições (ROSENTHAL, 2014a, p. 186). Ou seja, deve-se usar as próprias palavras do entrevistado (registradas nas anotações da auto-apresentação biográfica inicial) para perguntar “*como* algo aconteceu em detrimento do *por quê* ou *quando* algo ocorreu” (SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 117 – ênfase do original). Ao contrário da descrição fria e desprovida de causalidades ou da argumentação autojustificativa e pouco espontânea, a narração é uma modalidade textual que entrelaça acontecimentos em termos de causa e efeito e de intencionalidade dos sujeitos neles envolvidos (SCHÜTZE, 2014, p. e12–e13). Só ela consegue, nas palavras de Rosenthal (2017, p. 249), “chegar perto de reproduzir todo o curso de ação passado ou a forma de ocorrência em contraste com a visão atual cognitiva – mas também emocional e corporal – sobre esse processo”. Um sujeito mergulhado em narração se aproxima do estado psicológico de *flow* (CSIKSZENTMIHALYI, 2008), aproximando-se então do fluxo imagético e emocional dos acontecimentos passados e se afastando de muitos vieses carregados por sua definição operacional da situação da entrevista presente. Quanto mais o entrevistado divagar numa modalidade narrativa, contando histórias em primeira pessoa (que necessariamente dramatizam ações assim como os sentimentos, pensamentos e motivações durante as realizações das mesmas), melhor.

Esgotados os assuntos da segunda parte da entrevista, o pesquisador pode solicitar clarificações pertinentes para o preenchimento do memorando e para o primeiro passo da análise (cf. próxima subseção), como datas de nascimento, casamento, formatura,

falecimentos de familiares, religião pessoal e dos pais, status de relações pessoais e etc. Aqui, também, o pesquisador pode estimular narrativas sobre episódios centrados na experiência que é o seu objeto de pesquisa. No caso da pesquisa atual, e como é comum (ROSENTHAL, 2017, p. 241), o BDT-POA foi tematizado pelo próprio entrevistado – o que é de se esperar já que eu havia justificado o seu recrutamento pelo fato de que ele esteve envolvido nas atividades desse BDT.

É característico do MNB, enquanto uma MTFD, que os processos de levantamento e de análise de dados ocorram mais-ou-menos simultaneamente (ROSENTHAL, 2017, p. 260). A única ressalva é que os cinco passos de análise que explicarei em breve têm uma ordem rígida, devendo ser seguida até sua completude para cada análise biográfica de caso profunda (ROSENTHAL; FISCHER-ROSENTHAL, 2004, p. 261). A simultaneidade entre coleta e análise de dados se dá aqui principalmente na preparação para esses cinco passos – a chamada “análise global”:

uma análise preliminar que constitui base para o desenvolvimento tanto da primeira como da segunda amostragem teórica – ou seja, para a decisão sobre, se e com quem devemos realizar entrevistas adicionais e, buscando a investigação mais acurada possível do caso, quais dos depoimentos devem ser transcritos. (ROSENTHAL, 2014a, p. 111)

Na prática, então, deve-se agrupar os dados já registrados nos memorandos, destacar detalhes de interesse nessa primeira leva de dados (que despertaram o sistema de relevância do pesquisador), esboçar perguntas de pesquisa e conceitos possivelmente novos ou conexões com conceitos da literatura⁶⁷ e só então eleger em que caso se

⁶⁷Essa análise global já consiste em um procedimento abduutivo. Para elaborar os conceitos, hipóteses e perguntas preliminares, o pesquisador utiliza códigos próprios, como já discutido, mas estes não requerem sempre uma criatividade anormal. Pode-se, ao contrário, contar com as próprias palavras dos participantes de pesquisa para se referir a trechos de entrevistas, a padrões de decisão emergentes na sua história de

aprofundar por meio dos cinco passos de análise ou que tipos de casos seriam produtivos de coletar a mais.

A análise global, então, não deve tocar no conteúdo do diálogo da entrevista (isso fica reservado para o segundo e o quinto passo de análise); antes, ela serve para indicar que novas questões surgiram no desde o primeiro engajamento com o campo empírico. A amostra teórica selecionada com base nessas questões consistirá no caso biográfico particular a ser analisado profundamente de acordo com os cinco passos que explicarei a seguir.

3.2.2 Primeiro Passo: Análise dos Dados Biográficos

A partir da apuração chamada de amostragem teórica, na qual se decide que caso deve ser analisado profundamente (ou seja, para além da análise global já realizada), o pesquisador também contempla uma espécie de justificação para tal decisão. Esqueça-a! Daqui até o quarto passo de análise, o interesse motivador da investigação é aquele preso nas camadas de complexidade dos dados do caso em questão. O objeto de pesquisa original deve ser colocado de lado, posto entre parênteses.

O que importa agora, no primeiro passo, é transcrever a entrevista narrativa biográfica e anotar todas as informações objetivas/verificáveis que formem uma cronologia da história de vida sob análise. São elas: datas de nascimento, casamento, formatura, falecimento de familiares, de mudanças de residência e outras. Além disso,

vida como um todo (aparentes uma vez que sejam organizados cronologicamente) ou a um momento possivelmente marcante nessa história de vida. Sistematizadores da MTFD da vertente straussiana chamam isso de “codificação aberta” (aberta às palavras dos entrevistados), que só mais tarde na elaboração da teoria é que devem ser descartadas ou combinadas (se forem sinônimas ou se formarem um par conceito-propriedade conceitual) e então modificadas por meio da “codificação axial”, quando ganham uma terminologia mais precisa, científica e apropriada para a construção de hipóteses finais (CASSIANI; ALMEIDA, 1999, p. 18–19).

deve-se selecionar também fatos históricos mundiais e sobre o país e a região do entrevistado, principalmente. Aqui o pesquisador deve exercer sua “sensibilidade teórica” (GLASER, 1978) para avaliar em quais contextos históricos a trajetória do caso particular se encaixa. O valor desse passo se encontra justamente no plano das possibilidades imagináveis para a vida analisada; é um momento em que a sociologia histórica que atravessa a narrativa biográfica ganha espaço na análise e é então preenchida pelas ações concretas do entrevistado (ROSENTHAL, 2012). O pesquisador deve aprender sobre a cultura da sociedade onde o entrevistado cresceu para possivelmente identificar se há um cânone de narrativas compartilhado ali que carregam eventos biográficos com sentidos imperceptíveis a quem é de fora. Nessa dissertação, por exemplo, pesquisei sobre subculturas jovens no Brasil na época em que os pais do meu entrevistado eram adolescentes já que descobri que seu pai era parte de um grupo de amigos fãs de rock nos anos 1960 (cf. capítulo de resultados; para exemplos de como a arte e movimentos sociais locais foram utilizados para complementar a descrição das dinâmicas microssociológicas entre palestinos, cf. HINRICHSEN; BECKER; ROSENTHAL, 2016; ROSENTHAL, 2016).

Em termos práticos, depois de montada, a cronologia de dados biográficos e históricos é submetida à uma análise sequencial utilizando o método abduutivo de Peirce. Mais especificamente, deve-se elaborar hipóteses sobre diferentes caminhos que essa vida poderia tomar a partir de cada dado objetivo se informando pelo o que aconteceu antes na história de vida e na história global, nacional e/ou regional e ignorando (leia-se: colocando entre parênteses) o que se sabe que aconteceu depois de fato. Isso se configura numa série de bifurcações. Se a pessoa nasceu em uma família rica, ela pode ter viajado muito. Talvez ela tenha ganhado um carro aos 18 anos. Enfim, todas as hipóteses plausíveis – ou seja, fundamentadas no que se sabe fatidicamente – devem ser escritas no

formato ilustrado no Anexo B com o intuito de abduzir as interpretações subjetivas possíveis que poderiam motivar o participante de pesquisa a agir de uma determinada forma a cada momento conhecido de sua biografia.

Para cada *hipótese primária* redigida, *hipóteses secundárias* devem ser deduzidas, sempre afunilando-as em direção às consequências práticas das que vieram imediatamente antes (ROSENTHAL, 2014a, p. 227). Quanto mais específica for a hipótese secundária, mais fácil de a corroborar ou rejeitar com os próximos dados biográficos que vierem na ordem cronológica. Em outras palavras, as hipóteses secundárias são previsões experimentais para o “experimento imaginário” (ROSENTHAL, 2017, p. 261) que é acompanhar aberta e sequencialmente a progressão da história de vida em questão (cujo destino, lembremos, devemos considerar incerto mesmo sabendo mais-ou-menos como ele discorrerá, pois esse saber certamente está contaminado por nossas próprias interpretações subjetivas, impedindo-nos de compreender o ponto de vista do ator que o vivenciou de fato de momento a momento).

Para exemplificar alguns pontos dos cinco passos de análise, recorrerei a um estudo realizado por Rosenthal. Em 2004, ela iniciou uma pesquisa que duraria até 2009 e envolveria mais quatro colaboradores (ROSENTHAL, 2014b, p. 233, nota 4). Sua escolha de objeto foi a imigração na Alemanha. Sua equipe, então, buscou entrevistar imigrantes e suas famílias. Dos dados biográficos de um dos casos analisados nesse estudo, reproduzo abaixo aqueles que Rosenthal grifa em seu relatório.

Sergej Wolf (pseudônimo) nasceu em 1967 na Sibéria, antiga URSS, numa família etnicamente alemã (ROSENTHAL, 2014b, p. 234). Filho do meio, ele morava com seus pais e duas irmãs. Aos 17 anos, em 1984, ingressa num curso de idiomas em Leningrado, mas é logo convocado para prestar serviço militar. Ali ele é treinado, promovido e entra para uma unidade secreta. Ele conhece sua futura esposa uma vez que retorna para

terminar a graduação e ambos têm uma filha. Em 1991, Sergej passa a lecionar numa instituição militar de ensino superior - função que manterá até 2000, quando emigra para a Alemanha com sua família e seu pai. Sua mãe faleceria um pouco antes no mesmo ano embora também estivesse incluída nos pedidos de migração submetidos em 1996. Ainda na Rússia, sua esposa passa a trabalhar “numa posição mais elevada numa instituição do governo”, descreve Rosenthal (2014b, p. 235). Porém, a experiência e formação dos dois não são aceitas no novo país e ambos acabam ingressando num curso de ciências sociais para conseguir um diploma legítimo – qual ainda cursavam em 2004, quando Sergej foi entrevistado pela primeira vez (houve mais dois encontros com os pesquisadores em 2005 e 2007; ROSENTHAL, 2014a, p. 233, nota 7).

Os dados acima, então, são o tipo de informações objetivas próprias para a análise sequencial da história de vida. Ao abstrai-las da entrevistas e documentos pessoais, o pesquisador deve contextualiza-las no espaço e no tempo. Ou seja, como percebido, deve-se buscar fontes acerca das características sociopolíticas, geográficas e históricas relevantes aos níveis local, regional, nacional e global. No caso de Sergej, Rosenthal elabora duas outras histórias além da história do caso particular: uma trata da perseguição estatal sofrida pelos alemães em território Soviético durante a Segunda Guerra Mundial, algo que os pais e avós de Sergej viveram, e a outra trata do fim da URSS, período histórico durante o qual Sergej terminou seus estudos e passa a trabalhar para uma instituição educacional militar.

O conhecimento dos fatos biográficos e históricos devem ser analisados sequencialmente na sua ordem cronológica por meio da criação de hipóteses acerca dos prognósticos possíveis que a trajetória dessa vida poderia tomar. Rosenthal (2014b, p. 236) pondera, por exemplo, se Sergej tentou se integrar à sociedade soviética por meio de sua carreira, que foi bem-sucedida, assim como seu casamento com uma russa. Ele

poderia ter seguido um caminho mais à margem do aparato estatal que já havia perseguido seus ancestrais, mas dadas as conquistas, não foi isso que aconteceu. Cada fato deve ser entretido isoladamente do próximo fato na linha do tempo.

Essas hipóteses apontam para diferentes direções – embora não necessariamente excludentes entre si. Com isso, evita-se realizar uma análise meramente situacional da interação da entrevista, que desconsideraria o passado biográfico e as projeções de futuro dos sujeitos envolvidos como em algumas aplicações da análise de conversação e da etnometodologia (SANTOS; SUSIN, 2021, p. 149). Dito de outra forma: somente por meio dessas projeções hipotéticas e testáveis através dos dados biográficos subsequentes é que podemos abduzir a “sociogênese” (ELIAS, 2011, cap. 1) da interpretação subjetiva que motivou o padrão de ação do participante de pesquisa ao longo de sua história de vida.

Ao final desta etapa, o pesquisador fica somente com as hipóteses passíveis de serem levantadas e comprovadas com base nos dados empíricos. Com isso, evitamos uma lógica da subsunção a categorias, pela qual o pesquisador usa os dados para confirmar hipóteses projetadas por ele sobre o material empírico. [...] Nesse sentido, compreendemos que uma pesquisa que vai a campo com hipóteses explicativas para um fenômeno e busca dados para validar sua lógica está, em grande medida, fechada ao descobrimento de novas explicações, em plena oposição ao princípio da abertura apresentado anteriormente. Da mesma maneira, a importância de sempre colocarmos as contra-hipóteses para as hipóteses que serão sugeridas na pesquisa [...]. Com isso, evitamos simplesmente respaldar concepções que o pesquisador (sempre) tem. (SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 122–123)

Pode-se entender esse primeiro passo de análise como uma aplicação do conceito weberiano de chances ou “oportunidades de vida” (WEBER, 1982b, p. 212), pois sem saber com certeza o que o sujeito pensou ou não na época de um determinado dado

biográfico, o pesquisador social interpretativo é relegado ao papel de fantasiador de futuros possíveis para aquele sujeito. As hipóteses primárias projetam oportunidades que vão sendo eliminadas a cada fato vivenciado, assim como novas são criadas. As hipóteses secundárias são as deduções de como tais oportunidades foram aproveitadas ou não pelo sujeito, dessa vez na forma de uma ação.

No exemplo sendo discutido, uma hipótese secundária que construísse em cima da primária mencionada anteriormente poderia ser que “houve uma fase biográfica de transição de uma integração na sociedade soviética ou russa para uma crescente insatisfação, em cujo decurso Sergej começou a projetar um futuro na Alemanha” (ROSENTHAL, 2014b, p. 236). A autora parecia tal análise com dados estatísticos e históricos sobre a onda imigratória de ex-cidadãos soviéticos para a Alemanha depois da Perestroika (reforma político-econômica que encerrou a URSS). Dessa forma, e agora utilizando o vocabulário peirciano, Rosenthal induz que Sergej dava relevância a sua própria integração dentre os soviéticos (hipótese primária), mas deduz disso que esse projeto foi obstruído por fatores históricos, levando-a a abduzir que Sergej transferiu relevância para um novo projeto, a saber, o de emigrar para a Alemanha (hipótese secundária)⁶⁸.

Uma vez que uma quantidade suficiente⁶⁹ de hipóteses primárias sejam levadas às suas conclusões lógicas através de hipóteses secundárias para cada dado biográfico, o

⁶⁸Schütz (2019), claro, é essencial para descrever essas mudanças nas interpretações subjetivas do sujeito a respeito de seu passado, presente e futuro, constituindo assim projetos de vida e deles extraindo motivação para agir de uma determinada forma no mundo da vida.

⁶⁹Não existe métrica para isso. Nas palavras de Rosenthal (2017, p. 263): “É importante frisar que a análise dos dados biográficos não chega de modo nenhum a apreender todos os significados possíveis. Antes, a análise do texto está sempre trazendo novos horizontes de sentido antes inacessíveis a nós. Durante uma reconstrução de caso estamos a todo tempo descobrindo coisas novas, que também nos auxiliam a reformular antigos conceitos”. Para acessar esses novos sentidos, o pesquisador precisa de ajuda; ele deve estar em diálogo com seus mentores e colegas para determinar hipóteses plausíveis. O MNB é, de fato, um empreendimento coletivo movido a *brainstorming* – uma característica dos círculos de MTFD straussiana (KAŽMIERSKA, 2014, p. 316). “A lógica de discutir o surgimento de hipóteses em grupos de análise é fundamental, uma vez que coloca os dados construídos em campo em contato com pesquisadores que não estiveram envolvidos na situação da entrevista e que desconhecem trechos

pesquisador deve se voltar para o conteúdo da entrevista (segundo passo). Antes, contudo, ele deve resumir a análise do primeiro passo com uma hipótese estrutural sobre a história de vida vivenciada como um todo. No caso do exemplo, a autora infere que Sergej vivenciou grande parte de sua vida na URSS experienciando satisfação profissional e uma necessidade de se integrar, aparentemente com sucesso, na sociedade soviética (ROSENTHAL, 2014b, p. 243).

3.2.3 Segundo Passo: Análise de Campo Temático e Textual

Deixando a cronologia biográfica de lado por enquanto, a investigação se volta aos campos temáticos (Gurwistch) que organizam o interesse de apresentação do entrevistado. As (epistemo)lógicas abdutiva (Peirce) e sequencial (Oevermann) continuam em regência aqui, o que significa que não é sobre todo o conteúdo que o pesquisador deve se debruçar de uma vez só, mas sim sobre cada segmento temático, começando pelo relato inicial da auto-apresentação biográfica (ROSENTHAL, 2017, p. 263). “Com base na segmentação e na definição dos temas, são formuladas hipóteses abdutivas para o significado de cada sequência do texto” (SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 125). Essa segmentação e definição se dá por meio do vocabulário linguístico importado por Schütze (2014, p. e12–e13).

Primeiramente, então, para determinar o recorte do segmento introdutório, deve-se prestar atenção na mudança de quem está falando (por exemplo, se o entrevistador se sentiu obrigado a estimular a conversa, significa que a auto-apresentação inicial já acabou); na mudança de tipo textual (argumentativo, descritivo e narrativo); ou na mudança drástica de conteúdo, incluindo a afirmação do entrevistado de que ele não sabe

subsequentes do texto. Além disso, permite ampliar o horizonte de possibilidades de ação dos indivíduos com as sugestões feita por outros pesquisadores” (SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 122).

mais o que dizer (ROSENTHAL, 2018, p. 177; ver também SCHÜTZE, 2008a, 2008b). Para estimular a abdução de hipóteses, as seguintes perguntas podem ser entretidas (dentre tantas outras): de que forma o entrevistado se apresentou? Como ele transparece nesse primeiro momento – nervoso, entediado, animado? Por que? Por que aquele(s) assunto(s) específicos foram tematizados nesse relato inicial? Que fases de vida foram perpassadas nessa fala? Que tipos discursivos foram utilizados? O que ele narrou extensamente? Ele falou sobre sua família?

A importância conferida aqui ao relato inicial se deve à rica fonte de previsões testáveis para o experimento que é o restante do texto da entrevista. Afinal, esse passo da análise visa “reconstruir os mecanismos que comandam a seleção dos temas, sua sequência e a ligação temática entre os diversos segmentos do texto” (ROSENTHAL, 2014b, p. 239). Isso só pode ser atingido de forma sistemática se tivermos noção das mudanças interpretativas que aconteceram não só ao longo da vida do participante, mas também durante a extensão da entrevista narrativa em toda sua duração. Nesse sentido, o isolamento analítico do relato inicial permite que teorizemos com qual definição da situação o indivíduo começou a entrevista (levando em consideração que fatores da interação com o pesquisador ou do passado imediato e distante do biografado influenciaram esse processo de definição). Na análise dos segmentos seguintes, tanto se houver sinais de mudança nessa definição da situação quanto se não houver, esse dado poderá ser utilizado para criar ou testar novas hipóteses.

Vejamos agora como executar uma análise dos campos temáticos com o exemplo do relato inicial de Sergej logo após a entrevistadora solicitar que ele contasse sua história de vida a de sua família (cf. legenda da transcrição no Anexo A):

Bem, então vou começar, meu nome ou então ((rindo)) vou dizer primeiro /, meu nome é Sergej Wolf e eu sou, ahn, alemão vindo da Rússia ou, em outras palavras,

sou um dos que saíram mais tarde da Rússia, nasci em 1967 na cidade de Omsk, na Sibéria, no oeste da Sibéria, numa ((suspira)) ahn família de alemães da Rússia, e ahn bem ahn: é, minha trajetória de vida foi, na verdade, assim típica de, ahn, de muita gente, daquela ahn geração, e eu, ahn, fiz o ensino médio (após o) ensino médio fui para a faculdade ahn faculdade de pedagogia e lá estudei dez semestres pedagogia e (2) ((suspira de leve)) língua inglesa, e então, fui ahn convocado para o exército soviético, p- ahn prestei serviço militar por dois anos, aí depois ahn de me formar eu / trabalhei dez ahn nove anos na (2) e- ((rindo)) escola superior militar ahn: como professor na disciplina de línguas estrangeiras, lecionei inglês, bem e ahn, e aí, é, em maio de 2000 ahn em maio de 2000 ahn: vim para a Alemanha junto com minha família (ROSENTHAL, 2014b, p. 238 – ênfase removida).

Usando as perguntas para estimular a geração de hipóteses sugeridas acima, percebe-se que os temas abordados por Sergej são sua carreira profissional, sua etnia e sua experiência migratória. Algo que também chamou a atenção de Rosenthal (2014b, p. 238) foi a ausência de qualquer referência a familiares específicos, como seus pais, sua esposa e sua filha. E isso tudo em um contexto de um tipo de discurso descritivo (sem argumentação e sem narração de nenhum episódio, como o dia de seu nascimento ou de quando conheceu sua esposa). Para tentar explicar essas observações, Rosenthal (2014b, p. 239–240) elabora cinco hipóteses, cada uma com pelo menos uma hipótese secundária para destrinchar suas possíveis consequências práticas. São elas:

1. Sergej priorizou sua experiência enquanto emigrante nesse relato porque adere à uma definição da situação da entrevista como um estudo sobre migrantes tardios – como a pesquisadora brevemente o descreveu no seu recrutamento.

1.1. Se ele de fato quer “fazer jus aos interesses aos interesses ou questões que atribui à entrevistadora”, então na continuação da conversa, “oscilará constantemente entre suas relevâncias biográficas e as que atribui à entrevistadora” (ROSENTHAL, 2014b, p. 239).

2. O entrevistado elucidou seu nível educacional e seu sucesso profissional porque sua longa formação fora invalidada pelo governo alemão, levando-o a interpretar sua situação biográfica atual enquanto imigrante como um momento que afronta seu passado de sucesso.

2.1. Se essa frustração presente desfruta relevância subjetiva, então retornos aos itens nos seu currículo serão recorrentes ao longo da entrevista, talvez como uma forma de auto-validação.

3. Sergej deu importância para sua ancestralidade alemã porque os debates da esfera pública acerca da onde imigratória na Alemanha tenham relevância para ele.

3.1. “Se essa hipótese estiver correta”, nas palavras da autora, “ele se esforçará repetidamente, também nos trechos subsequentes, para se distanciar das imagens de estrangeiros que ele supõe sejam atribuídas a ele” (ROSENTHAL, 2014b, p. 240).

4. Conquistas educacionais e profissionais do passado ocuparam mais tempo no relato do que fatos recentes porque algo nesse passado possui muita relevância para Sergej, relevância essa que pode ter sido reforçada diversas vezes ao longo dos anos (sendo um tema a qual ele retorna habitualmente).

4.1. Se de fato interpretações feitas no passado possuem tal relevância, de forma a influenciar a definição da situação biográfica presente, então pelo menos algumas delas ainda retornarão na conversa com maior elaboração.

5. O participante omitiu informações na sua auto-apresentação porque é relevante para ele evitar certos temas (por exemplo, a passagem de Sergej por unidades militares secretas talvez contenha detalhes quais ele esconde).

5.1. Se assuntos como o período que trabalhou para os militares soviéticos surgir no desenrolar da entrevista, então ele imediatamente recorrerá a um modo argumentativo, retraindo-se para uma posição defensiva, e não narrará nenhum episódio específico⁷⁰.

Para avançar nesse segundo passo, a análise feita até agora deve ser melhor inserida no aparato conceitual da teoria dos campos temáticos de Gurwitsch (2010, p. 344–355; ROSENTHAL, 2018, p. 175), que contém três conceitos-chave: tema, campo temático e margem⁷¹. Eles nos ajudarão a distinguir de forma sistemática os temas que o entrevistado traz e os que omite assim como os mecanismos subjetivos que o permitem transitar de um tema para o outro.

Gurwitsch já foi discutido nesse capítulo. Basta reiterar que sua fenomenologia é gestáltica e que ela foi uma grande influência sobre seu amigo Schütz (por exemplo, SCHUTZ; LUCKMANN, 1974, p. 188, 194). Tal importância da teoria da Gestalt, ou da forma, sobre a sociologia interpretativa permaneceu mais-ou-menos negligenciada até que Rosenthal (2017, p. 15–16; cf. também ROSENTHAL, 2014b, p. 241), por sugestão de Wolfram Fischer, incorporou os campos temáticos na pesquisa narrativa biográfica como um instrumento de análise textual. Dito isso, não podemos ignorar que Schütze já sabia implicitamente da importância da teoria da forma para a compreensão da intersubjetividade:

⁷⁰Devo destacar que normalmente essas hipóteses deveriam ter mais bifurcações, como mais hipóteses secundárias alternativas e até mais hipóteses primárias, mas dado o escopo e propósito meramente ilustrativo tanto desse capítulo quanto do texto de Rosenthal (2014b), esse total de dez são o suficiente.

⁷¹“A vivência do passado selecionada no presente da narração e a vivência selecionada da memória no presente da recordação representam o *tema*, que está inserido num *campo temático*, que, entretanto, como já se acentuou, pode-se modificar no transcurso da recordação e da narração. O campo temático de uma narrativa de vida ou também os campos que se transformam no transcurso da narração são definidos pela perspectiva do presente da biografada/do biografado e da forma, daí resultante, como ele/ela se volta para seu passado [...], mas também a partir das lembranças que se lhe oferecem” (ROSENTHAL, 2014b, p. 242 – ênfase minha). A margem, em contrapartida, permanece desatendida, mas temporalmente co-presente .

em toda narrativa de histórias, a constituição de uma postura retrospectiva distanciada para com os acontecimentos expostos é mediada pela visão de conjunto e pela constelação da história no presente. Esse tipo de desprendimento do fluxo imediato (não narrativo) das ações provoca automaticamente atividades avaliativas, críticas ou também legitimadoras da “faculdade do juízo” em relação a esse fluxo. (SCHÜTZE, 2014, p. e28)

A “visão de conjunto” que Schütze menciona acima é o que Rosenthal (2017) chama de *Gestalt* ou forma da narração da história de vida e que, com Gurwitsch, ela analisa como um ou vários campos temáticos. “Todo corpo determinado”, explica um dos fundadores dessa escola de pensamento, “tem algum tipo de *Gestalt*” (VON EHRENFELS, 1937, p. 523-tradução minha). Ou seja, o todo de um corpo contém uma significação para além do conjunto de elementos que o formam – ou melhor, eles não ‘o formam’, mas sim eles recebem forma graças à interpretação subjetiva a respeito do todo.

A gestalt, influenciada pela fenomenologia, redefine a noção de consciência e propõe a superação do objetivismo analítico, considerando-o inadequado para abarcar uma subjetividade global. A fenomenologia restaura a ênfase na subjetividade e questiona a ideia da possibilidade de uma objetividade sem o sujeito. (GONÇALVES, 2015, p. 59)

Assim, o corpo da transcrição da entrevista narrativa biográfica, enquanto registro material da construção social interativa da história de vida narrada (OEVERMANN et al., 1987), pode ser analisada como evidência da forma conferida aos seus temas individuais pelo sujeito entrevistado.

Nas palavras de Rosenthal:

Trata-se aqui da reconstrução dos sistemas de relevância e de conhecimento dos indivíduos, do modo como interpretam suas vidas, como integram vivências e experiências em campos temáticos, porém, não com a intenção de reconstruir o sentido subjetivamente visado. Antes, o interesse está voltado à reconstrução da forma

geral da biografia que se manifesta no ato de atenção, o significado das experiências e das ações dos sujeitos que se constitui interativamente e que, em parte, escapa às suas intenções. (ROSENTHAL, 2017, p. 263)

Aplicando esse aparato conceitual na análise sequencial e reconstrutiva de uma entrevista narrativa biográfica, precisamos determinar se, de um segmento do texto para o seu adjacente cronológico, emerge uma configuração “nos moldes de uma *Gestalt*, em que [tais segmentos JP] se encontram num nexos de relações mútuas, ou se se trata de uma junção aleatória de partes avulsas” (ROSENTHAL, 2014b, p. 241). Em outras palavras, é preciso ver o texto como um ou vários campos temáticos em processo de formação.

Como fazer isso? Para começar, deve-se empregar os mesmos critérios de segmentação do relato inicial – “mudança de discurso, tipos de texto (argumentação, descrição ou relato e suas subcategorias) e modificações temáticas” (ROSENTHAL, 2017, p. 264) – ao restante do texto. Cada segmento individual identificado deverá informar hipóteses preditivas sobre o significado subjetivo desse segmento e o que tal significado motivaria o entrevistado a tematizar em seguida (como exemplificado acima na análise do relato inicial). Essas hipóteses devem utilizar o vocabulário linguístico já mencionado e devem também considerar a interação com o entrevistador.

Na medida em que hipóteses são corroboradas e outras são rejeitadas com base na progressão sequencial do texto, o pesquisador deve ir agrupando-as e codificando-as (despretensiosamente, já que estes talvez tenham que ser descartados) de acordo com o que elas indicam sobre a conexão que o sujeito estabelece entre um tema e outro. Isso informará a hipótese estrutural do segundo passo, que sugerirá que campo(s) temático(s) organizam a interpretação do sujeito a respeito de sua própria história de vida e qual o regime de atenção que transfere relevância de um campo para o outro em momentos específicos. Dito de forma mais detalhada:

A conexão dos temas é uma conexão gestáltica, ou seja, o campo determina o tema e o tema, o campo. Com a passagem do tema de um campo para outro, o tema se modifica, assim como, com a inserção de um tema num campo específico, esse campo se modifica. A essas reflexões está associada a percepção de que, em última análise, o significado dos distintos elementos de uma apresentação biográfica só é elucidado em sua Gestalt total, sendo que, neste sentido, também a sequência temporal desempenha um papel importante. Portanto, em cada sequência estão em pauta a descoberta das remissões inerentes a possíveis campos temáticos e o delineamento hipotético das sequências ulteriores passíveis de conexão em cada caso. Na continuação da análise mostra-se, então, quais campos temáticos são ampliados pela biografada ou biografado, quais elementos desses campos que se oferecem potencialmente não são desenvolvidos ou só são tematizados alusivamente, assim como fica igualmente claro quais campos são evitados. (ROSENTHAL, 2014b, p. 241)

Retornando, agora, ao exemplo de Sergej, o imigrante russo na Alemanha, Rosenthal (2014b, p. 243) identifica que dois temas marcam sua autoapresentação biográfica como um todo: “formação [educacional]” e o preconceito dos soviéticos contra russos de ancestralidade alemã. Esses temas estão conectados de tal forma que constituem um mesmo campo temático: a saber, um interesse latente, ao contrário de manifesto, em se apresentar como alguém quer a discriminado em seu país de origem . Com essa hipótese estrutural (sobre que campo temático organiza essa narrativa biográfica), podemos passar para o próximo passo

3.2.3 Terceiro Passo: Reconstrução da História do Caso

Aqui os resultados dos dois passos anteriores são contrastados entre si. Tal contraste deve ser feito principalmente entre uma hipótese estrutural com a outra, mas

também entre as hipóteses para os dados biográficos corroboradas no primeiro passo e as suas equivalentes no segundo passo – particularmente aquelas que dizem respeito aos segmentos da entrevista que referenciam os eventos dos dados biográficos analisados (ROSENTHAL; FISCHER-ROSENTHAL, 2004, p. 264). Ou seja, já focamos em como a biografia foi construída ao longo do tempo por meio de ações significativas (passo um) e como a biografia foi construída socialmente ao longo da entrevista (passo dois). Agora, aquelas hipóteses sobre as interpretações e ações do sujeito no passado serão contrastadas com as hipóteses sobre o que elas significam para ele no presente. Isso revelará a distancia que determinados temas a respeito de eventos biográficos específicos percorreram (no mesmo campo temático ou de um para outro) desde a primeira vez que o sujeito atendeu a eles, colocando-os em um campo temático por meio de suas interpretações.

Ainda sob o princípio de sequencialidade, claro, o pesquisador deve gerar hipóteses que expliquem o que levaria o sujeito a mudar ou não sua interpretação sobre cada evento biográfico analisado. Para tal,

trabalhamos com dois níveis de análise: de um lado, têm-se as hipóteses para a vida vivenciada (passado) e, do outro, os trechos narrados (presente) a respeito do mesmo evento biográfico. O propósito da primeira é reconstruir o sentido biográfico das experiências no momento em que aconteceram e aprofundar a reconstrução da sequência cronológica e o da segunda é reconstruir os significados das experiências no presente e a ordem temporal da história no momento da entrevista [...].
(SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 126)

À luz das explicações acima, o resultado desse passo deve ser uma descrição da interpretação que o sujeito tinha sobre sua situação biográfica no passado (considerando que a interpretação presente é o que deve resultar da análise dos campos temáticos anterior a esse passo). Em outras palavras,

na reconstrução da história do caso busca-se decifrar a Gestalt da história de vida vivenciada. Trata-se, aqui, da reconstrução do significado funcional de uma vivência biográfica para a forma geral da história de vida vivenciada, e de evitar sistematicamente uma atomização de determinadas vivências biográficas. (ROSENTHAL, 2017, p. 265-266)

O que Rosenthal chama nessa citação de “significado funcional” é, para os gestálticos, o papel que um único tema desempenha dentro de uma determinada interpretação subjetiva (ROSENTHAL, 2014a, p. 32). Como a interpretação subjetiva é, nesse caso, sobre a história de vida do próprio sujeito, podemos presumir que a forma total ou *Gestalt* que ela tinha no passado era o que orientava suas ações até um “momento de virada biográfica” (ROSENTHAL, 2014b, p. 237): “um momento interpretativo no sentido de que, a partir desse momento, o futuro foi projetado de maneira nova e o passado foi reinterpretado”. É sempre possível, claro, que tais momentos nunca ocorram para algumas interpretações relevantes, mas isso só é identificável a partir desse passo (APITZSCH; INOWLOCKI, 2000, p. 59).

Sergej – retornando agora ao nosso exemplo – viveu uma trajetória de sucesso profissional e integração na sociedade soviética (de acordo com a análise do primeiro passo), mas apresentou essa trajetória como se tivesse sido marcada por discriminação (de acordo com a análise do segundo passo). Eis um claro contraste (ROSENTHAL, 2014b, p. 243). É necessário, portanto, teorizar o porquê dessa diferença a partir da análise sequencial dos segmentos da autoapresentação biográfica que referenciam cada dado biográfico, prestando atenção naqueles trechos que mais corroboram a hipótese estrutural do segundo passo (ROSENTHAL, 2018, p. 181). Os trechos mais chamativos – contendo, por exemplo, um significado incerto até essa fase da análise, longas pausas, atos falhos

ou qualquer outra característica que o pesquisador consiga justificar como um critério razoável de seleção – devem ser separados para o próximo passo, que envolverá uma análise textual minuciosa (ROSENTHAL, 2018, p. 185).

Quanto ao caso de Sergej, Rosenthal oferece algumas passagens notáveis porque contemplam a dissonância entre a vivência biográfica analiticamente inferida e a sua narração na entrevista. O dado biográfico em questão é de 1985, quando o entrevistado, um militar, “foi transferido para uma outra unidade – segundo seu relato, sem indicação de razões. Sergej aduz isso como atestação da discriminação dos alemães na União Soviética” (ROSENTHAL, 2014b, p. 243). Ele comunica essa interpretação subjetiva da seguinte forma:

servi seis meses lá, mas de repente, assim da noite para o dia, eu fui, ahn, convocado e, ahn, para uma outra unidade numa outra cidade, ah: ((suspira)), fui assim despachado por assim dizer, e eu não conseguia entender isso, pois na verdade eu era assim, ambicioso e esforçado [...]. (ROSENTHAL, 2014b, p. 244 – ênfase removida)

Se a transferência foi interpretada como um rebaixamento logo que ele a vivenciou (hipótese primária), então, na sequência, Sergej deverá clarificar por quê foi de fato um rebaixamento por discriminação (hipótese secundária). Porém, não é o que acontece: “Diferentemente do interesse da apresentação de expor que os alemães eram prejudicados, Sergej fala das manifestações positivas de um oficial sobre ele” (ROSENTHAL, 2014b, p. 245).

Esse tipo de análise se repete para cada dado biográfico – sendo que, claro, algumas serão mais produtivas que outras no quesito de expor “como a autobiografada/o autobiografado insere sistematicamente suas vivências apenas em campos específicos e evita outros enquadramentos possíveis, inerentes às vivências” (ROSENTHAL, 2014b,

p. 241-242). No caso do exemplo discutido aqui, o contraste entre vivência e narração evidenciou como o entrevistado tem dificuldade para tematizar vivências de discriminação mesmo enquanto ele caracteriza sua história de vida vivenciada como algo marcada por preconceitos por ser um russo de descendência alemã na URSS (ROSENTHAL, 2014b, p. 245). O próximo passo de análise deve clarificar como essa dificuldade se manifesta a nível comportamental em instantes específicos da interação da entrevista.

3.2.3 Quarto Passo: Análise Minuciosa de Passagens Específicas do Texto

Devo introduzir essa fase da análise com a observação de que ela nem sempre recebe o status de passo individual, sendo ou combinada às vezes com o passo anterior, pois eles são de fato muito complementares e às vezes confusos de separar, ou considerada uma análise que “pode ser realizada em qualquer momento” (ROSENTHAL, 2014a, p. 226), exceto durante o primeiro passo, presumivelmente. Optei por explicar essa análise como um passo separado sobretudo porque é assim que Rosenthal (2017, p. 260) o faz em sua tese de pós-doutorado, *História de Vida Vivenciada e História de Vida Narrada: Gestalt e Estrutura de Autoapresentações Biográficas* (o tratado de sociologia interpretativa biográfica, ao meu ver, rivalizado apenas pelo artigo de Fischer [FISCHER-ROSENTHAL, 2001] em termos de profundidade teórica).

Retornando ao exemplo, já que é a melhor forma de ilustrar esse tipo de microanálise, vejamos o segmento que veio na sequência da descrição do elogio que um superior deu a Sergej depois de sua transferência: “e ahn, bem, eu também prestei um bom serviço, mas, mesmo assim, foi ahn despachado para uma outra ahn unidade e lá eu ahn servi até o fim do meu serviço ((suspira)) (3), ahn por assim dizer ((ri de leve))”

(ROSENTHAL, 2014b, p. 245 – ênfase removida; cf. legenda da transcrição no Anexo A). A sequencialidade dessa argumentação convida uma série de hipóteses que a autora não lista provavelmente devido ao escopo do artigo, mas que poderíamos imaginar da seguinte forma: Sergej quer justificar sua frustração com a suposta discriminação que motivou ambas suas transferências com o fato de que prestou bons serviços naquelas unidades (hipótese primária). Ele inicia esse segmento tematizando tal fato, o que, se sua intenção é a de ilustrar o preconceito que sofreu, deverá ser seguido por um episódio de discriminação (hipótese secundária).

Como as hipóteses acima não se comprovaram, principalmente a secundária, avancemos na sequência daquele trecho, agora com Rosenthal (2014b, p. 245):

Será que o ‘servi ... por assim dizer’ não representa algo incompatível com um rebaixamento ou uma discriminação? Essa passagem de texto indica, em todo caso, que a discriminação como alemão no exército pode ser uma reinterpretação feita a partir de uma perspectiva adotada mais tarde.

Ou seja, as longas pausas e o riso nervoso expressam muito mais do que o conteúdo essencialmente vazio do micro-segmento em questão; a “unidade de sentido” (ROSENTHAL, 2017, p. 267) está no componente não-verbal da interação, o que convida a autora a retornar à hipótese primária sugerida no parágrafo anterior e acrescentar a ela a hipótese secundária de que o tema da discriminação sob os soviéticos não é compatível com suas vivências pessoais. Isso, por conseguinte, levará Sergej a vacilar na sua fala quando tentar ilustrar esse tema (hipótese secundária adicional) – ou o levará a tematizar exemplos de discriminação que seus pais sofreram, não ele (mais uma hipótese secundária adicional), como ele de fato faz em outros trechos (ROSENTHAL, 2014b, p. 243).

No espírito da análise comparativa constante (da MTFD), esse passo deve de fato ser um recurso ao qual o pesquisador pode retornar durante suas análises textuais nos passos dois a cinco (ROSENTHAL, 2014a, p. 226). Parte da justificção para isso é que

esse passo de análise é o único momento do MNB em que o dado – no caso um segmento ou suas partes constitutivas – é retirado de sua cadeia sequencial, sendo assim descontextualizado, e re-contextualizado em quantos campos temáticos diferentes forem possíveis de acordo com os sentidos ou usos comunicativos aceitáveis para aquela combinação específica de palavras ou gestos (ROSENTHAL, 2017, p. 267).

Percebe-se, então, o seguinte:

Esse passo da análise serve também para a verificação e para a ampliação do escopo das hipóteses desenvolvidas a partir dos resultados de fases anteriores da investigação. Isso não significa, porém, que a análise detalhada de uma passagem tem como princípio uma hipótese já formulada. Nela, também temos que suspender o resultado de interpretações e avaliações feitas anteriormente e, como em um procedimento sequencial e abduutivo, partir de um fenômeno empírico – nesse caso, a unidade textual simples – para desenvolver possíveis hipóteses e projetar suas conclusões. (ROSENTHAL, 2014a, p. 247)

Em outras palavras, apesar da flexibilidade desse passo, o rigor do MNB ainda deve ser respeitado, principalmente no que tange o princípio de sequencialidade.

3.2.3 Quinto Passo: Contraste Entre a História de Vida Narrada e a História de Vida Vivenciada

Essa é a etapa final da análise biográfica de caso. Percebe-se que até agora o tópico geral da pesquisa não foi abordado – detemo-nos a investigar somente a entrevista narrativa biográfica e os dados a ela adjacentes como se fossem um sistema fechado. De fato, o interesse de pesquisa inicial, como em uma redução fenomenológica, deve ser posto entre parênteses durante os quatro primeiros passos da análise com o MNB. Nesse

último, porém, o pesquisador finalmente retornará a ele para teorizar o que a análise biográfica de caso até agora sugeriria em relação ao tópico de pesquisa original.

Ao invés de usar a terminologia da MTFD tradicional, o MNB chama o processo de refinamento final das categorias elaboradas ao longo da pesquisa de “construção tipológica” (SANGALLI; RINALDI, 2018, p. 127). Ou seja, ao invés de conceito e propriedade conceitual, falamos sobre o *tipo* que uma determinada análise biográfica de caso representa dentro do contexto do tópico de pesquisa. A tipicidade aqui não é uma noção estatística, mas sim heurística, gestáltica ou topográfica:

não podemos determinar os casos sociais semelhantes em estrutura ou que pertencem à mesma tipologia apenas tendo em vista seus componentes; para isso é necessário voltar-se para a configuração desses elementos e para a sua relevância funcional para o todo. Compreendida a partir dessa visão estruturalista, e própria também à teoria Gestalt, uma construção tipológica significa reconstruir a “forma” (Gestalt) do caso social e as regras que fundamentam sua constituição, e não – como em uma construção tipológica descritiva – listar critérios de cada uma das características. (ROSENTHAL, 2014a, 32-33)

No quinto passo de análise, então, devemos identificar a Gestalt do caso biográfico porque é a ela que as ações do participante de pesquisa – aquilo que sociólogos interpretativos querem compreender e explicar – foram direcionadas em primeiro lugar, adquirindo assim funções e sentidos subjetivos (ROSENTHAL, 2017, p. 271). Afinal, a Gestalt do caso biográfico nada mais é do que o “mundo da vida cotidiano” (SCHÜTZ, 2019), ou seja, o campo temático “supremo” onde o sujeito pode agir socialmente ao colocar seu passado entre parênteses, relegando seu “motivo por que” (SCHUTZ, 1979) a uma função latente, e ao atender ao seu presente, dando uma função manifesta ao seu “motivo a fim de” (cf. também seção *Elementos Para Uma Sociologia Interpretativa*

Biográfica nesse capítulo). Em outras palavras, tendo identificado o campo temático da apresentação autobiográfica no presente (segundo passo) e o campo temático da vivência dos eventos biográficos no passado (terceiro passo), o pesquisador precisa nesse quinto passo descobrir em que *tipo de Gestalt* esses dois campos temáticos desempenhariam, respectivamente, uma função manifesta e uma função latente de manutenção da estrutura do mundo da vida do participante de pesquisa (ROSENTHAL, 2014a, p. 32; ROSENTHAL; FISCHER-ROSENTHAL, 2004, p. 259). Eis a compreensão da relação funcional entre as narrativas e as vivências biográficas que resulta do contraste sistemático dessas duas categorias; a primeira organiza a segunda enquanto que a segunda alimenta a primeira com material historiográfico, por assim dizer⁷².

Para ilustrar a aplicação prática da discussão teórica do parágrafo anterior, recorrei novamente ao caso de Sergej. A reconstrução de sua história de vida narrada e a reconstrução de sua história de vida vivenciada realizadas por Rosenthal (2014b) eram bastante diferentes entre si. Sua narração foi sobre discriminação étnica na URSS, mas sua vivência foi marcada por esforço profissional recompensado e integração mais-ou-menos constante na sociedade soviética.

Como isso é possível? Será que o entrevistado estava deliberadamente mentindo para a pesquisadora (hipótese primária)? Talvez ele estivesse tentando ganhar alguma ajuda como imigrante na Alemanha, o que provavelmente o levaria a desistir de participar da pesquisa depois de ver que não ganharia nada em troca (hipótese secundária). Já que

⁷²Rosenthal (2014b, p. 247) coloca isso da seguinte forma: “A relação dialética entre experiência, recordação e narração significa, portanto, o seguinte: as experiências situadas no passado não podem se apresentar ou oferecer aos biografados, no presente da recordação e narração, da maneira como foram vivenciadas, mas só da maneira como se oferecem, isto é, só na interrelação entre o que se oferece no presente da narração e o que a pessoa quer dizer. Mas não é só a situação narrativa que constitui a experiência que se apresenta no processo de narração e recordação; também o *noema* recordativo que se apresenta a partir da memória já determina previamente uma estruturação”. Para clarificar: o noema, na fenomenologia, é o tema que se apresenta à atenção consciente do sujeito, também conhecida como noesis (HUSSERL, 2006).

ele aceitou ser entrevistado não apenas uma, mas três vezes entre 2004 e 2007 (ROSENTHAL, 2014b, p. 246) – ou seja, mesmo depois de ter percebido que ganharia nada de substancial, ele se encontrou mais duas vezes com a equipe de Rosenthal –, podemos duvidar dessa última hipótese. Que Sergej talvez esteja omitindo algo pode, contudo, ainda ser verdade. Revisitaremos essa possibilidade em breve.

Podemos também encontrar uma linha de explicação para o contraste gritante entre a narração e a vivência nesse caso biográfico no que ele indica sobre a situação biográfica presente de Sergej:

narrativas biográficas informam tanto sobre o presente do(s) narrador(es) quanto sobre seu passado e sua perspectiva em relação ao futuro. Até mesmo narrativas fictícias, portanto histórias inventadas, que servem para encobrir vivências ou reescrever a própria biografia, têm seu teor de realidade no sentido de que, por um lado, participam da criação da realidade presente e, por outro lado, contêm vestígios da realidade ou do passado negados. (ROSENTHAL, 2014b, p. 247)

Dada a reflexão acima, lembremos que Sergej e sua esposa não tiveram suas formações reconhecidas pelo governo alemão, o que rebaixou seus status profissionais (ROSENTHAL, 2014b, p. 246). Nesse sentido, ele pode querer se apresentar como um forasteiro que sofreu no passado *porque* ele é um forasteiro que sofre no presente (hipótese primária). E se a situação biográfica presente está de fato colorindo sua recordação e estruturando sua narração de forma que suas funções manifestas são “descobrir situações em seu passado que documentem uma discriminação” e “ver seu passado no campo temático da discriminação” (ROSENTHAL, 2014b, p. 245-246), então a função latente dessas ações pode ser a de mantê-lo “empenhado em interpretar a migração como uma decisão biográfica correta ou necessária” (hipótese secundária).

Nessa mesma linha de raciocínio, poderíamos supor também que essa função latente da recordação e da narração enviesadas teve sua sociogênese logo antes ou logo depois da mudança para a Alemanha porque ela o protegeu de alguma sobrecarga emocional. E de fato, como Rosenthal (2014b, p. 246) identifica, as condições que o levaram a decisão de migrar para a Alemanha podem ter sido desagradáveis para ele tanto por causas geopolíticas – já que ele era empregado do estado soviético, trabalhando inclusive em unidades militares cujos nomes e localizações ele não quis revelar à entrevistadora (talvez por confidencialidade), logo a Perestroika pode tê-lo prejudicado – quanto por causas familiares – seu pai não gostava da e não queria ir para a Alemanha e sua esposa, insatisfeita, se mudou de volta para a Rússia.

Não bastasse que as hipóteses acima desfrutassem apoio empírico, elas também convergem no tópico de pesquisa geral daquele estudo (imigração na Alemanha). Nem sempre isso acontece com tanta facilidade em aplicações do MNB (no caso dessa dissertação, meu entrevistado que tematizou o BDT-POA, meu objeto de pesquisa, sem que eu tivesse perguntado), mas nesse exemplo, e como isso cabe também ao quinto passo de análise, já se pode colocar perguntas de pesquisa direcionadas para fora do caso biográfico individual. Ou seja, as hipóteses convidam a construção tipológica para concluir a análise biográfica de caso.

Aqui, então, questionemos: o caso de Sergej é um caso de que tipo de experiência migratória? O MNB não pode responder por todos os migrantes, ele não tem pretensões estatísticas, mas certamente pode responder por aqueles cujas entrevistas narrativas biográficas foram devidamente analisadas – o que já abre um produtivo caminho a ser trilhado se o que buscamos é a compreensão das especificidades dos processos sociais de construção da realidade. Ou seja, a análise biográfica do caso de Sergej já pode se distinguir de muitas pesquisas sociais empíricas que retratam fenômenos como a

migração de uma forma homogênea, anacrônica e culturalmente descontextualizada, pois aqui o que fica claro é justamente a heterogeneidade desse campo empírico, cuja textura é sentida somente a nível microssocial (ROSENTHAL, 2012). Nesse sentido, é notável que Sergej entrelace sua experiência “emigratória tardia” (ROSENTHAL, 2014b, p. 233, n. 5) com suas experiências de vida mais antigas de uma forma tão superficial (por meio de argumentações e descrições truncadas e nenhuma narração substancial) porque essa é uma escolha extremamente pessoal e recente.

Ele poderia ter reinterpretado seu passado diferentemente ou o deixado como estava, mas o tipo de migrante tardio que Sergej representa, quando confrontado pela “virada biográfica” causada tanto pela migração quanto pela total falta de reconhecimento de sua extensa formação acadêmica – uma das âncoras de sua identidade – por parte do governo do novo país (ROSENTHAL, 2014b, p. 237, 239), emprega uma estratégia de “estruturação biográfica” (FISCHER-ROSENTHAL, 2001 – tradução minha) particular. Ao invés de explorar narrativamente aquela frustração profissional recente (cf. hipótese 2.1 na explicação do terceiro passo), ele reinterpretou sua vivência na URSS como uma experiência de discriminação étnica, um campo temático estranho a sua vivência original, porque, como induzido acima, na sua situação biográfica presente ele se sente discriminado etnicamente, mas mesmo assim precisa justificar para si mesmo seu motivo para migrar.

Por um lado, a escolha de Sergej pode fazê-lo parecer alguém que tenta justificar suas decisões apesar de qualquer constrangimento, beirando a teimosia. Por outro, contudo, a sociologia interpretativa biográfica revela que o campo temático que ele recentemente inseriu na sua Gestalt biográfica é uma construção social perfeitamente funcional. Assim, escreve Rosenthal (2014b, p. 233):

Nossa investigação empírica desse grupo de migrantes deixou claro que aqueles de etnia alemã emigrados da ex-União Soviética para a Alemanha já reescreveram ou tiveram de reescrever várias vezes – por causa da situação histórica cambiante e os equilíbrios de poder desigual também cambiantes a ela associados – suas histórias de família e de vida em conformidade com os respectivos discursos dominantes na sociedade (ou na situação). Com isso, um envolvimento num processo recordativo não só é dificultado, mas provavelmente também seria sentido como ameaçador.

Percebe-se no parágrafo anterior, então, que complementar a análise biográfica de um caso por meio da comparação com outros é muito produtiva. Como essa dissertação foi dedicada a apenas uma análise completa, essa comparação não pôde ser realizada (mas cf. capítulo de resultados). De qualquer forma, e para finalizar o capítulo atual, saliento que isso deve ser feito somente no final do quinto passo, de acordo com os preceitos da MTFD – os mesmos que permitem a consulta extensa da literatura relevante também somente agora no final da análise. Assim, é proveitoso que se busque conceitos que dialoguem com a tipologia construída com o caso analisado (um exemplo disso é a qualificação teórica de Sergej como um “emigrante tardio”; ROSENTHAL, 2014b, p. 233, n. 5).

4 RESULTADOS

Tendo considerado todos os componentes que informaram essa pesquisa, como seu objetivo, sua justificativa, seu contexto teórico e investigativo e sua metodologia, finalmente discorrerei sobre seus achados. Este capítulo foi dividido em quatro partes. Na primeira, informarei o leitor sobre como foi o primeiro contato e a entrevista com Antônio que serviu de base para a análise empírica. Depois, essa análise, que chamaremos de *reconstrução biográfica de caso*, será apresentada em três seções – as duas primeiras serão dedicadas aos processos de “socialização primária” e de “socialização secundária” (BERGER; LUCKMANN, 2004) e a última resumirá os principais processos interpretativos que marcaram a vida de Antônio.

Os principais resultados apresentados no presente capítulo serão o objeto da discussão tipológica no próximo e último capítulo, onde demonstrarei a importância teórica dos frutos dessa pesquisa no contexto da literatura especializada em BDTs. Ou seja, a reconstrução biográfica de caso que doravante veremos nos informará mais tarde sobre que tipo de caso a experiência de Antônio com o fenômeno social ‘banco de tempo’ representa.

4.1 PRIMEIRO CONTATO E ENTREVISTA

No reflexo dos óculos de leitura de Antônio (pseudônimo), eu enxergava minha própria imagem em miniatura, enquadrada pela tela do celular que ele segurava. Era a mesma imagem que via no topo direito da tela do meu computador. Ela continha, em primeiro plano, meu rosto (jovem, branco, olhos castanhos, barba feita, cabelo curto) e a metade de cima da camisa de flanela vermelha e preta que vesti por cima de uma camiseta branca, cuja gola estava visível. Atrás do meu ombro esquerdo, via-se a porta fechada do banheiro do meu quarto, mostrando o símbolo de unissex que coleí na adolescência. Uma estante de livros no meio de duas prateleiras com itens variados de decoração esta visível em terceiro plano.

Antônio estava sentado em um sofá verde-escuro que estava encostado na parede branca de sua sala de estar. Ele vestia uma camiseta branca por baixo de um suéter azul-marinho de gola vê. Seu rosto, iluminado por uma lâmpada de luz branca no teto que realçava sua leve palidez, revelava múltiplas décadas de vida apenas nas partes grisalhas da barba, que por sua vez combinavam com alguns fios dispersos em seu cabelo preto, puxado por um rabo de cavalo.

“Seria uma conversa bastante informal que poderíamos ter tanto por Zoom (ou outro programa de chamada por vídeo) quanto presencialmente”, eu escrevi no convite para essa entrevista. A verdade, porém, é que fiquei feliz quando ele não demonstrou preferência de formato – afinal, eram tempos pandêmicos em agosto de 2021. Uma conversa por Zoom seria mais seguro, cômodo e, de certa forma, analiticamente proveitoso, pois permitiria que eu gravasse a interação por vídeo além do áudio.

Dos quatro indivíduos que contatei por mensagem no Facebook (escolhidos porque suas manifestações no grupo do BDT-POA nessa mesma rede social sugeriam que eles haviam feito trocas com outros membros), Antônio foi um dos três que me responderam e que entrevistei. Devido ao escopo dessa dissertação de mestrado, e

também porque ele esteve envolvido na organização do BDT-POA, além de ter sido um usuário que fez trocas, elegi analisar apenas o seu caso, reservando as entrevistas que gravei com as outras duas pessoas para um próximo projeto de pesquisa.

Antônio foi breve durante nosso contato eletrônico inicial. Primeiro respondeu à minha mensagem de recrutamento (cf. capítulo de metodologia) apenas com um “Olá”, o que me fez esperar por algo a mais até o dia seguinte. Quando perguntei se ele teria disponibilidade para a conversa, recebi mais uma resposta breve (“Acredito que sim”), o que me fez descartar a ideia de deixá-lo a vontade para escolher uma data e horário. Dei-lhe algumas opções específicas e assim agendamos a entrevista sem que ele falasse mais de cinco palavras por vez.

Sua brevidade e demora ocasional para me responder começou a me fazer pensar que ele era muito ocupado e talvez um pouco relutante em participar da pesquisa. Porém, o *emoji* de punho erguido, como o gesto popularizado pelos Panteras Negras, que ele enviou quando agradei o seu comprometimento e disse que enviaria o link do Zoom na data combinada me fez questionar minha primeira impressão. Sua última mensagem na foi breve, mas simpática e até um pouco carismática.

Só voltamos a se comunicar quando enviei um lembrete pelo Facebook no dia anterior à entrevista, que ele deu um *like*, e quando avisei alguns minutos depois do horário marcado que eu já estava na sala do Zoom – mensagem essa que ele respondeu dizendo que teria apenas 30 minutos porque seu bebê iria acordar logo. Preocupado, perguntei se ele teria mais tempo disponível no dia seguinte. Sem me responder diretamente, ele perguntou se 40 minutos seriam suficientes. Eu disse que não, mas que poderíamos continuar de onde parássemos outro dia. Ele disse estar de acordo.

Quando Antônio entrou na sala virtual para a entrevista, eu o cumprimentei e perguntei se poderia gravar a conversa. Ele respondeu que sim. A transcrição da entrevista portanto inicia da seguinte forma (cf. tabela com a legenda dos códigos no Anexo A):

Entrevistador: T:á bom, não beleza só: acho que vai aparecer uma coisa pra ti aí

Antônio: Já aceitei aqui. É eu tô habituado a gente usa bastante o Zoom num, num outro grupo aí de trabalho grande que a gente têm

Minha segunda impressão dele até aqui era positiva; ele parecia receptivo e disposto a me ajudar como pudesse na capacidade de participante de pesquisa. Talvez esse seu primeiro comentário indicasse confiança, arrogância ou até medo de que eu imaginasse que ele não soubesse usar aquele programa de vídeo-chamada porque ele era mais velho que eu. Talvez, também, ele indicasse nada disso. De qualquer forma, seu comportamento era tranquilo: enquanto falávamos, ele descansava a cabeça na palma da mão esquerda enquanto apoiava o cotovelo desse mesmo lado no encosto do sofá (uma posição a qual retornou diversas vezes ao longo da conversa).

Logo depois do diálogo acima, solicitei a ele que me contasse sua história de vida e a história de sua família. Ao longo desse capítulo, reproduzirei partes do seu relato biográfico inicial assim como de suas respostas às minhas perguntas na segunda e na terceira parte da entrevista (cf. discussão sobre as etapas da entrevista narrativa biográfica no capítulo de metodologia). De qualquer forma, posso resumir a interação como amigável, porém um pouco limitada em termos de informações sobre a família de Antônio (muitas das quais eu pude descobrir mais tarde, nas redes sociais e em outros sites da internet). De fato, o campo temático que chamarei de “militância” foi dominante na auto-apresentação biográfica do entrevistado. Seus vários projetos enquanto líder comunitário e militante em movimentos sociais, particularmente os estudantis, são de extrema relevância para a forma na qual ele tomou decisões em sua vida e como ele interpreta a

interpreta como um todo organizado em volta de causas políticas – ou pelo menos essa é a noção que ele quis me passar, com um certo sucesso, quando conversamos.

Em outras palavras, o campo temático “militância” é onde residem temas ou significados fundamentais no mundo da vida de Antônio, que portanto orienta suas ações com base neles. Antônio age de forma a reforçar, para si e para os outros, sua confiabilidade enquanto militante e líder comunitário – o que para ele também acaba envolvendo o obscurecimento de erros e arrependimentos pessoais. A estrutura de sua autoapresentação biográfica – que não só o serviu durante a entrevista, mas também, como a reconstrução da história de vida vivenciada sugere, serve-o em outros momentos cotidianos – é o gradiente do campo temático “militância” que conta com temas centrais como grêmio estudantil, movimento universitário, o Orçamento Participativo, estágio em ONGs, instituições comunitárias e educacionais e, agora cada vez mais próximo da margem, suas amizades e relações interpessoais positivas com outros militantes.

Como demonstrarei nas próximas três seções, a reconstrução biográfico do caso identificou, de fato, o papel estruturante que o campo temático “militância” detém nos processos interpretativos de tomada de ação na vida de Antônio, mas esse papel não se deve somente ao seu comprometimento com causas políticas. Antes, estas causas servem de meio para que ele crie e mantenha laços interpessoais significativos, os quais ele desde cedo interpretou como escassos em seu círculo familiar, levando-o a se ver como o responsável por protege-los dentro, mas também busca-los fora, desse círculo. Em outras palavras, de acordo com minha análise, se a biografia de Antônio, como de qualquer indivíduo, “é a história de suas relações com os outros” (BERGER; BERGER, 1983, p. 57 - tradução do autor), então as relações mais importantes nessa história são aquelas em que Antônio teve função de cria-las, conciliando seus dois lados.

4.2 SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA: ENTRE PAIS DESVIANTES E O PAPEL DE RECONCILIADOR

Como todo indivíduo, a socialização intensa pela qual Antônio passou sob os cuidados dos adultos mais presentes durante sua infância, seus pais, foi crucial para a formação dos interesses e do conhecimento que ele cultivou durante toda sua vida (BERGER; BERGER, 1983, cap. 3; COOLEY, 2003). Começarei a apresentar os resultados, portanto, suscitando uma compreensão das vivências inaugurais do participante de pesquisa que se mostraram mais relevantes na reconstrução biográfica desse caso.

Antônio nasceu em 1980, na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Seus pais – Jussara (pseudônimo), 22, professora das séries iniciais e Roberto (idem), 30, profissional autônomo – não tinham e nem tiveram outros filhos. Quando não estava em seu apartamento, aprendendo a tocar violão com seu pai enquanto sua mãe trabalhava, ou passeando pelos parques e praças do centro da cidade, região em que moravam, o pequeno Antônio poderia ser encontrado jogando futsal na Associação Cristã de Moços (ACM) ou nas salas de aula do Colégio Estadual Paula Soares, onde ele também fazia parte do grêmio estudantil.

Ao completar os cinco passos de análise do MNB (cf. capítulo de metodologia), determinei que Antônio vivenciou seu núcleo familiar, na época, como pequeno ou limitado e também um pouco frágil e instável. Por um lado, seus pais não eram um casal feliz (é inclusive muito plausível que Antônio tenha sido uma gravidez acidental) e mesmo que não se desgostassem por completo, sendo capazes de viverem juntos durante a infância do filho, eles eventualmente se separaram quando este era adolescente. Por outro lado, a família estendida de Antônio vinha carregada de distanciamentos emocionais e geográficos, cujo peso provavelmente influenciou na dinâmica matrimonial

de Roberto e Jussara. Apesar disso, Antônio compensava sua solidão se envolvendo em diferentes grupos, como visto, dentro e fora da escola e se agarrando aos laços que tinha com seu pai e com sua mãe, especialmente quando havia condições adversas a isso. Em outras palavras, Antônio tomou para si o papel de *reconciliador de grupos*, gradualmente e muitas vezes sem perceber, porque foi o que lhe permitiu compreender seu “mundo da vida” (SCHÜTZ, 2019), incluindo os tipos de ação social que ele poderia tomar dentro deste. No restante dessa subseção, exploraremos os processos interpretativos que levaram à essa “adoção de papel” (MEAD, 1972b, p. 182 - tradução minha) ou “sociogênese” (ELIAS, 2011, cap. 1) dessa “conduta” (SCHÜTZ, 2019, p. 16).

Voltemo-nos, primeiro, à segunda parte do argumento apresentado acima. Que condições adversas seriam aquelas? Trata-se do seguinte: Antônio aprendeu cedo que seus pais eram considerados diferentes de suas respectivas famílias. Eles eram fora dos padrões esperados. Para usar a terminologia das ciências sociais, eles eram “desviantes” (BIROLI, 2014, p. 65), um status ou interpretação compartilhada que tanto seus familiares quanto eles mesmos reforçavam de diversas formas. O problema, claro, é que o “estigma” (GOFFMAN, 2008) de desviante tem efeitos psicossociais negativos que até uma criança perceberia em seus pais e que, no caso de Antônio, levou-o a querer reconciliar seus pais com seus familiares, depois seu pai com sua mãe e vice-versa, e talvez também com ele, Antônio (se ele se interpretasse como culpado nos problemas matrimoniais do casal, como muitas crianças fazem, ou se seus pais fossem duros com ele por mau comportamento). Gradualmente, então, e em grande parte inconscientemente, Antônio se tornou O Reconciliador antes de O Militante. Mas por que ele teria interpretado seus pais como desviantes quando ele era criança? Começaremos por Roberto, que era talvez o mais desviante dos dois.

O mais novo de cinco irmãos, ele nasceu em 1950 numa família de fazendeiros na cidade de Santa Verônica, região sudeste do Rio Grande do Sul⁷³. O patriarca da família havia herdado a profissão de moageiro de seu pai, o bisavô de Antônio, e expandido as atividades do negócio familiar de processamento de grãos/produção de farinha para outros ramos da agricultura. Isso permitiu que *quase* todos seus filhos cursassem a faculdade. No âmbito nacional assim como no regional, contudo, a época era de mudanças decisivas para os processos de industrialização e de instabilidade política que marcariam a segunda metade do século (BUENO, 2013, cap. 30–31) – processos dos quais a família do pai de Antônio não saíram ilesos.

O ano do nascimento de Roberto, 1950, seria o último do general Eurico Gaspar Dutra na presidência; no próximo, seu antecessor Getúlio Vargas o sucederia. Brasil de 52 milhões, 8% dos quais eram gaúchos (IBGE, 1956), o país votaria para devolver o gabinete mais importante do governo federal àquele que o deteve por 15 anos antes de ser deposto pelos militares em 1946⁷⁴. Dutra havia sido Ministro da Guerra do presidente Vargas depois de ser um de seus aliados mais importantes no movimento que estabeleceu

⁷³ É provável que os avós ou bisavós de Roberto tenham sido poloneses que imigraram para lá no final do século XIX, mais-ou-menos no mesmo período em que alemães, italianos, japoneses e libaneses também se mudaram para o RS (GERTZ, 2011). “Distingue-se [nesses grupos] o bilinguismo, com o emprego de um idioma estrangeiro como língua doméstica, alguns hábitos que ainda os vinculam a suas matrizes europeias e, sobretudo, um modo de vida rural fundado na pequena propriedade policultora, intensivamente explorada, e um nível educacional mais alto do que o da população gera” (RIBEIRO, 2015, p. 318). De fato, a família de Roberto era de agricultores e tinham uma média de nível educacional alta, como veremos.

⁷⁴ O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) encabeçou a campanha de retorno de Vargas diretamente da capital gaúcha, acrescentando ao pleito dos “queremistas” (como foi chamado o movimento) nomes que reaparecem na história do Brasil e do RS. Assim, Leonel Brizola conseguiu a reeleição para a Assembleia Legislativa (recebendo o maior número de votos dos 21 deputados eleitos); Ernesto Dornelles, primo de Vargas, foi eleito governador; e, por fim, Alberto Pasqualini venceu a corrida para o senado (BRAGA et al., 2004, p. 285). Além de ser “berço do trabalhismo [brasileiro]” (PESAVENTO et al., 1991, p. 94), eu sustentaria que o queremismo foi particularmente importante no Rio Grande do Sul porque ele aponta para uma certa nostalgia pelo varguismo inicial que transformou tal estado em um protagonista nacional. “Tanto na política quanto na economia da República Velha, o Rio Grande do Sul constituiu uma anomalia: economicamente, não se orientou essencialmente nem para exportação nem para a subsistência; politicamente, não foi nem um Estado dominante (no sentido em que o foram Minas Gerais e São Paulo), nem um estado-satélite. As suas peculiaridades deram aos seus estadistas a oportunidade de participar das decisões políticas mais importantes da segunda metade da República Velha e, finalmente, de *presidir* à liquidação do regime” (LOVE, 2019, p. 73–74 - ênfase minha).

o Estado Novo em 1937: “um golpe dentro do golpe que fora sua eleição indireta [de Vargas JP] em 1934, dado após o golpe revolucionário de 1930” (BUENO, 2013, cap. 29, parag. 1). O período entre 1946 e 1950 na história brasileira foi portanto um interregno em que o trabalhismo de Vargas, protetor dos investidores nacionais, começou a ser substituído pelo liberalismo, levando o país em direção ao modelo de substituição de importações por meio da parceria do governo com investidores internacionais (FERREIRA, 2019, p. 26, 68).

É certo que, aos quatro anos de idade, Roberto tenha ignorado completamente os eventos que levaram à mudança ideológica do desenvolvimentismo nacional, mas é igualmente certo que, aos 14, os efeitos desta ele não pôde ignorar (cf. DOMINGUES, 2017, p. 345). Eis os eventos mencionados: Vargas, acusado de ser mandante da tentativa de assassinato do jornalista de direita Carlos Lacerda, suicida-se em 1954 diante da pressão militar e midiática. Sua última ação e manobra política – uma automartirização em que proclama “sai[r] da vida para entrar na História” (VARGAS, 2012, p. 147) – pode ter atrasado o golpe ditatorial que se armava em 10 anos, mas deixou o controle da onda desenvolvimentista nas mãos do próximo presidente, Juscelino Kubitschek⁷⁵. Com seu plano de metas “50 anos em 5”, JK convidou investidores europeus e norte-americanos a, por exemplo, desenvolver o mercado automobilístico no Brasil (BUENO, 2013, cap. 31). Nesse período de “industrialização pesada” por meio do financiamento conjunto do

⁷⁵Como Eduardo Bueno (2013, cap. 30) coloca: “Vivo, Getúlio Vargas comandara por quase 20 anos os destinos do Brasil. Morto, projetaria sua sombra e sua influência até o alvorecer da sexta década do século que, no Brasil, foi quase inteiramente dele”. Mas para ser claro quanto ao golpe que Getúlio teria afastado ao morrer e compadecer tantos brasileiros, por exemplo, de forma em que “Porto Alegre se viu particularmente abalada [...]. O povo saiu às ruas e investiu contra a sede de jornais e partidos que criticavam a política getulista, incendiando e depredando suas sedes assim [sic] como a dos bancos que tinham filiais em Porto Alegre; sofreram ataques o jornal *O Estado do Rio Grande* a *Rádio Farroupilha*, a *Rádio Difusora*, as sedes do Partido Libertador e do Partido Social Democrático”. Não houve golpe pela tomada antidemocrática do governo, porém houve um “golpe preventivo” em 11 de novembro de 1955 liderado pelo general legalista Henrique Teixeira Lott que defendeu a vitória nas urnas de JK em meio há episódios de insurreição militar e descontentamento público de políticos (com pedidos de mudança ao sistema eleitoral) em decorrência da também vitória do vice-presidente eleito, o sindicalista João Goulart (BUENO, 2013, cap. 31).

Estado com o capital estrangeiro (FERREIRA, 2019, p. 26), a demanda por matérias-primas e alimentos aumentou anualmente, mas quem vivia da terra, como o núcleo familiar do pai do meu entrevistado, não necessariamente se beneficiou, pois logo quando o setor agrícola teve a chance de se modernizar, o lucro que ele ajudou a gerar foi redirecionado para as fábricas na forma de investimentos público e privado⁷⁶ (TAVARES, 1982, p. 132–135).

Perto do fim do mandato que valeu por dez (de acordo com JK), um evento nada trivial ocorreu na vida de Roberto, mudando-a para sempre. Seu filho Antônio recontou esse “momento de virada biográfica” (ROSENTHAL, 2014b, p. 237) sessenta anos depois da seguinte forma na nossa entrevista:

O meu pai era um cara que não tinha muito estudo assim. Ele estudou até a quarta série, e aí quando era adolê- jovem, muito jovem, tinha que trabalhar no engenho do meu avô. Essas coisas assim de- de pra fora né. Aí meu avô morreu. Os engenhos, empresa de arroz, açougue, tudo os irmãos que cuidavam e aí meu pai sei lá tinha os papéis dele lá só que os meus tios, como já eram mais velhos [...], todos já tavam fazendo suas faculdades. Meu pai era muito menor [...]. Todos se tornaram caras ricos, criadores de gado, médicos no interior. Meu pai era o único pobre porque não estudou e não ficou com nada.

Evadir a escola tão cedo enquanto seus irmãos se consolidavam em profissões de prestígio certamente contribuiu para a “construção social” (BERGER; LUCKMANN,

⁷⁶ De fato, um estudo da época ajuda a dar mais nitidez à realidade sendo vivenciada. Ele mostra que plantio e o processamento de tabaco que, a saber, cresceu muito nos arredores de Santa Verônica na época de interesse, permitindo assim que, a partir de 1949, o RS superasse o nível de produção da Bahia, historicamente líder dessa indústria até aquele momento (ALONSO, 1958, p. 295, 304). Tais mudanças podem ter levado primeiro à uma esperança de que haveria crescimento duradouro para os moradores da região, mas depois à uma decepção generalizada já que logo depois veio uma desaceleração brusca no desenvolvimento, como aponta Maria da Conceição Tavares (1982, p. 92 - ênfase minha): “De modo geral, verificou-se um aumento considerável no peso relativo das indústrias mecânicas, metalúrgicas, de material elétrico, de material de transporte e química [...]. O grupo como um todo aumentou a sua participação [no valor da produção total das indústrias de transformação] de 22% em 1949 para 38% em 1958 e 41% em 1961. O contrário se passou com as indústrias tradicionais, de alimentos, bebidas, fumo, couros e peles, têxtil, vestuário, madeira, mobiliário e editorial, cuja participação total passou de 70% em 1949 para [...] 49% em 1961”.

2004) de Roberto enquanto o desviante da família, mas esse não é o participante de pesquisa. O que queremos saber é o seguinte: como será que o pequeno Antônio aprendeu que seu pai “era o único pobre” em sua própria família “porque não estudou e não ficou com nada”? Talvez não seja possível responder isso com precisão, mas podemos contemplar algumas hipóteses sobre as consequências interpretativas desse momento ou coleção de momentos. A respeito, então, do contraste entre a forma na qual Antônio comunica essa interpretação (ou seja, essa argumentação ou teoria pessoal acerca tanto do status de seu pai perante a sociedade, incluindo sua família, quanto a causa desse status) e as formas mais prováveis nas quais ele poderia ter desenvolvido tal interpretação, destaco as seguintes considerações: dentre outras interpretações possíveis, Antônio poderia ter visto seu pai como (hipótese-1) culpado pelo fato de que eles não tinham uma vida tão abastada de posses quanto poderiam; (h-2) vítima de uma injustiça cometida pelos tios; ou (h-3) vítima de uma injustiça cometida por uma força maior que qualquer indivíduo, como o sistema capitalista, Deus, o cosmos probabilístico e etc.

A primeira hipótese é rapidamente descartada porque sua consequência em termos de ação prática seria algum afastamento sério de e/ou expressão hostil em relação a Roberto durante a entrevista, sendo que nada do tipo aconteceu. Se seguirmos a sequencialidade da entrevista, inclusive, duas linhas depois do trecho reproduzido no penúltimo parágrafo, Antônio afirma que mesmo que seu pai tenha deixado a escola depois da quarta série ele ainda era “uma das pessoas mais inteligentes que [ele] conhec[eu]”. A segunda hipótese, ou qualquer variante dela, é improvável porque ela implicaria em consequências como expressões hostis em relação aos tios paternos por parte do entrevistado, o que não ocorre. Ele inclusive relata mais cedo na entrevista que morou com um desses tios por um ano depois da faculdade, algo que analisaremos na próxima subseção acerca da socialização secundária de Antônio. E também não é claro se o

egresso escolar de Roberto foi algo que poderia ter sido evitado. Aqueles não eram tempos de crescimento econômico no primeiro, mas sim no segundo setor, logo se ele passou a trabalhar em tempo integral na fazenda da família em 1961 (agora encabeçada por um dos irmãos mais velhos), então é provavelmente porque Roberto precisava fazer isso para sobreviverem⁷⁷.

Finalmente, então, a terceira hipótese é a mais provável porque aquele tipo de interpretação poderia suscitar tanto posicionamentos neutros em relação ao passado de seu pai, sem procurar um culpado, quanto posicionamentos políticos próximos ao anticapitalismo. Ambos esses posicionamentos são demonstrados por Antônio nas redes sociais, na entrevista e em eventos mais tarde na cronologia de sua vida.

Mais importante até do que as considerações anteriores, entretanto, é a consequência de que Antônio tenha passado a ver seu pai como um desviante na sua própria família e na sociedade de certa forma. Mas Antônio não estigmatizou Roberto; ao contrário, ele passou a proteger as virtudes de seu pai (ênfatizando em nossa entrevista, por exemplo, a inteligência desigual que ele acredita que seu pai tinha justamente porque presumiu que eu o julgaria como menos inteligente depois de escutar que ele estudou “só” até a quarta série). Assim, conscientemente ou não, o participante de pesquisa anexou um novo sentido ao seu campo temático do mundo da vida (cf. discussão teórica na primeira parte do capítulo de metodologia). Tal sentido era a direção pela qual sua atenção poderia agora escapar da interpretação subjetiva de que seu pai era uma vítima de algo fora do controle de qualquer um para a nova interpretação subjetiva de que ele, Antônio, poderia controlar esse algo mesmo que só um pouco. Como? Ora, reconciliando aqueles que estigmatizam seu pai com a pessoa real e virtuosa que ele, enquanto filho, conhece. Eis o

⁷⁷ Para agravar a situação, a legislação brasileira não conferia pensão ou qualquer outra forma de assistência às viúvas de trabalhadores rurais, algo que só mudou nos anos 1970 (FERRANTE, 1976, p. 191).

que pode muito bem ter sido a “sociogênese” (ELIAS, 2011, cap. 1) do papel de reconciliador que Antônio adotou em algum momento de sua socialização primária, ou pelo menos um dos momentos-chave na sua “construção social”⁷⁸ (BERGER; LUCKMANN, 2004).

Mas a identidade de desviante carregada pelo pai de Antônio não se resume aos fatos discutidos acima. Aos 15 anos de idade, em 1965, Roberto se mudou para Porto Alegre (POA) com sua mãe. Eles eram meros grãos na verdadeira tempestade de areia que foi a “urbanização caótica” do Brasil, como caracteriza Darcy Ribeiro (2015, p. 150), um país cuja “população urbana salt[ou] de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões, em 1980”⁷⁹. POA era uma das cidades que testemunharam essa mudança demográfica; ela “se revela[va] aos olhos de seus habitantes como uma cidade cosmopolita” (PESAVENTO et al., 1991, p. 95), com mais de meio milhão de habitantes (RIBEIRO, 2015, p. 151) e com atrativos para a mocidade urbana⁸⁰.

Chegamos aqui ao elemento que talvez mais justifique o estigma de desviante atribuído ao pai de Antônio, pois apesar de ter que enfrentar “um dos mais violentos êxodos rurais, tanto mais grave porque nenhuma cidade brasileira estava em condições de receber esse contingente espantoso de população” (RIBEIRO, 2015, p. 150), Roberto encontrou na cidade uma forma de explorar sua autenticidade e sua rebeldia, ou aquilo

⁷⁸ E de fato isso foi uma construção social porque foi por meio do aprendizado com os outros que Antônio compreendeu o significado do status de desviante de seu pai.

⁷⁹ Justamente o período de 40 anos em que se edificam as condições materiais e simbólicas, o “estoque de conhecimento” (SCHUTZ, 1979, p. 73), disponibilizados a Antônio no momento de seu nascimento em 1980. Ou seja, ele herdou o que seus pais construíram financeiramente, socialmente e intelectualmente nessas quatro décadas.

⁸⁰ “A partir de 1965 começa o ciclo dos festivais no Rio Grande do Sul. Esses festivais ocorriam em colégios e em faculdades. Durante a efervescência de 1968, o ArquiSamba [festival de música popular brasileira da Faculdade de Arquitetura da UFRGS] era considerado o maior festival do Rio Grande do Sul. As apresentações tinham, notavelmente, uma inspiração do que acontecia nos festivais nacionais e as performances com tendências tropicalistas” (SOUZA, 2006, p. 27). “Eram os tempos da ‘velha guarda’, com alguns espaços alternativos para jovens músicos e compositores, como por exemplo, o festival Musipuc – festival de música da Pontifícia Universidade Católica do RS – e o festival de rock no colégio Estadual Júlio de Castilhos. Mas 1975 foi considerado o ano da virada a partir da formação de bandas com influências do rock e do gauchismo” (PEREIRA, 2006, p. 81).

que outros poderiam ver pejorativamente como um desvio⁸¹. Mais especificamente, na sua adolescência em POA, Roberto formou amizades com o grupo que ficou conhecido como “os matrizeiros”, possivelmente o precursor da “gangue da Matriz”, que adquiriu notoriedade criminosa em 1986 quando sete de seus integrantes assassinaram um veranista de 16 anos que caminhava com outro menino e uma menina na Avenida Central do então-distrito de Capão da Canoa, Xangri-Lá (hoje um município), no litoral do RS (JORNAL A HORA, 2016).

Dois pontos nos interessam aqui: primeiro, mesmo que os matrizeiros dos anos 1960 tenham sido menos agressivos do que seus eventuais sucessores, é notável que eles, digamos, não tenham sido santos⁸². O segundo ponto é que ter sido membro desse grupo foi muito relevante para o desenvolvimento da identidade de Roberto, como sugerido pelas postagens dos últimos dez anos que seus amigos fizeram nas redes sociais. Essas mesmas postagens evidenciam a proximidade de Antônio com tais amigos de seu pai, uma proximidade que provavelmente foi nutrida ao longo de festas, churrascos e outras ocasiões em que eles contavam histórias sobre os “tempos heroicos”, como diria Kaiser

⁸¹ Se essa leitura da situação carrega um quê de caricatura é porque o pequeno Antônio provavelmente interpretou muitas ações de seu pai sob essa luz idealizadora (lembrando que a atual análise se trata de uma sociológica interpretativa, ou seja, que tenta compreender a interpretação dos sujeitos que participam da pesquisa).

⁸²Esse tipo de grupo urbano é um velho conhecido da sociologia desde a Escola de Chicago, por motivos como os sugeridos no seguinte trecho: “Entre os exemplos mais interessantes de colonização em terras públicas estão as tentativas dos jovens de demarcar ruas [e, nesse caso, praças] como seus territórios abertos apenas a membros de sua própria panelinha e defendidos contra a invasão de grupos rivais. Sujeitos sempre ao assédio oficial da polícia e à interferência de outros adultos que reivindicam as ruas como territórios públicos, os jovens resolvem o dilema redefinindo os adultos como não-pessoas cuja presença aparentemente violadora no ‘terreno’ dos jovens não desafia a propriedade destes últimos. As ruas são mais vulneráveis à colonização dessa maneira e, de fato, como os primeiros estudos dos sociólogos de Chicago ilustraram tão bem, ruas e aglomerados de ruas justapostas tornam-se áreas de residência não-oficiais para todos aqueles grupos que precisam de um espaço relativamente isolado [ou delimitado], mas aberto, para exercer seus interesses ou manter suas identidades” (LYMAN; SCOTT, 1989, p. 25 - tradução minha). O que não quer dizer que os matrizeiros não tenham feito o bem, pois em 1961, os matrizeiros, assim como tantos outros grupos de cidadãos, participaram da Campanha da Legalidade acampando durante dias em apoio ao então-governador Leonel Brizola na Praça da Matriz, em frente da qual fica a sede do governo estadual, o Palácio Piratini. Isso foi apenas quatro anos antes da chegada do pai do entrevistado à cidade, então ele certamente conheceu ao menos alguns dos matrizeiros legalistas. Agradeço à Naida Menezes por esse pedaço de conhecimento sobre a história de Porto Alegre.

(2006) descreveu sua própria juventude em POA nos anos 1970. Será que o pai de Antônio não era seu herói? De certa forma, sim. Contudo, será que quando a notícia do assassinato em Xangri-Lá chegou na casa de Antônio em 1986 isso não aumentou a tensão familiar? Apesar de não podermos saber com total certeza, a reconstrução biográfica de caso mesmo assim sugere que o lado matrilíneo de Roberto era um tema que gerava conflitos intrafamiliares. Mesmo que Jussara fosse a outra face desse casal de desviantes, Antônio percebia que seu estigma era menos pesado do que o de seu pai⁸³. Também não lhe escapava o fato, e isso é chave, de que Roberto não era bem querido pela família de Jussara.

Podemos ver a diferença da interpretação de Antônio acerca do desvio de sua mãe se comparada àquela acerca do desvio de seu pai no seguinte trecho da segunda parte da entrevista (eu havia perguntado se Jussara, que nasceu em 1958, era de POA): “a família da minha mãe é do Rio de Janeiro, mas a minha mãe foi a única das irmãs e irmão que nasceu em Porto Alegre. Meu vô [...] foi funcionário do IBGE aqui transferido e trabalhou aqui a vida toda até falecer”. Notemos como ele articula a frase “a única das irmãs e irmão” – é que Jussara era irmã do meio, como logo descobri com minha pergunta seguinte. Para Antônio, o local de nascimento de sua mãe é duplamente significativo. Quer dizer, existe toda uma narrativa implícita para ele aqui (SCHÜTZE, 2014, p. 13, 16; SPENGLER, 2021, p. 233) que explica não só que Jussara é a única pessoa em sua família que nasceu fora do RJ, mas também que, por algum motivo, os avós maternos de Antônio tiveram seu último filho na sua terra natal (o que sugere que sua filha do meio também poderia ter tido esse ‘privilegio’ que a aproximaria mais do resto da família). Não importa

⁸³ Assim no momento da “relação nós” (SCHÜTZ, 2019, p. 22), que dá o plano de coordenadas conectando o Eu ao Outro (cf. capítulo de metodologia), a comparação entre seu pai e sua mãe deu a Antônio um relance de um espectro entre o polo de desviantes mais aceitáveis e o polo dos menos aceitáveis. Esse esquema interpretativo pode tê-lo auxiliado a navegar seu mundo da vida e determinar para si que ações eram as “corretas” em cada situação.

se esse motivo foi intencional ou não, se sua mãe foi vítima de descaso dos pais ou de uma pegadinha cósmica, o que importa é que ela era uma gaúcha cercada de cariocas – ela era uma desviante. Porém, ela ainda tinha uma família sólida e financeiramente estável em seu passado, enquanto que Roberto, para olhos conservadores como os da família de Jussara, seria no melhor dos casos um homem de baixa escolaridade que engravidou sua filha oito anos mais nova que ele e, no pior dos casos, um delinquente.

Antônio absorveu essas tensões que lhe foram transmitidas intergeracionalmente quando ainda era uma criança. Isso alimentou ainda mais o seu comprometimento com o papel de reconciliador. Afinal, diferentemente daqueles familiares do lado materno, ele não via seus pais como oriundos de mundos irreconciliavelmente distintos, mas sim como duas pessoas que criaram uma relação positiva, já que havia gerado ele mesmo, Antônio, mas mesmo assim transitória. Essa é basicamente a perspectiva que Antônio defende em relação aos grupos dos BDTs, como veremos, mas creio que ela teve sua sociogênese ainda aqui na socialização primária do entrevistado – embora de maneira muito menos articulada – e que portanto ela se aplica à interpretação que ele fazia às vezes sobre seus pais enquanto casal.

De certa forma, é notável o quanto que a modernização, a urbanização e a industrialização marcaram a juventude de ambos os pais de Antônio, aproximando-os ou (re)conciliando seus mundos distintos. O pai, um interiorano deslocado para a cidade num contexto de avanço de latifúndios e de automatização do primeiro e do segundo setor. A mãe, nascida e criada mais como gaúcha do que carioca, ao contrário do restante de sua família, por causa dos projetos estatísticos inéditos de um governo federal que queria se modernizar⁸⁴. Seria de se esperar que esse casal encontrasse pontos em comum, mesmo que fosse para se unir temporariamente contra um duro mundo de rápidas mudanças.

⁸⁴“A criação de órgãos essenciais à estratégia de modernização do país, como [...] o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (1938), e o Departamento Administrativo do Serviço Público, DASP

Mas a família de Jussara não compartilhava da atitude sugerida acima. Em 1975, eles a enviaram a São Paulo para que obtivesse o diploma de professora das séries iniciais por meio do curso de magistério da Escola Cruzeiro do Sul, do qual se formou em 1978⁸⁵. É plausível que Jussara tenha sido de fato ‘mandada’ para outro estado porque seus pais não aprovavam seu relacionamento com Roberto. Dois anos depois de formada, entretanto, ela teve Antônio com ele em POA. O resto não só é história como também já foi em grande parte resumido aqui.

Algo que ainda não tocamos, entretanto, foi tanto o contexto histórico dos anos em que Antônio cresceu, quanto o lado extrafamiliar no processo de construção social do papel de reconciliador que ele teria adotado, conforme venho argumentando. A saber, então, a primeira década da vida do participante dessa pesquisa foi justamente a “década perdida” (FEDOZZI; SOARES; MAMMARELLA, 2015, p. 20), como economistas a chamam. Ele nasceu num cenário de inflação desenfreada, desemprego generalizado, e cresceu com a ascensão do neoliberalismo periférico brasileiro. Ou seja, enquanto a economia brasileira perdia uma década, Antônio criava seus primeiros vínculos interpessoais, particularmente no colégio e na ACM, onde jogava futebol.

(1938), foi fortemente influenciada pelo ideário ruralista e municipalista. [...] Vale enfatizar, por exemplo, que o IBGE – que foi uma instituição central nesse movimento – foi criado como órgão de administração colegiada, em cuja direção os estados, os municípios e a União tinham paridade de representação, numa clara estratégia de construir a nação a partir do município. [...] O municipalismo, através da história brasileira, informou ideológica e programaticamente projetos fundamentais associados à modernização do país. De uma crítica à centralização política e à ausência de participação e representação, ele se associou à crítica autoritário-modernizante de cunho agrarista ao sistema sócio-político da República Velha que, no Estado Novo, enxergou no município o espaço plebiscitário e pré-político por excelência. Atingido o auge mobilizatório de sua trajetória durante a redemocratização do país na década de 40, o municipalismo se físsura em uma vertente política representada pela criação da ABM [Associação Beneficente Metropolitana] e uma vertente tecnocrática associada ao IBAM [Instituto Brasileiro de Administração Municipal]. Na primeira dessas vertentes o municipalismo perde seu caráter militante e se transforma numa frente nacional de políticos provincianos. Na segunda, o municipalismo perde seu caráter redentor e ruralista e adquire um caráter urbano-metropolitano” (MELO, 2008, p. 52, 61)

⁸⁵Tratava-se de um curso de nível secundário, uma opção de colegial ratificada pelo governo ditatorial do general Emílio Médici (1971). Agradeço minha avó Marilene Petry Somnitz por me ajudar a entender a trajetória típica de pessoas que cursavam o magistério no colegial/ensino médio antes das legislações mais recentes.

Dentro do campo temático “militância”, onde o entrevistado localiza muitos dos marcos interpretativos durante sua autoapresentação biográfica, o tema “grêmio estudantil” é particularmente relevante para compreendermos o lado extrafamiliar da socialização primária de Antônio. Tal relevância pode ser exemplificada pela argumentação e narrativa comprobatória (cf. discussão sobre tipos textuais no capítulo de metodologia) que ele insere logo no começo do seu relato inicial: “desde que eu me conheço por gente assim eu tô envolvido em processos, movimentos comunitários, coletivos, estudantis. Comecei militando no movimento estudantil no grêmio da escola no ensino fundamental. Depois, no segundo grau”. Claramente, porém, ele aglutina vivências díspares que convivem desconfortavelmente dentro do campo temático “militância”. Afinal, ele não militava no movimento estudantil como membro do grêmio quando criança e pré-adolescente no Colégio Paula Soares.

Sua motivação para se juntar e permanecer no grêmio foi, na verdade, “afetiva” (ou seja, relativa a fazer amigos e brincar com seus colegas), como ele mesmo reconhece mais tarde na entrevista, mesmo que parcialmente e pouco articulado. Ele ocorre quando pergunto sobre algum episódio dos tempos de grêmio estudantil no Colégio Paula Soares que lhe marcou a memória. Intercalando entre descrição e argumentação, ele fala brevemente sobre “as gincanas” em geral, que ficavam “mais ao [...] encargo” deles do que da “diretoria” e que eram trabalhosas (envolviam planejar as provas, conseguir “recurso pro prêmio” e “mobilizar as turmas todas pra participar”). “Eu acho que [...] na minha época de grêmio era mais ser criança assim”, ele conclui. “Pelo menos no Paula Soares, porque eu era bem novo mesmo, antes dos meus 15 anos isso”.

Apesar desse reconhecimento, sua autoapresentação biográfica nunca se distanciou muito da ideia de que ele era um militante praticamente desde sempre. A reconstrução biográfica do seu caso, entretanto, revelou um quadro mais complexo do

que isso. Como espero ter demonstrado, Antônio gradualmente adotou o papel de reconciliador – ele aprendeu a buscar grupos em conflito e se colocar no meio deles. Seus pais com suas respectivas famílias, seu pai com sua mãe, seus colegas com a diretoria, ele mesmo com seus pares: desde cedo, Antônio acumulou vivências relacionais que contribuíram para a formação de um mundo da vida subjacente àquele que ele explicitamente reconhece. Ou seja, sua vontade de (re)conciliar vínculos sociais sempre informou suas ações mais do que seu comprometimento militante para com causas políticas.

Mas por que, então, que meu entrevistado se dedicou a causas políticas específicas ao invés de outras causas ou ao invés até de se dedicar a outros espaços de convívio que não fossem de militância? Uma parte da resposta reside em reconhecermos que ele de fato se dedicou a outros espaços comunitários, como o time de futsal, ao passo que a outra parte é endereçada ao próximo tópico da reconstrução biográfica do caso (a socialização secundária).

4.3 SOCIALIZAÇÃO SECUNDÁRIA: ENTRE A POLITIZAÇÃO E A PROFSSIONALIZAÇÃO

Se a socialização primária baliza as “oportunidades de vida” (WEBER, 1982b, p. 212) de um jovem indivíduo, então a socialização secundária lhe permite explorar a amplitude desse variegado espaço de oportunidades. Aqui finalmente veremos florescerem as sementes plantadas por Antônio, em colaboração com seus pais e outras pessoas, durante sua infância e pré-adolescência.

Mais especificamente, demonstrarei como se deu a sociogênese do campo temático “militância” a partir da transformação de interpretações acerca daquilo que venho chamando de seu papel de reconciliador. Depois, demonstrarei como esse campo

temático se tornou axiomático no mundo da vida de Antônio na medida em que temas relativos a sua família foram marginalizados.

Como Antônio reconheceu brevemente ao final da entrevista, a dimensão propriamente política de seu envolvimento com os grêmios estudantis ganhou relevância em sua história de vida somente quando ele mudou de colégio. Aos 15 anos de idade, ele ingressou na Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles, tendo finalizado o primeiro grau/ensino fundamental no Colégio Estadual Paula Soares em 1994. Foi nesse novo ambiente escolar que se deu a sociogênese do campo temático “militância”. Porém, cabe lembrar que o habitual para o entrevistado é que ele exprima sua militância como relevante para sua experiência com os grêmios estudantis de ambos os colégios. Ele faz isso porque certos temas relativos a esse passado pré-Ernesto Dornelles que foram reforçados em sua politização pós-Ernesto Dornelles foram marginalizados ao longo do tempo pelo seu sistema de relevância (cf. capítulo de metodologias). O denominador comum entre esses temas é o papel de reconciliador que Antônio adotou em sua família e depois em muitas outras relações, de forma que se tornou um lastro de seu engajamento com seu mundo da vida.

Para entendermos o argumento acima, creio que devemos começar analisando a “socialização política” (DAWSON; PREWITT; DAWSON, 1977 - tradução minha) como um processo que começou em casa. Um ano após o nascimento de Antônio, seu pai se afiliou ao Partido dos Trabalhadores (PT). Foi o mesmo ano em que o partido foi inaugurado oficialmente. Roberto participou, portanto, no movimento que fundou um dos partidos mais importantes da história brasileira. E ainda, cinco anos depois, a mãe de Antônio se afiliou ao PMDB (no primeiro semestre, a tempo das eleições). Essa também não é uma data trivial:

O ano de 1986 representou o ápice do sucesso eleitoral do PMDB. E isso não foi decorrência apenas do crescimento do partido na preferência popular; deveu-se

também ao fato de o PMDB ter-se apropriado na hora certa do sucesso, transitório como se sabe, do Plano Cruzado (de estabilização econômica). O partido elegeu todos, menos um, governadores de estado, 260 dos 487 deputados federais e 44 dos 72 senadores. Nas eleições nacionais e estaduais posteriores (1989, 1990, 1994 e 1998) seu prestígio eleitoral declinou e, conseqüentemente, sua representação política reduziu-se bastante. (LIMA JÚNIOR; LATTMAN-WELTMAN, 2009)

Tanto Roberto quanto Jussara se dedicaram a partidos políticos rivais no espectro político em momentos-chave da redemocratização, período entre o final dos anos 1970 ao final dos anos 1980 (MARTINS, 2011, p. 81). Eles eram, numa palavra, *militantes*. Não podemos imaginar que Antônio tenha vivenciado isso com indiferença. Não devemos imaginar, também, que essa vivência estaria desconectada, interpretativa ou fenomenologicamente, de todas as outras questões relativas ao casamento de Robert e Jussara que discutimos na subseção anterior.

Se Antônio foi pressionado por um ou por ambos a escolher um lado, então é surpreendente que ele tenha incorporado tanto o campo temático “militância” a sua vida cotidiana, assim como é aparentemente que ele tenha mantido um bom relacionamento com ambos os seus pais. Nesse sentido, é mais plausível que Roberto e Jussara tenham respeitado a autonomia ideológica de seu filho. Quer dizer, isso no nível manifesto, claro, pois no nível latente os processos interpretativos revelados pela reconstrução biográfica do caso constituem uma história com mais nuances.

Mais especificamente, a forma na qual Antônio abordou a temas relativos ao então-nascente campo temático “militância” se baseou muito no programa de conduta exprimido por seu papel de reconciliador. O entrevistado se envolveu com movimentos que ambos os pais poderiam mais-ou-menos concordar que eram certos: primeiro o movimento estudantil, que ocupou o tempo de Antônio do ensino médio/segundo grau ao final da faculdade e depois no movimento de direitos das crianças, principalmente dentro

do Orçamento Participativo de Porto Alegre (OP-POA). A análise sequencial desses engajamentos demonstrou, inclusive, que essa segunda fase da militância de Antônio se deu justamente depois que sua dedicação prolongada ao movimento estudantil gerou ressalvas por parte de seus pais e por parte dele mesmo – não porque era uma causa indigna, mas porque ele tinha se dedicado bem menos ao seu futuro profissional.

Vamos aos fatos: em 1999, Antônio ingressou no curso de fonoaudiologia do Centro Universitário Metodista (IPA) e, de acordo com ele, imediatamente se juntou ao movimento estudantil. Quanto perguntei por que ele havia escolhido esse curso, Antônio disse que foi porque ele achava que ia aprender mais sobre música e canto, o que não se concretizou. A parte pela qual ele se “apaixonou” foi a linguística. Antônio também pôde fazer estágios na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), o que marcou o início de sua militância dentro do movimento pelos direitos das crianças. (Hoje, ele é Conselheiro Tutelar, como logo veremos.) Na FASE, Antônio conheceu outros militantes desse movimento que estavam envolvidos com o OP-POA. Assim, o participante de pesquisa entrou para a ONG desse grupo, que logo se tornou seu “grupo de referência” (MERTON; KITT, 1976 - tradução minha), o modelo de pessoa que ele queria emular. Antônio entrou, como representante dessa ONG, para a temática de assistência social do OP-POA.

Depois que se formou na faculdade em 2003, contudo, Antônio se muda para a Praia do Veroense, na Bahia, onde um de seus tios paternos tinha um restaurante. Meu entrevistado já havia trabalhado lá nos três verões anteriores, mas agora ele não tinha planos de retornar para POA. Um ano após ter começado a trabalhar no restaurante, entretanto, o tio de Antônio foi preso por exportar e importar produtos alimentícios ilegalmente, sem os impostos necessários. Descobri isso vasculhando a internet; meu entrevistado disse apenas que foi embora da Bahia porque queria dar aula em alguma

universidade, mas para isso precisaria fazer “pelo menos um mestrado”. Ele de fato voltou a estudar formalmente, mas só em 2008, quando começou um curso de pós-graduação em Educação Popular de dois anos.

A omissão da prisão do seu tio/empregador é muito significativa porque acredito que ela indique a profundidade da decepção que isso lhe causou. Afinal, sua ida a Bahia foi motivada pelo papel de reconciliador: Antônio queria experimentar conviver mais com sua família estendida. O irmão de seu pai era alguém que ele admirava, talvez fosse uma espécie de segundo pai para ele, mas ele vivia tão longe, do outro lado do país. Era o tipo de desafio que ressoava bem com seu papel de reconciliador.

Ao mesmo tempo, essa mudança foi em um momento de decisão importante, do que ele queria fugir. Depois de ter passado mais de quatro anos militando no movimento estudantil no OP-POA e estagiando na FASE, era hora de Antônio focar na sua profissão, ou seja, em um trabalho assalariado, preferencialmente aquele para o qual ele havia estudado. O problema é que fonoaudiologia nunca foi sua paixão, mas sim a militância. Sua própria avaliação de que a militância se manteve “em paralelo” (nas suas palavras) à sua carreira profissional como fonoaudiólogo é o melhor dado para compreendermos isso. Dado o peso das evidências anteriores a respeito do papel de reconciliador, podemos supor aqui que o processo interpretativo que melhor explica sua perspectiva de paralelismo é novamente essa conduta reconciliadora, nesse caso da militância com uma atividade profissional. No nível manifesto, ele as vê como paralelas, mas no nível latente elas estão cada vez mais próximas. Por que essa tensão subjetiva? Porque Antônio é de uma geração brasileira que já era adulta quando o terceiro setor da economia passou a se profissionalizar (AVRITZER, 2012; MULLER et al., 2009). Se na sua juventude era muito difícil se sustentar financeiramente como ativista, hoje em dia é um pouco mais fácil. Portanto, ele ainda teve que lidar com esse dilema, de forma que provavelmente

nunca foi permitido, durante sua socialização, sonhar com a militância como uma profissão rentável. Ou seja, elas sempre seriam paralelas em sua vida – essa era a presunção.

Porém, claro, ele conseguiu reconciliar esses dois mundos de algumas formas, sendo que a mais clara é seu trabalho atual como conselheiro tutelar – que, por ser um cargo público eleitoral, é um cargo político, que envolve muitas das experiências democráticas (comícios, angariamento de votos, debates, etc) que um militante como Antônio gosta. Outro exemplo de como ele circunvagou a noção de que uma carreira profissional de militante não seria uma opção muito viável tem a ver com sua relação com o sistema partidário. Ele provavelmente cogitou a possibilidade mais viável, a de ser tornar um “militante carreirista” (PANEBIANCO, 2005), mas postergou-a para não entrar em conflito ideológico com sua mãe, algo que ele arriscou somente em 2011, quando se filiou ao PT. Por que só então? Porque um novo elemento entrou na equação interpretativa. Creio, quer dizer, que foi porque Dilma Rousseff, uma mulher, tomou posse na presidência naquele ano, marco histórico que deve ter feito fazer sentido para a mãe de Antônio (uma mulher investida no feminismo moderado, como suas redes sociais sugerem) que ele se filiasse ao PT mesmo que ela fosse filiada ao PMDB.

Desses constrangimentos e experimentos biográficos, então, percebe-se que a socialização secundária é um processo que ilustra bem a complexidade dos fenômenos sociais, pois ela é uma fase do desenvolvimento que dá ao indivíduo tanto poder de criar quanto lhe impõe sanções (GUHIN; CALARCO; CYNTHIA, 2021, p. 116). Para Berger e Luckmann (2004, p. 187), ela

deve tratar com uma personalidade já formada e um mundo já interiorizado. Não pode construir a realidade subjetiva *ex nihilo*. [...] Sejam quais forem os novos conteúdos que devam agora ser interiorizados, precisam de certo modo sobrepor-se a esta realidade já presente.

Por exemplo, retornando brevemente à questão de por que ele escolheu a faculdade que escolheu, acredito que há um lado simbólico relevante aqui que revela que estruturas primárias foram ativadas pela nova sedimentação assimilada pelo seu estoque de conhecimento durante a socialização secundária. Vejamos, então: a fonoaudiologia é uma ciência da saúde humana interessada na fonação e audição – ela de certa forma dá voz. Quem, na vida de Antônio, ele via como alguém sem voz? Ora, ele mesmo e também seu pai. Será que ao atender crianças na FASE, Antônio não imaginava no lugar delas o seu pai com 10 anos, sem pai, forçado pelas circunstâncias a deixar a escola para trabalhar? Será que ele não via a si mesmo, tentando articular suas vontades reais? Refiro-me aqui à sua vontade de ser militante profissional, pois sim, ela existia, e ainda existe, mas menos veladamente, como vimos. E mesmo assim, ele não consegue tematizar sua carreira como fonoaudiólogo sem imediatamente retornar ao *Gestalt* da “militância”.

Finalmente, para concluir essa seção, perguntemos: como se encaixa a experiência do BDT-POA nesse processo de socialização secundária, política e profissional? Ora, o BDT-POA era tanto trabalho quanto militância para Antônio, tanto é que depois que ele entrou, de acordo com Antônio, “em hiato”, o entrevistado seguiu com seu projeto de militar profissionalmente por intermédio do instituto, da vila ecológica vegana e do novo BDT que esta deverá abarcar.

Mas mais que isso, o BDT-POA foi um espaço onde Antônio esperava poder criar vínculos, o que praticamente não ocorreu. Talvez essa tenha sido sua verdadeira decepção com a experiência. Antônio gosta de conhecer e estar com pessoas; sua militância é uma atividade intermediária para que ele possa fazer isso. O círculo dos BDTs lhe foi portanto interessante por algum tempo, quando ele conheceu administradores de BDTs de outros estados, mas a falta de respaldo da comunidade porto-alegrense o fez seguir para outros projetos.

4.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO E O QUE ESPERAR DO PRÓXIMO

O objetivo desse penúltimo capítulo era o de apresentar os achados da reconstrução biográfica do caso de Antônio, um dos administradores do BDT-POA. O que a análise revelou foi que ele se colocou em situações ao longo da vida em que poderia tentar reconciliar dois grupos em tensão. Em outras palavras, ele aprendeu e aprimorou o papel de reconciliador.

Talvez sua socialização por meio dessa “adoção de papel” (MEAD, 1972b, p. 182) tenha se originado na forma pela qual Antônio lidou com as identidades desviantes assumidas pelos seus pais em suas respectivas famílias, ou mesmo durante a separação deles, na qual Antônio pode ter se sentido puxado em direções opostas que precisavam ser conciliadas porque ele ainda tinha uma boa relação com ambos.

Sua trajetória como militante em movimentos estudantis e sua carreira como fonoaudiólogo trabalhando com crianças em ONGs e, depois, como conselheiro tutelar, assim como o curso de Resolução de Conflitos que ele fez recentemente: desses e outros exemplos emerge um padrão de conduta no qual ele se insere em conflitos microsociais (estudantes e instituições e crianças e seus cuidadores abusivos) onde ele encontra “canais para uma liberação catártica” (COSER, 1961, p. 46) da tensão que ele vivenciou na infância entre seu pai e sua mãe e seus pais e suas respectivas famílias.

Esse ponto de tensão-em-necessidade-de-reconciliação foi também o que Antônio buscou em situações como quando foi para a Bahia morar com seu tio, outro desviante da família, que logo foi preso, fazendo com que Antônio voltasse a Porto Alegre. Ele omite isso do texto tanto porque deve ter ficado constrangido de compartilhar isso com um estranho, quanto porque sua vivência desse evento biográfico não se encaixou no campo temático que chamo de “militância” e que domina sua auto-apresentação. O campo

temático “militância” é o que melhor organiza o seu mundo da vida, mesmo que imperfeitamente, justamente porque Antônio aprendeu a marginalizar temas relativos à sua família no seu dia-a-dia.

Em suma, a reconstrução biográfica do caso apontou que o participante de pesquisa demonstra proatividade perante os desafios da vida, mas não necessariamente no sentido que ele destacou em sua entrevista por meio de sua auto-apresentação como líder comunitário, e sim no sentido que ele se dedicou sistematicamente à criação e manutenção de laços interpessoais. Em outras palavras, ele articula seu mundo da vida como um espaço para participar em movimentos sociais, enquanto que temas como família, trabalho assalariado e decepções pessoais são empurrados para a margem do campo temático dominante. Isso lhe ajudou a superar a solidão e as instabilidades familiares de sua infância.

Que ele tenha, digamos, ‘tomado as rédeas’ de sua vida diante de circunstâncias mais favoráveis a caminhos como depressão, abuso de drogas e evasão escolar do que ao caminho que ele seguiu é um mérito de seu temperamento proativo que de fato se reflete na sua militância. Não é porque minha análise demonstrou que podemos explicar sua preferência pela identidade de militante com recurso à sua socialização primária e às interpretações subjetivas latentes nas ações dele (como optando por causas políticas mais reconciliadoras ou universais do que outras, como os direitos das crianças, para evitar conflitos com seus pais) que essa identidade ou o campo temático pelo qual Antônio articula são um tipo de falsa consciência. O que minha análise permite é, então, a compreensão de como a sociogênese das interpretações mais relevantes para Antônio influenciaram sua experiência com o BDT-POA. E é isso que discutiremos no próximo e último capítulo dessa dissertação.

5 DISCUSSÃO TIPOLOGICA

O que a reconstrução biográfica do caso de Antônio pode nos ensinar sobre o fenômeno dos BDTs? Primeiro: é preciso que os administradores sejam menos ambiciosos no começo. Antônio acreditava que um BDT bem sucedido é aquele que tem muitos membros e muitas trocas. Contudo, as redes de reciprocidade que BDTs tentam gerar são estranhas aos tipos de relações nas quais indivíduos modernos são socializados desde crianças. Não sendo plataformas de varejo ou de trabalho voluntário, ou grupos de amigos e familiares, que normalmente já se ajudam nas mais diversas tarefas, BDTs enfrentam obstáculos pedagógico-culturais. Seus membros precisam ser socializados no duplo papel de provedor e solicitante de serviços (PAPAOIKONOMOU; VALOR, 2016). A melhor forma de fazer isso é com um pequeno grupo dedicado.

Antônio de fato tinha uma visão pedagógica forte de que eventualmente o BDT talvez nem fosse mais necessário porque sua comunidade aprenderia a praticar a reciprocidade generalizada como hábito. Mas essa dimensão pedagógica incentivou-o a organizar uma reunião de lançamento do BDT-POA, com palestras, com propostas de criarem um aplicativo e com uma campanha que trouxe muitos membros rápidos demais e para administradores de menos.

Outro administrador do BDT-POA que eu entrevistei (mas cujo caso não reconstruí por motivos de espaço) relatou uma perspectiva mais humilde. Para ele, o BDT-POA deveria ter sido um projeto com um grupo pequeno de amigos e conhecidos, muitos dos quais já estavam em contato para organizar o BDT-POA, mas Antônio foi uma das vozes que discordou dessa visão menos ambiciosa. Antônio queria um sistema maior, parecido com o BDT-Floripa.

Portanto, segundo ponto: é preciso descentralizar a administração do BDT ao máximo para que o grupo fundador se dedique mais igualitariamente. Os administradores

não podem se sobrecarregar com responsabilidades (o que acontece quando poucos deles existem em proporção aos membros normais) porque se não a reciprocidade não será generalizada e sim unilateral (WHITNAM; CLARKE, 2016). Nesse sentido, o papel reconciliador e a identidade de militante e líder comunitário de Antônio fizeram com que ele, em suas palavras, “centralizasse” demais a organização ao redor dele. Ao final da entrevista ele reconheceu que isso influenciou no encerramento das atividades do BDT-POA. Notavelmente, a pandemia do coronavírus que assola o mundo desde o começo de 2020 (sendo que escrevo isso em dezembro de 2022) contribuiu pouco para o fim das atividades do BDT-POA de acordo com Antônio, para quem a organização “funcionou mais entre 2018 e 2019”.

Terceiro e último ponto: deve-se ofertar serviços mais-ou-menos na mesma proporção em que se deve solicitar serviços, como outros autores já descobriram (KWON; LEE; XIAO, 2019; NORTH, 2005; PAPAOIKONOMOU; VALOR, 2017), mas também o mesmo indivíduo deveria ofertar uma variedade de serviços, incluindo aqueles mais simples ou menos especializados. Antônio, por exemplo, solicitou muitos serviços, mas nunca solicitaram dele, provavelmente porque ele oferecia serviços com pouca demanda, como sessões de resolução de conflitos. Serviços como dar carona, limpar a calçada e etc., talvez tenham mais demanda, o que faria os créditos-hora circularem melhor.

Para finalizar, por causa das lições acima, *administrador centralizador ambicioso* é como chamarei o tipo de experiência que o caso de Antônio representa. O administrador centralizador ambicioso contribui para o sufocamento das atividades de um sistema monetário alternativo que precisa ver sua moeda circular, algo que só ocorre se há um consenso real dentre os membros e administradores quanto aos objetivos da organização (PAPAOIKONOMOU; VALOR, 2017).

5.1 CONCLUSÃO

Essa pesquisa social interpretativa empregou o MNB (ROSENTHAL, 2014a) para investigar a experiência concreta de um sistema de economia solidária, o BDT. Mais especificamente, a reconstrução biográfica do caso de Antônio, administrador do BDT-POA, organização informal que esteve em atividade entre 2017 e 2019 por meio de um grupo no Facebook, demonstrou os processos interpretativos e o padrão de conduta que o participante de pesquisa trouxe como carga de sua trajetória para dentro da experiência do BDT-POA. Baseando-me na entrevista narrativa biográfica que conduzi com ele em agosto de 2021 e nos dados que pude coletar da internet (principalmente de sites de redes sociais), identifiquei um papel de reconciliador em Antônio que foi fundamental para compreender sua experiência subjetiva como administrador do BDT-POA. Assim, ficou claro que o tipo de “administrador centralizador ambicioso”, como o chamei, que Antônio se tornou foi resultado de um processo de construção social que data desde sua infância.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. **Tempo Social**, v. 21, n. 1, p. 65–87, 2009.
- ACQUIER, A.; DAUDIGEOS, T.; PINKSE, J. Promises and paradoxes of the sharing economy: An organizing framework. **Technological Forecasting & Social Change**, v. 125, p. 1–10, 2017.
- ADLER, P. A.; ADLER, P.; FONTANA, A. Everyday life sociology. **Annual Review of Sociology**, v. 13, p. 217–235, 1987.
- AILON, G. The phenomenology of homo economicus. **Sociological Theory**, v. 38, p. 36–50, 2020.
- ALONSO, D. M. Aspectos geográficos da cultura fumageira do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de geografia**, v. 20, n. 3, p. 295–313, 1958.
- AMADEO, K. **What gives money its value?** Disponível em: <<https://www.thebalancemoney.com/value-of-money-3306108>>. Acesso em: 3 dez. 2022.
- APITZSCH, U.; INOWLOCKI, L. Biographical analysis: A “German” school? Em: CHAMBERLAYNE, P.; BORNAT, J.; WENGRAF, T. (Eds.). **The turn to biographical methods in social science: Comparative issues and examples**. [s.l: s.n.]. p. 53–70.
- APPY, C. G. **American reckoning: The Vietnam War and our national identity**. New York: Viking, 2015.
- ARIÁDNE SCALFONI, R.; FRANÇA FILHO, G. C. DE. O paradoxo das Palmas: Análise do (des)uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, p. 169–193, 2017.
- ARVIDSON, P. S. The field of consciousness: James and Gurwitsch. **Transactions of the Charles S. Peirce Society**, v. 28, n. 4, p. 833–856, 1992.
- ASSOCIAZIONE NAZIONALE BANCHE DEL TEMPO. **Cronistoria di una grande esperienza sociale**. Disponível em: <<https://www.associazionenazionalebdt.it/cronistoria-di-una-grande-esperienza-sociale/>>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: Da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, p. 383–398, 2012.
- AYER, A. J. **The origins of pragmatism: Studies in the philosophy of Charles Sanders Peirce and William James**. London: Macmillan, 1968.
- BAKUNIN, M. A. Três conferências feitas aos operários do vale de Saint-Imier, maio de 1871. Em: **O princípio do Estado e outros ensaios**. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2014. p. 59–110.
- BANCO DE TEMPO. **A experiência do banco de tempo em Portugal: Tecendo sentidos e mudanças**. Graal, , 2015. Disponível em: <<https://bancodetempo.pt/wp-content/uploads/2020/10/15anos-15historias.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2022
- BARBER, M. D. **The participating citizen: A biography of Alfred Schutz**. Albany: State University of New York Press, 2004.
- BASSEY, N. Breaking the chains of development. Em: **Pluriverse: A post-development dictionary**. New Delhi: Tulika Books, 2019. p. 3–5.
- BELLOTTI, V. M. E. et al. **Towards community-centered support for peer-to-peer service exchange: Rethinking the timebanking metaphor**. Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems. **Anais...2014**.

- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. 24. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- BERLIN, I. A originalidade de Maquiavel. Em: HARDY, H.; HAUSHEER, R. (Eds.). **Estudos sobre a humanidade: Uma antologia de ensaios**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 299–348.
- BEVERUNGEN, A.; DUNNE, S.; HOEDEMAEKERS, C. The university of finance. **ephemera**, v. 9, n. 4, p. 261–270, 2009.
- BIERSTEDT, R. **American sociological theory: A critical history**. New York: Academic Press, 1981.
- BIROLI, F. **Família: Novos conceitos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- BLANC, J. Classifying “CCs”: Community, complementary and local currencies’ types and generations. **International Journal of Community Currency Research**, v. 15, p. 4–10, 2011.
- BLUMER, H. **Symbolic interactionism: Perspective and method**. Berkeley: University of California Press, 1986.
- BOYLE, D. **The Potential of time Banks to support social inclusion and employability: An investigation into the use of reciprocal volunteering and complementary currencies for social impact**. Seville: European Commission - Joint Research Centre, 2014. Disponível em: <doi:10.2791/53078>. Acesso em: 9 ago. 2022.
- BRAGA, K. et al. **Leonel Brizola: Perfil, discursos e testemunhos (1922-2004)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004.
- BRANDÃO, M. **Senado aprova PEC da Transição que viabiliza Bolsa Família de R\$ 600,00 para 2023**. Disponível em: <<https://sul21.com.br/noticias/politica/2022/12/senado-aprova-pec-da-transicao-que-viabiliza-bolsa-familia-de-r-60000-para-2023/>>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- BRAZ, E. D. P. De Bretton Woods ao regime de bandas cambiais: Análise da taxa de câmbio no Brasil de 2009 a 2019. **Aurora**, v. 13, n. 1, p. 59–76, 2020.
- BROWN, W. **Undoing the demos: Neoliberalism’s stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.
- BUENO, E. **Brasil: Uma história - Cinco séculos de um país em construção**. Rio de Janeiro: Leya, 2013.
- BURGER, T. Max Weber’s interpretive sociology, the understanding of actions and motives, and a Weberian view of man. **Sociological Inquiry**, v. 47, n. 2, p. 127–132, 1977.
- BURNS, E. M. **História da civilização ocidental**. Tradução: Lourival Gomes Machado; Tradução: Lourdes Santos Machado; Tradução: Leonel Vallandro. 21. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1977. v. II
- CAHILL, S. E. Toward a Sociology of the Person. **Sociological Theory**, v. 16, n. 2, p. 131–148, 1998.
- CAHN, E. S. On LETS and Time Dollars. **International Journal of Community Currency Research**, v. 5, p. ePub, 2001.
- CAHN, E. S.; GRAY, C. Using the coproduction principle: No more throwaway kids. **New Directions for Youth Development**, v. 106, p. 27–37, 2005.
- CAMPBELL, C. **The myth of social action**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1998.
- CAMPO, E. Relevance as social matrix of attention in Alfred Schutz. **Società Mutamento Politica**, v. 6, n. 12, p. 117–148, 2015.

- CANTÓ-MILÁ, N. Georg Simmel's concept of forms of association as an analytical tool for relational sociology. Em: DÉPELTEAU, F. (Ed.). **The Palgrave Handbook of Relational Sociology**. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, 2018. p. 217–230.
- CARNEGIE, A. The gospel of wealth, part I. Em: **The Civically Engaged Reader**. Chicago: The Great Books Foundation, 2006. p. 194–203.
- CASSIANI, S. H. D. B.; ALMEIDA, A. M. DE. Teoria fundamentada nos dados: A coleta e análise de dados qualitativos. **Cogitare Enfermagem**, v. 4, n. 2, p. 13–21, 1999.
- CAVALCANTE, S. M. Valor, renda e “imaterialidade” no capitalismo contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 115–130, 2014.
- CENTENO, M. A.; COHEN, J. N. The arc of neoliberalism. **Annual Review of Sociology**, v. 38, p. 317–40, 2012.
- CLARKE, A. E. Situating grounded theory and situational analysis in interpretive qualitative inquiry. Em: BRYANT, A.; CHARMAZ, K. (Eds.). **The SAGE handbook of current developments in grounded theory**. London: SAGE Publications, 2019. p. 3–47.
- COLLOM, E. The motivations, engagement, satisfaction, outcomes, and demographics of time bank participants: Survey findings from a U.S. system. **International Journal of Community Currency Research**, v. 11, p. 36–83, 2007.
- COLLOM, E.; LASKER, J. N.; KYRIACOU, C. **Equal time, equal value: Community currencies and time banking in the US**. Farnham: Ashgate, 2012.
- COOLEY, C. H. The life-study method as applied to rural social research. Em: **Sociological Theory and Social Research: Being Selected Papers of Charles Horton Cooley**. New York: Henry Holt and Company, 1940. p. 331–339.
- COSER, L. A. **Las funciones del conflicto social**. Tradução: Bertha Bass; Tradução: Ruby Betancourt; Tradução: Félix Ibarra. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1961.
- COSTA JUNIOR, H. **Análise de ações, moedas e commodities**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.
- COULON, A. **A Escola de Chicago**. Tradução: Tomás R. Bueno. Campinas: Papyrus, 1995.
- CROUCHER, S. M.; CRONN-MILLS, D. The interpretive paradigm. Em: **Understanding communication research methods**. 2. ed. New York: Routledge, 2018. p. 30–37.
- DAHRENDORF, R. Out of utopia: Toward a reorientation of sociological analysis. Em: **Sociological theory: A book of readings**. 4. ed. New York: Macmillan, 1976. p. 184–202.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVID, M. Editor's introduction: Methods of interpretive sociology. Em: **Methods of interpretive sociology**. ePub: SAGE, 2013. p. xxiii–xliii.
- DAWSON, A.; SWISS, L. Foreign aid and the rule of law: Institutional diffusion versus legal reach. **The British Journal of Sociology**, v. 71, p. 761–784, 2020.
- DAWSON, R. E.; PREWITT, K.; DAWSON, K. S. **Political socialization**. 2. ed. Boston: Little, Brown, and Company, 1977.
- DEEGAN, M. J. **Jane Addams and the men of the Chicago School, 1892-1918**. New

- Brunswick: Transaction Books, 1988.
- DELEUZE, G. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? Em: **A ilha deserta e outros textos**. Tradução: Hilton F. Japiassú. São Paulo: Iluminuras, 2005. p. 238–270.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução: Luiz B.L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 1933 - Micropolítica e segmentaridade. Em: **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia 2**. Tradução: Suely Rolnik. Rio de Janeiro: Editora 34, 2021. v. Únicop. 253–283.
- DÉPELTEAU, F. Relational sociology, pragmatism, transactions and social fields. **International Review of Sociology**, v. 25, p. 45–64, 2015.
- DÉPELTEAU, F. Relational thinking in sociology: relevance, concurrence and dissonance. Em: **The Palgrave handbook of relational sociology**. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, 2018. p. 3–33.
- DEWEY, J. **Experience and Education**. New York: Collier Books, 1963.
- DINGWALL, R. Notes toward an intellectual history of symbolic interactionism. **Symbolic Interaction**, v. 24, n. 2, p. 237–242, 2001.
- DOYLE, A. C. Um escândalo na Boêmia. Em: **As aventuras de Sherlock Holmes: Um escândalo na Boêmia e outras histórias**. Tradução: Luciane Aquino. Porto Alegre: L&PM, 2010. p. 7–37.
- DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Tradução: Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- EAGLETON, T. **Why Marx was right**. New Haven: Yale University Press, 2011.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Tradução: Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1
- EMBREE, L. **Biographical sketch of Aron Gurwitsch**. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20120204102358/http://www.gurwitsch.net/bio.htm>>. Acesso em: 8 jul. 2022.
- ETZRODT, C. The foundation of an interpretative sociology: A critical review of the attempts of George H. Mead and Alfred Schutz. **Human Studies**, v. 31, n. 2, p. 157–177, 2008.
- EVANS, T.; THOMAS, C. Poverty, development, and hunger. Em: **The globalization of world politics: An introduction to international relations**. 6. ed. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 430–447.
- FANTA, D. Sobre uma das categorias da sociologia compreensiva de Max Weber. **Revista de Teoria da História**, v. 16, n. 2, p. 101–115, 2016.
- FEDOZZI, L.; SOARES, P. R. R.; MAMMARELLA, R. Dinâmica da metropolização brasileira: Investigação da Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1980-2010. Em: **Porto Alegre: Transformações na Ordem Urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015. p. 17–41.
- FERRANTE, V. L. S. B. O estatuto do trabalhador rural e o funrural: Ideologia e realidade. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 1, p. 189–202, 1976.
- FERREIRA, C. **Governo Dutra: Arrocho salarial e os trabalhadores (1946-1950)**. Dissertação de Mestrado em História Econômica—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.
- FISCHER-ROSENTHAL, W. Biographical work and biographical structuring in present-day societies. Em: GOODWIN, J. (Ed.). **Biographical research: Starting points, debates and approaches**. SAGE Biographical Research.

- Londres: SAGE Publications Ltd, 2001. v. 1p. 109–125.
- FISHER, M. **Capitalist realism: Is there no alternative?** Winchester: Zero Books, 2009.
- FISHER, M. **Realismo capitalista**. Tradução: Rodrigo Gonsalves; Tradução: Jorge Adeodato; Tradução: Maikel Da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. Em: MACHADO, R. (Ed.). **Microfísica do poder**. Tradução: Maria Teresa De Oliveira; Tradução: Roberto Machado. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. p. 278–295.
- FRANÇA FILHO, G. C. DE; LAVILLE, J.-L. **Economia solidária: Uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- FRIEDMAN, S. S. Spatialization: A strategy for reading narrative. **Narrative**, v. 1, n. 1, p. 12–23, 1993.
- FRIESE, C.; CLARKE, A. E.; WASHBURN, R. Situational analysis as critical pragmatist interactionism. Em: LEHN, D. VOM; RUIZ-JUNCO, N.; GIBSON, W. (Eds.). **The Routledge international handbook of interactionism**. New York: Routledge, 2021. p. 357–368.
- GERTZ, R. E. A colonização no período Republicano - Segunda fase. Em: **Releituras da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2011. p. 243–264.
- GHIZONI, S. K. **Creation of the Bretton Woods System - July 1944**. Disponível em: <<https://www.federalreservehistory.org/essays/bretton-woods-created>>. Acesso em: 3 dez. 2022.
- GILGUN, J. F. Deductive qualitative analysis and grounded theory: Sensitizing concepts and hypothesis-testing. Em: BRYANT, A.; CHARMAZ, K. (Eds.). **The SAGE handbook of current developments in grounded theory**. London: SAGE Publications, 2019. p. 107–122.
- GILPIN, R. **The political economy of international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. New Brunswick: AldineTransaction, 2006.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução: Maria Célia Santos Raposo. 10. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação de uma identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOULART, I. B.; BREGUNCI, M. DAS G. DE C. Interacionismo simbólico: Uma perspectiva psicossociológica. **Em Aberto**, v. 9, n. 48, p. 51–61, 1990.
- GRAEBER, D. **Debt: The first 5,000 years**. New York: Melville House, 2014.
- GROS, A. E. **The power of imposing social typifications upon others: A schutzian account**. . Em: IV INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION VIRTUAL FORUM OF SOCIOLOGY. Porto Alegre, RS, 24 fev. 2021. Disponível em: <<https://isaconf.confex.com/isaconf/forum2020/meetingapp.cgi/Paper/119908>>
- GUHIN, J.; CALARCO, J. M.; CYNTHIA, M.-I. Whatever happened to socialization? **Annual Review of Sociology**, v. 47, p. 109–29, 2021.
- GURWITSCH, A. **The collected works of Aron Gurwitsch (1901-1973). Volume III: The field of consciousness: Phenomenology of theme, thematic field, and marginal consciousness**. Nova York: Springer, 2010.
- HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. Tradução: Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis:

- Voices, 2017.
- HARARI, Y. N. **Sapiens - Uma breve história da humanidade**. 12. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.
- HARNECKER, M.; URIBE, G. **Exploração capitalista**. São Paulo: Global, 1979.
- HARRIS, L. The role of money in the economy. Em: **Issues in political economy: A critical approach**. London: Macmillan, 1979. p. 125–148.
- HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. New York, NY: Oxford University Press, 2005.
- HARVEY, D. **Marx, capital, and the madness of economic freedom**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- HAYEK, F. A. VON. **Os erros fatais do socialismo: Por que a teoria não funciona na prática**. Tradução: Eduardo Levy. Barueri: Faro, 2017.
- HERÁCLITO. Fragmentos. Em: **Os pensadores originários**. Tradução: Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis, RJ: Vozes de Bolso, 2017. p. 69–105.
- HERVA, S. The genesis of Max Weber's "Verstehende Soziologie". **Acta Sociologica**, v. 31, n. 2, p. 143–156, 1988.
- HOLT, J. A summary of the primary causes of the housing bubble and the resulting credit crisis: A non-technical paper. **The Journal of Business Inquiry**, v. 8, n. 1, p. 120–129, 2009.
- HOZIĆ, A. A.; TRUE, J. Making feminist sense of the global financial crisis. Em: **Scandalous economics: Gender and the politics of scandal**. New York: Oxford University Press, 2016. p. 3–20.
- HUSSERL, E. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.
- IBGE. **Censo demográfico de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE - Conselho Nacional de Estatística, 1956.
- IRWIN, N. **What if sociologists had as much influence as economists?** Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/03/17/upshot/what-if-sociologists-had-as-much-influence-as-economists.html>>. Acesso em: 4 mar. 2022.
- JOAS, H. **Pragmatism and social theory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- JORNAL A HORA. **O crime que uniu Lajeado: 30 anos da morte de Alex Thomas**. **Jornal A Hora**, 27 fev. 2016. Disponível em: <<https://grupoahora.net.br/conteudos/2016/02/27/o-crime-que-uniu-lajeado/>>. Acesso em: 5 abr. 2022
- KAISER, J. **Tempos heróicos**. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2006.
- KALIL, R. B. **A regulação do trabalho via plataformas digitais**. São Paulo: Blücher, 2020.
- KAŹMIERSKA, K. An Interview with professor Fritz Schütze: Biography and contribution to interpretative sociology. **Qualitative Sociology Review**, v. 10, p. 284–359, 2014.
- KETTERING, M. **Guidebook 1: Exploring the big ideas of TimeBanking**. TimeBanks USA, , 2010. Disponível em: <<https://timebanks.org/wp-content/uploads/2016/11/WEBGuidebook-1.pdf>>. Acesso em: 7 ago. 2022
- KIVISTO, P.; SWATOS, JR., W. H. Weber and interpretive sociology in America. **The Sociological Quarterly**, v. 31, n. 1, p. 149–163, 1990.
- KÖTTIG, M.; VÖLTER, B. "Isso, sim, é ser sociólogo!" Uma entrevista narrativa com Fritz Schütze sobre a história de sua obra na sociologia. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 204–226, 2014.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras,

- 2019.
- KWON, M.; LEE, C.; XIAO, Y. Community currency activities, community attachment, and quality of life: A case study of the crooked river alliance of TimeBanks. **Time & Society**, v. 28, n. 3, p. 1181–1220, 2019.
- LAAMANEN, M.; WAHLEN, S.; CAMPANA, M. Mobilising collaborative consumption lifestyles: A comparative frame analysis of time banking. **International Journal of Consumer Studies**, v. 39, p. 459–467, 2015.
- LEÃO, C. V. DE M. **Educação popular: Ausências e emergências dos novos conhecimentos e sujeitos Políticos da economia solidária**. Tese de Doutorado em Sociologia Económica e das Organizações—Lisboa: [s.n.].
- LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: Do que se trata? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 2, p. 124–140, 2002.
- LEVINE, D. Revisitando Georg Simmel. **Sociologia e Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 31–52, 2015.
- LIMA, A. P. DE; OLIVEIRA, F. M. R. O valor do Tempo. Dádiva e voluntariado em Portugal em tempos de crise. **Interseções**, v. 17, n. 2, p. 300–326, 2015.
- LOVE, J. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. Em: FORNO, R. D.; LAPUENTE, R. S. (Eds.). **Clássicos de história política: O Rio Grande do Sul e a Primeira República**. Monumenta. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019. p. 73–107.
- LUCKMANN, T. Preface. Em: **The Structures of the Life-World**. Tradução: Richard M. Zaner; Tradução: H. Tristram Engelhardt Jr. London: Northwestern University Press, 1974. p. xi–xx.
- LYMAN, S. M.; SCOTT, M. B. **A Sociology of the Absurd**. 2. ed. New York: General Hall, 1989.
- MAGALHÃES-TIMOTIO, J. G.; BARBOSA, F. V.; VELOSO, R. T. G. **A produção científica internacional sobre economia solidária**. VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais. **Anais...Montes Claros - MG: 2009**. Disponível em: <http://coloquiointernacional.com/anais/vi_cptc/espaco_2/A%20PRODUCAO%20CIENTIFICA%20INTERNACIONAL%20SOBRE%20ECONOMIA%20SOLIDARIA.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2022
- MAIWALD, K.-O. Competence and praxis: Sequential analysis in German sociology. **Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research**, v. 6, n. 3, p. Art. 31, 2005.
- MAIWALD, K.-O.; SUERIG, I. **Microsociology: A tool kit for interaction analysis**. Tradução: Nicola Barfoot. New York: Routledge, 2020.
- MANN, M. **The Sources of Social Power: The rise of classes and nation-states, 1760–1914**. New York: Cambridge University Press, 2012.
- MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução: Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- MARKS, M. B. Time banking service exchange systems: A review of the research and policy and practice implications in support of youth in transition. **Children and Youth Services Review**, v. 34, p. 1230–1236, 2012.
- MARTIN, C. J. The sharing economy: A pathway to sustainability or a nightmarish form of neoliberal capitalism? **Ecological Economics**, v. 121, p. 146–159, 2016.
- MARTIN, J. L. What is field theory? **American Journal of Sociology**, v. 109, n. 1, p. 1–49, 2003.

- MARTIN, J. L.; LEMBO, A. On the other side of values. **American Journal of Sociology**, v. 126, p. 52–98, 2020.
- MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 - Esboços da crítica da economia política**. Tradução: Mario Duayer; Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011b.
- MARX, K. **O essencial de Marx**. Tradução: Lukas Gabriel Grzybowski. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 4. ed. São Paulo: Global, 1984.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução: Rubens Enderle; Tradução: Nélio Schneider; Tradução: Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MCGOEY, L. Bataille and the sociology of abundance: Reassessing gifts, debt and economic excess. **Theory, Culture & Society**, v. 35, n. 4–5, p. 69–91, 2018.
- MEAD, G. H. **Mind, self, and society: From the standpoint of a social behaviorist**. Chicago: The University of Chicago Press, 1972a.
- MEAD, G. H. **Espíritu, persona y sociedad: Desde el punto de vista del conductismo social**. Tradução: Florial Mazia. Buenos Aires: Paidós, 1972b.
- MÉDICI, E. G. 5.692. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. . 11 ago. 1971.
- MELO, M. A. B. C. DE. Municipalismo, nation building e a modernização do Estado no Brasil. Em: **O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios: O pensamento de Teixeira de Freitas e de Rafael Xavier**. Memória Institucional. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. p. 49–66.
- MERLEAU-PONTY, M. Nota sobre Maquiavel. Em: **Signos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 237–252.
- MERTON, R. K.; KITT, A. S. Reference groups. Em: **Sociological theory: A book of readings**. 4. ed. New York: Macmillan, 1976. p. 243–250.
- MIHATA, K. Emergence and complexity in interactionism: Comments on David A. Snow's "Extending and broadening Blumer's conceptualization of symbolic interactionism". **Symbolic Interaction**, v. 25, n. 4, p. 571–575, 2002.
- MILLER, E. J. **Both borrowers and lenders: Time banks and the aged in Japan**. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy—Canberra: Australian National University, 2008.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MOLM, L. D. The structure of reciprocity. **Social Psychology Quarterly**, v. 73, n. 2, p. 119–131, 2010.
- MOURA, C. A. R. DE. Prefácio. Em: HUSSERL, E. (Ed.). **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006. p. 15–23.
- MULLER, L. H. A. et al. O terceiro setor como mercado profissional. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 9, n. 2, p. 281–306, 2009.

- NASCIMENTO, C.; SANTOS, A. M. DOS. Paul Singer e a pedagogia da autogestão na economia solidária. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 34, p. 153–170, 2019.
- NATANSON, M. Introduction. Em: **Collected papers I: The problem of social reality**. The Hague: Martinus Nijhoff Publisher, 1982. p. xxv–xlvii.
- NAUGHTON-DOE, R.; CAMERON, A.; CARPENTER, J. Timebanking and the co-production of preventive social care with adults; What can we learn from the challenges of implementing person-to-person timebanks in England? **Health Soc Care Community**, v. 29, p. 1285–1295, 2021.
- NIGGLE, C. J. Macroeconomic models. Em: **21st Century economics: A reference handbook**. Thousand Oaks: SAGE, 2010. p. 306–318.
- NOBEL PRIZE OUTREACH. **Jane Addams – Facts**. Disponível em: <<https://www.nobelprize.org/prizes/peace/1931/addams/facts/>>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- NORTH, P. Scaling Alternative Economic Practices? Some Lessons from Alternative Currencies. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 30, n. 2, p. 221–33, 2005.
- NORTH, P. **Money and liberation: The micropolitics of alternative currency movements**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.
- NORTH, P. Complementary Currencies. Em: **The Routledge Companion to Alternative Organization**. London: Routledge, 2014. p. 182–95.
- NORTH, P. Alternative currencies. Em: **Pluriverse: A post-development dictionary**. New Delhi: Tulika Books, 2019. p. 92–95.
- OEVERMANN, U. et al. Structures of meaning and objective hermeneutics. Em: MEJA, V.; MISGELD, D.; STEHR, N. (Eds.). **Modern German Sociology**. Nova York: Columbia University Press, 1987. p. 436–448.
- OEVERMANN, U. Die philosophie von Charles Sanders Peirce als philosophie der krise. Em: **Objektive hermeneutik und bildung des subjekts**. Weilerswist: Velbrück, 2001. p. 209–246.
- OLIVEIRA, E. G. DE. **Crédito solidário e moedas sociais na perspectiva do desenvolvimento participativo: Potencialidades e limites frente ao capitalismo e suas contradições**. Relatório de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.—Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2017.
- PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos**. Tradução: Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PAPAOIKONOMOU, E.; VALOR, C. Exploring commitment in peer-to-peer exchanges: The case of timebanks. **Journal of Marketing Management**, p. 1–26, 2016.
- PAPAOIKONOMOU, E.; VALOR, C. The institutionalization of alternative economies: The processes of objectification in time banks. **Journal of Macromarketing**, v. 37, n. 2, p. 167–179, 2017.
- PEREIRA, A. S. **Somos expressão, não subversão! - A gurizada punk em Porto Alegre**. Dissertação de Mestre em Educação—Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- PEREIRA, A. W. The US role in the 1964 coup in Brazil: A reassessment. **Bulletin of Latin American Research**, v. 37, n. 1, p. 5–17, 2018.
- PESAVENTO, S. J. et al. **Memórias de Porto Alegre: Espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

- PIERUCCI, A. F. **O desencadeamento do mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- PINTO, N. P. A. Capitalismo financeiro. **Crítica Marxista**, v. 1, n. 5, p. 9–26, 1997.
- PLUMMER, K. The auto/biographical society. Em: GOODWIN, J. (Ed.). **Biographical research: Starting points, debates and approaches**. SAGE Biographical Research. Londres: SAGE Publications Ltd, 2001. v. 1p. 37–62.
- POLANYI, K. **The great transformation: The political and economic origins of our time**. 2. ed. Boston: Beacon, 2001.
- PRINS, N. **Money and power in the twenty-first century: Financial crisis, central banks collusion, and ramifications for the United States, China, and Brazil**. Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais—Porto Alegre: UFRGS, 2020.
- PYSZCZYNSKI, T.; SOLOMON, S.; GREENBERG, J. Thirty years of terror management theory: From genesis to revelation. Em: **Advances in experimental social psychology**. [s.l.] Academic Press, 2015. v. 52p. 1–70.
- RADDATZ, C.; VALCKX, N. **Assessing the risk of the next housing bust**. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2019/04/04/blog-fsr-ch2-assessing-the-risk-of-the-next-housing-bust>>. Acesso em: 6 dez. 2022.
- RIBEIRO, D. **O processo civilizatório**. [s.l.] Vozes, 1978.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.
- RITZER, G. Credit cards, fast-food restaurants, and rationalization. Em: **McDonaldization: The reader**. Thousand Oaks: SAGE, 2002. p. 178–184.
- ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.
- RODRIGUES, R. R. **A arte de escrever 7 - O haikai: Síntese, concisão e expressividade**. Pangeia Editora, 27 ago. 2019. Disponível em: <<https://editorapangeia.com.br/a-arte-de-escrever-7-o-haikai-sintese-concisao-e-expressividade/>>. Acesso em: 26 fev. 2022
- RODRIGUES, S. T.; MARTÍN, N. B. Do pós-moderno ao pós-colonial: O constitucionalismo latino-americano e novas intersubjetividades coletivas. Uma desconstrução dos discursos hegemônicos no direito a partir da ética do outro. **Juris**, v. 20, p. 181–241, 2013.
- ROMANELLO, M. Time bank participation: using transaction data for evaluation of Banco de Tempo – Florianópolis. **Revista Catarinense de Economia – RCE**, v. 1, n. 2, p. 48–65, 2017.
- ROMANELLO, M. O valor econômico de um banco de tempo: Uma análise do Banco de Tempo - Florianópolis. Em: RODRIGUES, J. F. (Ed.). **Elementos da economia**. Ponta Grossa: Atena, 2018. p. 113–124.
- ROMANELLO, M.; RIBAS, K. S. M. P. “Banco de Tempo-Florianópolis”: Análise das características socioeconômicas de seus membros. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 8, p. 195–210, 2020.
- ROSENBERG, M. M. Generally intended meaning, the “average” actor, and Max Weber’s interpretive sociology. **Max Weber Studies**, v. 13, n. 1, p. 39–63, 2013.

- ROSENTHAL, G. **Pesquisa social interpretativa: Uma introdução**. Tradução: Tomás Da Costa. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2014a.
- ROSENTHAL, G. História de vida vivenciada e história de vida narrada: A interrelação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 227–249, 2014b.
- ROSENTHAL, G. We-images and collective memories in the West Bank. Em: ROSENTHAL, G. (Ed.). **Established and outsiders at the same time: Self-images and we-images of Palestinians in the West Bank and in Israel**. Göttingen Series in Social and Cultural Anthropology. Tradução: Ruth Schubert. Göttingen: Göttingen University Press, 2016. v. 8p. 17–30.
- ROSENTHAL, G. **História de vida vivenciada e história de vida narrada: Gestalt e estrutura de autoapresentações biográficas**. Tradução: Tomas Da Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
- ROSENTHAL, G.; FISCHER-ROSENTHAL, W. The analysis of narrative-biographical interviews. Em: FLICK, U.; KARDORFF, E. VON; STEINKE, I. (Eds.). **A companion to qualitative research**. Tradução: Bryan Jenner. London: SAGE Publications Ltd, 2004. p. 259–265.
- ROTTA, T. N.; PAULANI, L. M. A teoria monetária de Marx: Atualidade e limites frente ao capitalismo contemporâneo. **Revista EconomiA**, v. 10, n. 3, p. 609–633, 2009.
- SAHR, A. **Keystroke capitalism**. Tradução: Sharon Howe. London: Verso, 2022.
- SAID, E. W. **Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente**. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SANGALLI, L. C.; RINALDI, D. Pesquisa social interpretativa alemã: Os métodos de entrevista narrativa biográfica e de reconstrução biográfica de caso. **Em Tese**, v. 15, n. 2, p. 107–136, 2018.
- SANTOS, H. Apresentação à edição brasileira: Relevância e ação em reconstruções biográficas. Em: ROSENTHAL, G. (Ed.). **Pesquisa social interpretativa: Uma introdução**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2014. p. 9–13.
- SANTOS, H.; OLIVEIRA, P.; SUSIN, P. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira: Revisão e perspectivas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 359–382, 2014.
- SANTOS, H.; SUSIN, P. Relevance and time in Schützian theory: Methodological implications to interpretative biographical research. **Sociologia e Ricerca Sociale**, p. 144–158, 2021.
- SANTOS, P. C. F.; SILVA, C. A. DA. **Hortas urbanas no distrito do Campeche e o banco de tempo de Florianópolis-SC/Brasil**. Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. **Anais...** Em: XV COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA. Barcelona: 7 maio 2018.
- SCHMID, B.; SMITH, T. S. Social transformation and postcapitalist possibility: Emerging dialogues between practice theory and diverse economies. **Progress in Human Geography**, v. 45, n. 2, p. 253–275, 2021.
- SCHOR, J. B.; VALLAS, S. P. The sharing economy: Rhetoric and reality. **Annual Review of Sociology**, v. 47, p. 369–89, 2021.
- SCHROEDER, R. “Monetary plurality” and “currencies for an alternative economy”: Two paradigms of complementary currency research. **International Journal of Community Currency Research**, v. 24, p. 101–115, 2020.
- SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Tradução: Ângela Melin. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- SCHÜTZ, A. Sobre múltiplas realidades. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 52, p. 13–47, 2019.
- SCHUTZ, A.; LUCKMANN, T. **The structures of the life-world**. Tradução: Richard M. Zaner; Tradução: H. Tristram Engelhardt Jr. London: Heinemann, 1974.
- SCHÜTZE, F. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. Em: WELLER, W.; PFAFF, N. (Eds.). **Metodologia da pesquisa qualitativa na educação: Teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 210–222.
- SCHÜTZE, F. Análise sociológica e linguística de narrativas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. e11–e52, 2014.
- SCULLY, M. et al. Mobilizing the wealthy: Doing “privilege work” and challenging the roots of inequality. **Business & Society**, v. 57, n. 6, p. 1075–1113, 2018.
- SEYFANG, G.; LONGHURST, N. Desperately seeking niches: Grassroots innovations and niche development in the community currency field. **Global Environmental Change**, v. 23, n. 5, p. 881–891, 2013.
- SHALIN, D. N. Pragmatism and social interactionism. **American Sociological Review**, v. 51, p. 9–29, 1986.
- SHILLER, R. J. **The old allure of new money**. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/cryptocurrencies-scientific-narrative-by-robert-j--shiller-2018-05?barrier=accesspaylog>>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- SILVA, M. L. A. et al. Do eu para o nós: A economia compartilhada/colaborativa e o futuro da propriedade individual. Em: RODRIGUES, J. F. (Ed.). **Elementos da economia**. Ponta Grossa: Atena, 2018. p. 62–83.
- SILVER, I. Disentangling class from philanthropy: The double-edged sword of alternative giving. **Critical Sociology**, v. 33, p. 537–549, 2007.
- SIMMEL, G. Conflict as sociation. Em: **Sociological theory: A book of readings**. 4. ed. New York: Macmillan, 1976. p. 175–178.
- SIMMEL, G. **The philosophy of money**. Tradução: Tom Bottomore; Tradução: David Frisby. 3. ed. London: Routledge, 2004.
- SIMMEL, G. Excurso sobre o problema: Como é possível a sociedade? **Sociologia e Antropologia**, v. 3, n. 6, p. 653672, 2013.
- SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 7–22, 2004.
- SINGER, P.; SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V. Economia Solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil sem Miséria, extraído de BRASIL. Em: CAMPELO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Eds.). **Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome: O Brasil sem miséria**. Brasília: MDS, 2014. v. 2p. 1–21.
- SOARES, C. L. B. **Moeda social - Uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. Tese de Doutorado do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas—Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- SOBOTTKA, E. A. **Reconhecimento: Novas abordagens em teoria crítica**. São Paulo: Annablume, 2015.
- SOPEÑA, M. B. Considerações teóricas sobre moeda, política monetária e metas de inflação. **Análise**, v. 18, n. 2, p. 23–37, 2007.
- SOUZA, M. N. DE. **Longe demais das capitais - Musipuc: Um (novo) movimento musical em Porto Alegre na década de 1970**. Dissertação de Mestrado em História—Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio

- Grande do Sul, 2006.
- SPENGLER, B. (Life) Narrative in the Posthuman Anthropocene: Erin James in conversation with Birgit Spengler. Em: BATZKE, I.; GARRIDO, L. E.; HESS, L. M. (Eds.). **Life writing in the posthuman Anthropocene**. Palgrave Studies in Life Writing. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021.
- SRUBAR, I. On the origin of “phenomenological” sociology. **Human Studies**, v. 7, p. 163–189, 1984.
- STEHR, N.; VOSS, D. **Money: A theory of modern society**. New York: Routledge, 2020.
- STEWART, J. Hegel’s phenomenological method and the later movement of phenomenology. Em: COE, C. D. (Ed.). **The Palgrave handbook of German Idealism and Phenomenology**. Palgrave Handbooks in German Idealism. London: Palgrave Macmillan, 2021. p. 457–480.
- STRASSHEIM, J. Kant and the scandal of intersubjectivity: Alfred Schutz’s anthropology of transcendence. Em: COE, C. D. (Ed.). **The Palgrave handbook of German Idealism and Phenomenology**. Palgrave Handbooks in German Idealism. London: Palgrave Macmillan, 2021. p. 131–152.
- STRAUSS, A. L. **Continual permutations of action**. New York: Aldine de Gruyter, 1993.
- TADA, M. Time as sociology’s basic concept: A perspective from Alfred Schutz’s phenomenological sociology and Niklas Luhmann’s social systems theory. **Time & Society**, v. 28, n. 3, p. 995–1012, 2019.
- TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 6, n. 1, p. 107–122, 2002.
- TAVARES, M. DA C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: Ensaio sobre economia brasileira**. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- TAVORY, I. Between situations: Anticipation, rhythms, and the theory of interaction. **Sociological Theory**, v. 36, n. 2, p. 117–133, 2018.
- THATCHER, M. **Speech to Conservative Women’s Conference**. . Speech apresentado em Conservative Women’s Conference. Festival Hall, central London, 21 maio 1980. Disponível em: <<https://www.margarethatcher.org/document/104368>>. Acesso em: 10 dez. 2022
- THOMAS, W. I.; THOMAS, D. S. **The child in America: Behavior problems and programs**. New York, NY: Knopf, 1928.
- THORNBERG, R. Literature review in grounded theory. Em: BRYANT, A.; CHARMAZ, K. (Eds.). **The SAGE handbook of current developments in grounded theory**. London: SAGE Publications, 2019. p. 207–219.
- TILLY, C. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- TILLY, C. War making and state making as organized crime. Em: KIVISTO, P. (Ed.). **Social theory: Roots and Branches**. 6. ed. New York: Oxford University Press, 2021. p. 359–365.
- TIMEREPIBLIK. **The comprehensive history of timebanking and how it’s ready to spur a great awakening**. **TimeRepublik**, 5 abr. 2021. Disponível em: <<https://medium.com/timerepublik/the-comprehensive-history-of-timebanking-and-how-its-ready-to-spur-a-great-awakening-916b8963270b>>. Acesso em: 9 ago. 2022
- TITSCHER, S. et al. Chapter 14: Objective hermeneutics. Em: **Methods of text and**

- discourse analysis**. Londres: SAGE Publications Ltd, 2000. p. 198–212.
- TOLEDO, E. DE LA G. Trade union models in Latin America, before and after. Em: **Key Texts for Latin American Sociology**. Thousand Oaks: SAGE, 2019. p. 338–352.
- URQUHART, C. Grounded theory's best kept secret: The ability to build theory. Em: BRYANT, A.; CHARMAZ, K. (Eds.). **The SAGE handbook of current developments in grounded theory**. London: SAGE Publications, 2019. p. 89–106.
- VANDENBERGHE, F. The relation as magical operator: Overcoming the divide between relational and processual sociology. Em: DÉPELTEAU, F. (Ed.). **The Palgrave Handbook of Relational Sociology**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018. p. 35–57.
- VARGAS, G. Carta testamento. Em: ADDIS, F.; SEVCENKO, N. (Eds.). **Discursos que mudaram a história**. São Paulo: Prumo, 2012. p. 145–147.
- VENN, C. New mechanisms of dispossession: Property, inequality and the debt society. Em: **After capital**. Thousand Oaks: SAGE, 2018a. p. 24–51.
- VENN, C. Colonialism, dispossession and capitalist accumulation: A decolonial history of the present. Em: **After capital**. Thousand Oaks: SAGE, 2018b. p. 64–85.
- VILELA, R. A. T.; NOACK-NAPOLES, J. “Hermenêutica objetiva” e sua apropriação na pesquisa empírica na área da educação. **Linhas Críticas**, v. 16, n. 31, p. 305–326, 2010.
- VON EHRENFELS, C. On Gestalt-qualities. **Psychological Review**, v. 44, n. 6, p. 521–524, 1937.
- WALLERSTEIN, I. The three instances of hegemony in the history of the capitalist world-economy. Em: KIVISTO, P. (Ed.). **Social theory: Roots and Branches**. 6. ed. New York: Oxford University Press, 2021. p. 513–518.
- WALSH, G. Introduction. Em: **The phenomenology of the social world**. Evanston: Northwestern University Press, 1967. p. xv–xxix.
- WALTER, A. **World power and world money: The role of hegemony and international monetary order**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- WATSON, F.; EKICI, A. Understanding the dark sides of alternative economies to maximize societal benefit. **Journal of Macromarketing**, v. 40, n. 2, p. 169–184, 2020.
- WATSON, M. Global trade and global finance. Em: **The globalization of world politics: An introduction to international relations**. 6. ed. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 417–429.
- WEBER, M. **The Protestant ethic and the spirit of capitalism**. Tradução: Talcott Parsons. New York: Charles Scribner's Sons, 1976.
- WEBER, M. **Sobre a teoria das ciências sociais**. Tradução: Carlos Grifo Babo. 2. ed. Lisboa: Presença, 1977.
- WEBER, M. Rejeições religiosos no mundo e suas direções. Em: **Ensaio de sociologia**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982a. p. 371–410.
- WEBER, M. Classe, estamento, partido. Em: GERTH, H. H.; MILLS, C. W. (Eds.). **Ensaio de sociologia**. Tradução: Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982b. p. 211–228.
- WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução: José Marcos Mariani De Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014a.

- WEBER, M. **O que é a burocracia**. [s.l.] Conselho Federal de Administração, 2014b.
- WEIGERT, A. J. Alfred Schutz on a theory of motivation. **The Pacific Sociological Review**, v. 18, n. 1, p. 83–102, 1975.
- WELLEN, H. A. R. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- WHITNAM, M. M.; CLARKE, H. Getting is giving: Time banking as formalized generalized exchange. **Sociology Compass**, v. 10, p. 87–97, 2016.
- WINCHESTER, D.; GREEN, K. D. Talking your self into it: How and when accounts shape motivation for action. **Sociological Theory**, v. 37, n. 3, p. 257–281, 2019.
- WINHAM, G. R. The evolution of the global trade regime. Em: **Global political economy**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 109–138.
- WOLKMER, A. C. Direito, democracia participativa e nova cidadania. **Revista Direito em Debate**, v. 2, n. 3, p. 16–26, 1993.
- WOODS, N. International political economy in an age of globalization. Em: **The globalization of world politics: An introduction to international relations**. 6. ed. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 243–257.
- YUAN, C. W. (TINA); HANRAHAN, B. V.; CARROLL, J. M. Is there social capital in service exchange tools?: Investigating timebanking use and social capital development. **Computers in Human Behavior**, v. 81, p. 274–281, 2018.
- ZIBECHI, R.; MACHADO, D. **Os limites do progressismo: Sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo**. Tradução: Carlos Alvarenga. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.